

Relatório de Atividades

2015

Secretaria Municipal do Verde,
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



PREFEITURA DE
CAMPINAS

Um novo tempo
para nossa cidade



Apresentação

O presente relatório apresenta ações de 3 anos de governo, com ênfase nas ações do ano de 2015, cujo escopo é prestar contas das ações governamentais na área ambiental a cargo da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), para atender às premissas de transparência pública, disponibilizando informações à sociedade e, portanto, visando fomentar o seu conhecimento, bem como a participação e prática de cidadania em ações de estruturação ambiental da cidade e nas suas respectivas relações domésticas, laborais e culturais.

Pudemos verificar nesse período a concretização de ações estruturantes, decorrentes de investimentos na Pasta Ambiental¹, com vistas à elaboração de planos, programas, projetos e ações que visam ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a qualidade de vida dos campineiros.

Em 2013, finalizamos com sucesso o Plano de Saneamento Básico, que trouxe segurança aos investimentos e diretrizes em resíduos, tratamento e abastecimento de água e drenagem. Nesse item, fomos avaliados pelo Instituto Trata Brasil, que concluiu que apenas 12 cidades brasileiras, incluindo Campinas, atendem integralmente o marco regulatório do saneamento básico (Lei Federal nº 11.445/2007)².

No decorrer dos últimos anos, fomentamos o controle ambiental, com ênfase no licenciamento e fiscalização³, com ampliação das tipologias a serem licenciadas em nível local⁴, reformulação da legislação⁵, inclusive com a elaboração de Termos de Referências e Manuais para melhor compreensão do usuário, sólido processo de informatização, com a implantação e publicidade do licenciamento ambiental 100% digital (Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* – LAO)⁶. Em 2014, demos outros passos decisivos na área de Planejamento Ambiental, com o delineamento de três Planos Municipais estratégicos para o meio ambiente: de Recursos Hídricos, do Verde e Educação

¹ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21849>.

² Ver matérias: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-05-05/apenas-12-cidades-cumprem-integralmente-planos-de-saneamento-basico-no-brasil.html>, e <http://pezco.com.br/instituto-trata-brasil-estudo-sobre-planos-municipais-de-saneamento-basico-nas-100-maiores-cidades/>.

³ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21993>.

⁴ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23599>.

⁵ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22059>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22322>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23198> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23538>.

⁶ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22081>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24195> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24347>.

Ambiental, que, além de trazer bases estruturantes para o meio ambiente, tais políticas municipais se projetarão na repactuação do ordenamento territorial, por meio da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor do Município.

Em 2015, a tônica foi ampliar o acesso do LAO a todos os conselheiros do COMDEMA e CONGEAPA (via intranet e internet)⁷, estabelecer normas de fomento à sustentabilidade (Selo S), por meio de Termos de Referências específicos⁸, implementar e estabelecer normas sobre o licenciamento ambiental de regularização fundiária de núcleos habitacionais de interesse social⁹, e estruturar a Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS).

Na educação ambiental, continuamos a espalhar e diversificar as ações por meio da SEMEIA, com eventos diversificados por toda a cidade, bem como através dos programas específicos da Estação Ambiental de Joaquim Egídio, escolas e espaços de convivência e lazer.

Com a criação do Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal, várias ações de gestão foram concretizadas: o Portal Animal¹⁰, castração por intermédio de unidade móvel, microchipagem de animais¹¹, cadastramento da população de cães e gatos do município (através da utilização de software criado pelo município)¹², programa de ressocialização de cães agressivos, programa de prevenção ao abandono de animais em comunidades que irão se mudar (parceria com a SEHAB), melhoria nas feiras de adoção de animais (espaço e frequência), além de melhorias físicas do espaço que acolhem os animais abandonados para futuros processos de adoção.

Definimos regras para os plantios compensatórios¹³ e contribuímos, por meio de compensações ambientais, para o aumento e qualificação de áreas verdes e de lazer na cidade. São alguns exemplos: na APA Campinas, deu-se a reurbanização da Praça Jardim Conceição¹⁴, na Praça Pública do Loteamento San Conrado, no plantio de 18.022 árvores

⁷ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24435>.

⁸ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23192>.

⁹ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22546>.

¹⁰ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24017>.

¹¹ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=26216>.

¹² Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27346>. e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=26805>.

¹³ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24491> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24304>.

¹⁴ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28710>.

no bairro Gargantilha e 4.730 árvores na Fazenda São Vicente¹⁵, na calçada e na praça próxima ao Fórum da Vila Mimosa¹⁶. Nos plantios mais recentes, os indivíduos arbóreos são identificados digitalmente com *QR Code*¹⁷.

Com o objetivo de contribuir para o programa de mobilidade urbana sustentável da EMDEC, implantamos a ciclovia na Avenida Norte Sul e retiramos de 11 torres de alta tensão na Avenida Baden Powell, no Jardim Nova Europa, iniciando a implantação de ciclovia¹⁸.

Continuamos a fomentar a gestão participativa, fortalecendo os Conselhos Municipais, com as novas gestões do CONGEAPA¹⁹ e do Conselho de Regulação e Controle Social do Município de Campinas – ARES-PCJ, bem como iniciando, em 2015, a definição de regras objetivas para o funcionamento do Conselho Diretor do Fundo PROAMB.

Na crise hídrica desde 2014, em todo o Estado de São Paulo, trabalhamos ativamente representando o Prefeito em atividades do Consórcio e Comitês PCJ e junto com a SANASA²⁰ no enfrentamento e busca de soluções a curto, médio e longo prazo, com destaque às ações sob a Coordenação da SVDS: elaboração do Plano Municipal dos Recursos Hídricos (em curso); implementação do Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (em curso); estabelecimento de Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (lei aprovada); regulamentação pioneira no âmbito municipal para utilização de água de reúso²¹ (finalizada); convênio de cooperação interinstitucional entre a SANASA e a SVDS na implementação de ações conjuntas relacionadas às políticas públicas municipais de recursos hídricos; licenciamento e controle ambiental de obras de saneamento básico e ações relacionadas ao meio ambiente (implementado).

Quanto às áreas contaminadas, problema histórico de Campinas, promovemos a interface com a comunidade, órgãos e técnicos especializados, monitorando e

¹⁵ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24396>.

¹⁶ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22203> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23396>.

¹⁷ O Código *Quick Response* consiste em barras bidimensionais, que permite ao usuário, por meio da maioria dos telefones celulares equipados com câmera, converter seu conteúdo em texto. No caso, os códigos apresentam ao usuário informação sobre a espécie arbórea observada.

¹⁸ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21918> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25333>.

¹⁹ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21841>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22021>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22139> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24313>.

²⁰ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22157>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23411>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24270> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25070>.

²¹ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24042> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23643>.

implantando ações efetivas, a exemplo do caso Mansões Santo Antônio²², em que foi iniciado processo de extração de gases, estudos de revisão das áreas de influência e de equacionamento ambiental, com medidas orientadas tanto por Grupo de Trabalho Específico²³, quanto pela Agência Ambiental Estadual – CETESB²⁴.

Várias legislações de cunho ambiental importantes foram aprovadas ao longo dos dois últimos anos, com o apoio do COMDEMA e da Câmara Municipal: a Lei nº 14.949, de 18 de dezembro de 2014 (que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de madeira legal nas obras de construção civil, reforma ou modificação) e a Lei nº 14.961, de 16 de janeiro de 2015 (que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental), a Lei 15.046, de 23 de julho de 2015, que versa sobre o Pagamento por Serviços Ambientais, a Lei Complementar nº 120, de 10 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental para fins de Regularização Fundiária de Interesse Social com intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), e a Lei Complementar nº 136, de 29 de dezembro de 2015, que reformula a cobrança de taxa nos processos de licenciamento ambiental²⁵.

Campinas é reconhecida pelo Governo do Estado como uma das cidades que mais avançou no Programa Município VerdeAzul²⁶. Após os expressivos resultados obtidos nos dois últimos anos, a SVDS trabalha em 2015, em conjunto com outros órgãos da administração, para manter o patamar de 90 pontos no ranking do programa, propondo ações e documentos normativos que atendam aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Com a pujante estrutura e ações ambientais de cunho local, veiculadas por Campinas em âmbito estadual e nacional, protagonizamos vários debates e ações na Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio Ambiente (ANAMMA), oportunidade em que assumimos em 2014 a sua vice-presidência estadual²⁷, posteriormente, a sua presidência estadual²⁸ e, neste ano, a presidência nacional²⁹, o que projetou Campinas na liderança das discussões ambientais locais, regionais, nacionais e internacionais, facilitando

²² Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22802> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23466>.

²³ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22229>.

²⁴ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23949>.

²⁵ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24201>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24619> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27532>.

²⁶ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25538>.

²⁷ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23284>.

²⁸ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25223>.

²⁹ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27349>.

diálogos diversos com setores e órgãos públicos, universidades, entidades de pesquisa e fomento, bem como com entidades do terceiro setor de importante representação (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA, Frente Nacional de Prefeitos - FNP, entre outros).

O constante incentivo e a vontade política do nosso Prefeito Jonas Donizette em respeitar a variável ambiental incluída nas mais diversas decisões e ações de governo, o capital humano especializado que a SVDS pôde angariar nos últimos dois anos e meio, fortalecida na atual gestão a contribuição de outros órgãos municipais (com destaque a Educação, Serviços Públicos, Jurídico, Planejamento, Desenvolvimento Econômico, SANASA, IMA, Saúde, Relações Institucionais, Comunicação, Fundação José Pedro de Oliveira, Secretaria de Urbanismo e Orçamento Participativo³⁰), universidades (principalmente PUCC e UNICAMP), entidades do terceiro setor, bem como o acompanhamento dos Conselhos Municipais e apoio da sociedade, puderam elevar o trabalho técnico em um ambiente transversal, intersetorial e coletivo, de modo a potencializar o caminho árduo e contínuo para uma Campinas mais sustentável.

Contamos e agradecemos o apoio de todos, cidadãos que nos procuraram pessoalmente, agentes públicos, entidades e conselheiros pelas contribuições diariamente recebidas.

Rogério Menezes
Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável

³⁰ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23407>.

Quadro Resumo

Dez/2012	Dez/2013	Dez/2014	Dez/2015
da SMMA à SVDS			
<p>Secretaria criada por Decreto, apenas o Departamento único da antiga SEPLAMA com organização informal em 4 departamentos virtuais.</p>	<p>Projeto de Lei de reestruturação da SVDS em 3 Departamentos, com a criação das áreas do Verde, Proteção e Bem-Estar Animal finalizado.</p> <p>Estrutura discutida com CMPDA e COMDEMA</p> <p>Envio à Câmara em 02/12/2013</p> <p>Audiência Pública realizada em 10/12/13</p> <p>PL aprovado em dezembro/2013</p>	<p>Publicação da Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, criando a nova Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com 3 Departamentos, 13 Coordenadorias e 8 Setores</p>	<p>Concretização da estruturação da Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais, que apoia a sustentabilidade e eficiência às obras públicas.</p>
Meio Ambiente como tema transversal			
<p>SMMA: Meio Ambiente como política setorial, com pouca participação no planejamento da PMC.</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette criou o Grupo Gestor do Programa Cidades Sustentáveis por Decreto sob a coordenação da SVDS.</p> <p>75 indicadores divulgados e 68 desses com metas assumidas até 2016.</p> <p>Sistema desenvolvido pela IMA permite monitoramento dos indicadores</p> <p>12 Eixos de sustentabilidade incorporados na elaboração do PPA 2014/2017</p>	<p>Em elaboração sob coordenação do Gabinete do Vice-Prefeito o Observatório do Programa Cidades Sustentáveis, ferramenta que garantirá transparência aos indicadores de sustentabilidade.</p> <p>Secretário do Verde escolhido como Vice-Presidente e assume como Presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais – ANAMMA-SP (seccional Estado de São Paulo)</p>	<p>Passagem efetiva da coordenação do Programa Cidades Sustentáveis ao Gabinete do Vice-Prefeito, e reportes da SVDS, oportunidade que reforça a sua importância na gestão ambiental.</p> <p>Secretário do Verde escolhido como Presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais – ANAMMA-SP Nacional.</p>

Um novo tempo para o financiamento das ações ambientais			
<p>SMMA sem apoio para fortalecimento institucional e financiamento da gestão ambiental municipal</p> <p>Fundo Municipal de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) criado há 15 anos, sem funcionamento por falta de regulamentação, de estrutura administrativa e de vontade política</p>	<p>SVDS com nova estrutura aprovada e previsão de fortalecimento.</p> <p>PROAMB nasce após 15 anos, com o seu destravamento pela Secretaria Municipal de Finanças com retomada dos repasses.</p> <p>Lei nº 14.748, de 20 de dezembro de 2013, que institui a TCFA, proporcionará a retenção no Município a partir de 2014 de cerca de 600 mil reais de receita adicional para o PROAMB</p>	<p>Incremento da equipe com setor financeiro e de compras, com 01 contador, 02 advogados, 01 economista e 02 administrativos.</p> <p>Ordem de Serviço nº 01/2014 nomeia técnicos especializados para a elaboração de Termos Referências, necessários às contratações.</p> <p>Novo Plano de Trabalho (2014) aprovou mais R\$ 6,3 mil em 16 ações.</p> <p>As primeiras ações começaram a ser licitadas, com 43% das ações já na Secretaria de Administração, em execução ou concluídas.</p> <p>SEMEIA deste ano e primeiros cursos de capacitação dos funcionários da SVDS realizados com recursos do PROAMB</p>	<p>Ações do PROAMB em fase de contratação (Planos de Manejo das Unidades de Conservação, carro para ações de fiscalização), projeto da Casa de Sustentabilidade, entre outros)</p>
Informatização da SVDS			
<p>Técnicos sem computadores, utilizando equipamentos pessoais (laptops) trazidos de suas casas.</p>	<p>Todos os técnicos do setor de licenciamento com computadores novos</p> <p>Estação gráfica adquirida</p> <p>Doações de computadores em parcerias público-privadas</p> <p>26 computadores em processo de aquisição com recursos SVDS</p>	<p>Todos os técnicos da SVDS com computadores</p> <p>Entregues mais 20 computadores 2 notebooks</p>	<p>Tratativas no processo de contratação do Office, para facilitar e uniformizar os programas informacionais utilizados, garantindo maior eficiência na gestão</p>

Um novo tempo no Licenciamento Ambiental			
<p>Licenciamento ambiental com apenas 8 técnicos no setor</p> <p>Gargalo por falta de pessoal e de equipamentos, prejudicando a análise dos empreendimentos</p> <p>De 11 a 17 PTAs por mês enviados ao COMDEMA</p> <p>Ausência de descrição clara sobre o conteúdo dos documentos técnicos</p>	<p>Licenciamento fortalecido pela contratação de técnicos de carreira, hoje com 17 técnicos e 05 estagiários, e novas contratações em andamento</p> <p>Licenciamento Online implantado (primeiro documento emitido em 04/Set)</p> <p>Técnicos com computadores novos</p> <p>Publicadas resoluções contendo os termos de referência dos documentos exigidos no Licenciamento Ambiental</p>	<p>Novo Decreto de Licenciamento Ambiental aprovado (Decreto nº 18.306, de 25 de março de 2014), registrando vários avanços na gestão ambiental, eis que traz procedimentos objetivos de controle ambiental (licenciamento e fiscalização), bem como internaliza critérios de sustentabilidade de forma a incentivar empreendimentos mais sustentáveis.</p>	<p>Novo Decreto de Licenciamento Ambiental aprovado (Decreto nº 18.705, de 17 de abril de 2015), internalizando a informatização do processo de licenciamento ambiental.</p> <p>Trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais, inclusive com a Regularização Fundiária de Núcleos Habitacionais.</p> <p>Manual de Obras Públicas Sustentáveis atualizado.</p> <p>Lei de Revisão das Taxas Ambientais aprovada.</p>
Água para o desenvolvimento			
<p>Campinas ausente nas atividades do PCJ, apesar do cenário de escassez de água na Bacia Hidrográfica</p>	<p>Campinas com protagonismo nas articulações e discussões sobre ampliação da reserva hídrica (novas barragens) e renovação da outorga do sistema Cantareira.</p> <p>Representação ativa com participação direta do Prefeito Jonas Donizette, vice-prefeito Henrique Magalhães Teixeira e Arly de Lara Romeo e Rogério Menezes.</p> <p>SVDS preside Conselho de Controle Social da ARES-PCJ</p>	<p>Além da continuidade das ações anteriores destacamos a participação junto com a SANASA no Pacote da Crise Hídrica, com 12 ações que localmente se integram as políticas regionais e nacionais de enfrentamento dessa crise.</p> <p>Neste pacote, destaca-se a elaboração da Resolução da SVDS nº 06/2014, que estabelece diretrizes para a utilização da água de reúso.</p> <p>Dado início a elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos, com realização de Oficinas em cada bacia hidrográfica para a constituição de um diagnóstico técnico e social.</p>	<p>Projeto de Lei do Pagamento por Serviços Ambientais em vigor, restando sua regulamentação por Decreto.</p> <p>Foi criado Grupo de Trabalho técnico de acompanhamento do reúso de água pela Resolução SVDS 06/2015, em decorrência dos trabalhos desenvolvidos nos termos da Resolução SVDS 09/2014, que estabelece diretrizes para a utilização da água de reúso.</p>

Plano de Saneamento garante investimentos			
<p>Plano Municipal de Saneamento Básico paralisado, indefinição sobre contratação ou elaboração pelos técnicos da PMC.</p>	<p>Fases de diagnóstico e prognóstico concluídas, já com realização de audiências públicas.</p> <p>Conclusão do plano em Dez/2013</p> <p>Publicação do Decreto nº 18.199 de 19 de dezembro de 2013, validando o plano.</p>	<p>Nomeação do Grupo de Acompanhamento Permanente do Plano publicada.</p> <p>Plano de Trabalho do Grupo em elaboração.</p> <p>SVDS encaminha Relatório Zero para contribuir com ações de acompanhamento do Plano.</p>	<p>O Grupo de Acompanhamento Permanente do Plano, coordenado pelo Gabinete do Prefeito, recebe as informações de prestadores de serviço.</p>
A APA Campinas sob nova direção			
<p>Conselho Gestor da APA vinculado à SEPLAN em crise institucional após renúncia do ex-presidente e denúncias.</p> <p>Plano de Manejo da APA com contratação paralisada pela Petrobrás</p> <p>Análise de protocolados paralisada</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette decretou alteração da vinculação da SEPLAN para a SVDS</p> <p>Conselho em pleno funcionamento sob a presidência do representante da SANASA</p> <p>Unidade de procedimentos CONGEAPA/COMDEMA nas análises de processos</p> <p>Análise de protocolados em dia</p> <p>Regimento interno sob revisão</p> <p>Retomada a contratação do Plano de Manejo</p>	<p>Renovação do conselho concluída em 29/07/2014, com a posse dos novos conselheiros das entidades eleitas em 15/07/14</p> <p>Termo de Referência do Plano de Manejo elaborado e encaminhado para a Coordenadoria Financeira da SVDS para prosseguimento. Edital da Licitação em fase final para publicação. Será contratada a sua elaboração com recursos do PROAMB/2014</p>	<p>Regimento Interno em elaboração.</p>

Mansões Santo Antônio - Solução a caminho

<p>Impasse no caso Mansões Santo Antônio</p> <p>Estudos técnicos da Consultoria AECOM interrompidos sem previsão por falta de pagamento por parte da construtora CONCIMA</p> <p>Prejuízos à cidade após congelamento das áreas do entorno por Decreto desde 2002</p>	<p>Através de TAC, Prefeitura viabiliza R\$370 mil para retomada dos estudos técnicos da pluma de contaminação</p> <p>Divulgação do Estudo Técnico - Relatório Síntese</p> <p>Lei nº 14.753, de 20 de dezembro de 2013, que cria o FUNDIF (Fundo Municipal de Interesses Difusos)</p> <p>Através de outro TAC, a Prefeitura viabiliza mais R\$ 813 mil para instalação do sistema de extração de vapores logo abaixo do Bloco A, prédio habitado no Residencial Parque Primavera e destinação correta dos resíduos</p> <p>03 novas ações aprovadas no Plano de Trabalho do PROAMB</p> <p>Criação do Grupo de Trabalho Técnico de análise das situações de risco nas áreas contaminadas no município de Campinas pelo Decreto nº 18161/13 e o Decreto nº 18.356/14.</p>	<p>Implantação do sistema de extração de vapores (SVE – Soil Vapor Extraction) de compostos orgânicos voláteis – VOC.</p> <p>Sistema de extração de vapores no contrapiso do Bloco A em operação 24 horas por dia. Esse sistema refere-se à medida mitigadora visando a diminuição do risco a saúde dos moradores (45 famílias diretamente beneficiadas) e baseia-se em uma unidade de tratamento dos vapores extraídos, via drenos horizontais e torres verticais com filtros de carvão ativado.</p>	<p>Continuidade na operação do sistema de extração de vapores no contrapiso do Bloco A em operação 24 horas por dia, através de novo TAC.</p> <p>Enviado o Projeto Básico subsidiando a Investigação Detalhada e Plano de Intervenção da Área, com o apoio da CETESB, à Secretaria de Administração, com abertura de processo licitatório (Protocolo 2015/10/23436).</p>
--	--	---	--

Educação para a sustentabilidade			
<p>Educação Ambiental com ações isoladas e eventuais</p> <p>SEMEIA com formato centralizado</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette criou por Decreto GT específico para propor Política e Plano Municipal de Educação Ambiental.</p> <p>Proposta de Política até Março/2014.</p> <p>Plano até 2º semestre de 2014.</p> <p>SEMEIA com descentralização das atividades e forte envolvimento dos mais diversos setores da PMC (5 mil participantes em mais de 60 atividades).</p>	<p>Projeto de Lei de Educação Ambiental concluído, Audiência Pública realizada e votado pela Câmara Municipal. Prefeito promulgou Lei Municipal da Política de Educação Ambiental.</p> <p>Plano Municipal de Educação Ambiental em elaboração</p>	<p>Publicada a Lei nº 14.961, de 16 de janeiro de 2015, que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental Plano de Educação Ambiental em elaboração</p>
O desafio de ampliar as áreas verdes			
<p>Banco de Áreas Verdes (BAV) com apenas 01 técnico em cargo comissionado</p>	<p>BAV com 03 novos funcionários de carreira</p> <p>Novos TCAs e TACs assinados com projetos inovadores</p> <p>Arborização Piloto na Cidade Judiciária: árvores com códigos de barras</p> <p>Termo de cooperação assinado com EMBRAPA</p> <p>Ordem de serviço conjunta SMSP/SVDS</p>	<p>Incremento da equipe do BAV, com uma Coordenação específica e aquisição de mais dois servidores de carreira.</p> <p>Mais de 65 mil árvores plantadas.</p> <p>Áreas degradadas recuperadas, praças construídas ou equipadas com compensações (com destaque ao Jardim Conceição).</p> <p>Aditamento do Termo de cooperação firmando com EMBRAPA</p> <p>Dado início a elaboração do Plano Municipal do Verde</p>	<p>Tivemos a retirada de 11 torres de alta tensão na Avenida Baden Powell, no Jardim Nova Europa, para futura implantação de ciclovia.</p> <p>Nos plantios mais recentes, os indivíduos arbóreos são identificados digitalmente com QR Code.</p> <p>Lançamento do Portal Árvores de Campinas realizado em parceria com a EMBRAPA. O Portal é um WebGIS que permite ao usuário realizar consultas sobre a arborização viária na área urbana do Município de Campinas, assim como os plantios do Banco de Áreas Verdes (BAV) e as árvores imunes à corte.</p>

GT estuda áreas verdes de Barão Geraldo			
<p>Manifestações no Orçamento Participativo solicitam plano para a preservação de áreas verdes de Barão Geraldo</p> <p>Movimento reivindica criação do Parque de Barão na Fazenda Rio das Pedras</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette cria por Decreto GT específico para estudar áreas de preservação permanente no distrito e propor estratégias para sua preservação.</p> <p>Os trabalhos do grupo estão em fase final</p> <p>Apresentação do Plano de Trabalho em Jan/14</p>	<p>Plano de Trabalho concluído no início do ano com entrega para a Câmara de Compensação Ambiental do Estado, para a busca de financiamento dos próximos passos e envio ao ICMBIO solicitando apoio.</p>	<p>Câmara de Compensação Ambiental do Estado em andamento.</p>
Plano Municipal da Mata Atlântica			
<p>Plano Municipal da Mata Atlântica inexistente e previsto apenas como meta.</p>	<p>Plano Municipal da Mata Atlântica em contratação</p> <p>Será elaborado com metodologia de participação on-line em parceria com a SOS Mata Atlântica (uma das mais importantes ONGs do Brasil)</p> <p>Abre possibilidades de novos recursos federais, conforme prevê a Lei da Mata Atlântica.</p>	<p>Em análise jurídica Termo de Cooperação Técnica para parceria SVDS-SOS Mata Atlântica.</p>	<p>Termo de Cooperação Técnica assinado.</p> <p>Primeira audiência com o COMDEMA realizada em 28 de maio de 2015, seguidas de duas Oficinas Participativas.</p>
Fazendo a lição de casa			
<p>Campinas sem realizar Conferência de Meio Ambiente desde 2003, na oportunidade, coordenada pela SANASA.</p>	<p>Realizada a 2ª Conferência Municipal de Meio Ambiente de Campinas em conjunto com COMDEMA, com significativa participação, em importante momento de definição sobre a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos</p> <p>Participação dos delegados representantes de Campinas nas Conferências Estadual (2ª quinzena/Set) e Nacional (2ª quinzena/Out) de Meio Ambiente.</p>	<p>Considerando que as conferências são bianuais, a próxima possivelmente será realizada em 2015.</p>	<p>O Município aguarda a convocação da Conferência em nível nacional para seu consequente desdobramento em nível estadual e municipal.</p>

Tecnologia aplicada à fiscalização			
<p>Setor de Fiscalização sem espaço físico próprio</p> <p>Fiscais "presos" nos plantões de Atendimento ao Cidadão</p> <p>Nenhuma multa aplicada</p> <p>Fiscalização sem uso de modernas tecnologias</p>	<p>Setor instalado no 19º andar em espaço próprio</p> <p>Fiscais livres para fiscalização preventiva e corretiva</p> <p>Operações periódicas em articulação com a Guarda Municipal</p> <p>R\$890mil em multas aplicadas até 03/Dez/2013</p> <p>Planejada aquisição de modernos equipamentos para Setor de Fiscalização</p>	<p>Setor transformado em Coordenadoria, resultando em melhor organização do trabalho.</p> <p>Continuidade das operações periódicas com a Guarda Municipal.</p> <p>O valor de R\$1.393.302,37 em multas aplicadas até dezembro de 2014</p> <p>Aquisição de novos computadores.</p> <p>Aquisição de <i>pickup</i> adesivada exclusiva para a área de fiscalização ambiental com recursos do PROAMB.</p>	<p>Voos de drones fiscalizam áreas verdes do Município, fruto de parceria com o COTUCA/UNICAMP.</p>
Conselhos com autonomia			
<p>COMDEMA sem verba para funcionamento conforme prevê legislação</p>	<p>Destinado ao COMDEMA R\$ 100 mil PROAMB/ 2013, mediante apresentação de plano de trabalho</p> <p>CONGEAPA com R\$ 60 mil para definir aplicação</p>	<p>Criação de Coordenadoria de Apoio aos Conselhos e Fundos Ambientais.</p> <p>Plano do PROAMB 2014 destina ao COMDEMA mais R\$ 150 mil e ao CONGEAPA mais R\$30 mil.</p>	<p>Foi aprovada a dotação orçamentária na Lei Orçamentaria Anual.</p> <p>Novo Regimento Interno do COMDEMA aprovado.</p>
Censo da Economia Verde			
<p>Lei municipal que criou o censo da economia verde sem regulamentação</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette publicou Decreto regulamentador nº 17.85, de 23 de janeiro de 2013, realizado Seminário e o Portal do Censo da Economia Verde está no ar.</p>	<p>Aprovada ação no Plano de Trabalho do PROAMB/2014, que prevê R\$500 mil para a contratação da busca ativa para o Censo.</p>	<p>Elaboração do Termo de Referência da contratação em andamento</p> <p>Portal finalizado.</p>

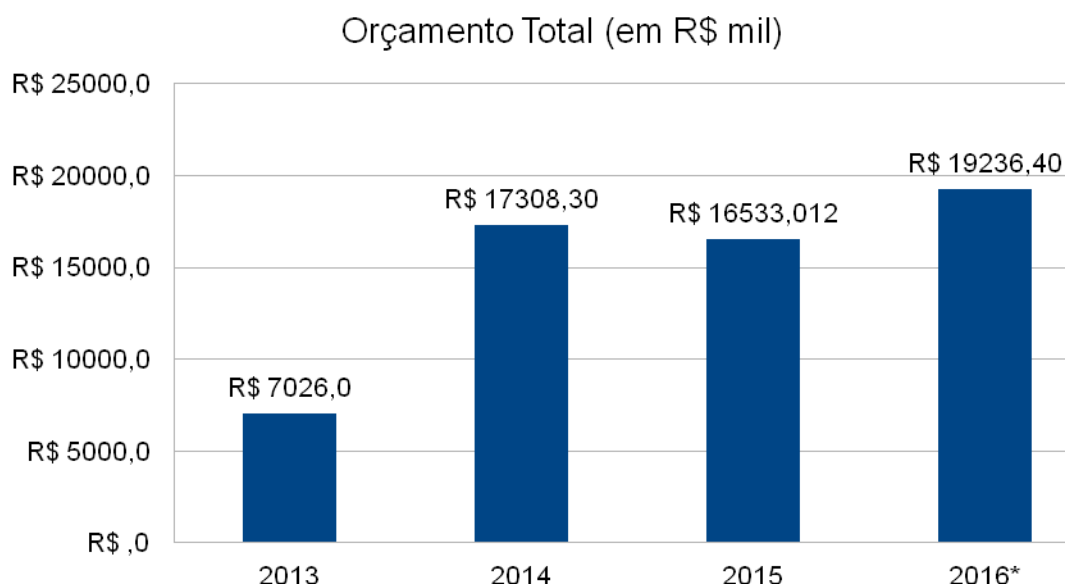
PMC Solar			
Prédio da Prefeitura com gasto anual de R\$ 550 mil em energia elétrica, sem ideia de aproveitar lajes e fachadas para captação de energia.	Estudo de viabilidade e projetos básicos para instalação dos painéis solares nas lajes do 3º e 19º em contratação	Licitação deserta. Contratação não realizada. O projeto básico está em elaboração em parceria com SEINFRA/SMDEST/através da UNICAMP.	Projeto Básico contratado e em conclusão pela UNICAMP
Município VerdeAzul			
Campinas em 220º lugar no ranking, com 61,17 pontos Informações não apresentadas e ações não executadas por falta de coordenação e metodologia	Prefeito Jonas Donizette cria GT específico para o Programa Município VerdeAzul, sob coordenação da SVDS Cerca de 18 órgãos da administração trabalham em conjunto na elaboração do Plano de Ação Plano de Ação de Campinas entregue em final de Set/2013 Campinas em 14º lugar, com 89,5 pontos	Campinas contemplada com um triturador de galhos, como premiação, no valor de R\$ 200 mil, destinado à Secretaria de Serviços Públicos Realizadas 5 reuniões setoriais e uma geral para apresentação do Ciclo 2014 do Programa. Campinas em 46º lugar com 88,4 pontos. Novas ações e projetos de lei em estudo para atendimento das diretivas ainda não foram considerados e só irão pontuar no ciclo 2015.	Com os expressivos resultados obtidos nos dois últimos 2 anos, a SVDS trabalha em 2015, em conjunto com outros órgãos da administração, para manter o patamar de 90 pontos no ranking do programa.

Cuidando e protegendo os animais			
<p>Ação vinculada à Secretaria de Saúde.</p>	<p>Inícios das tratativas para essa ação integrar uma das funções da SVDS.</p>	<p>Com a Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, criando a nova Secretaria, o Departamento de Proteção e Bem-Estar animal pôde iniciar suas atividades no antigo prédio do CCZ, de forma a garantir um novo olhar no atendimento das demandas envolvendo os animais domésticos e selvagens do município.</p> <p>Inauguração do Portal Animal, com ferramentas destinadas a prestarem vários serviços aos munícipes.</p> <p>Elaboração de um sistema informatizado municipal de cadastramento animal.</p> <p>Aquisições de microchipagem concluídas e contratação para castrações em fase final.</p>	<p>O processo de castração de implementa-se por intermédio de unidade móvel com ações bairro-a-bairro, acompanhado de microchipagem de animais, cadastramento da população de cães e gatos do município.</p> <p>Implementação de programas: ressocialização de cães agressivos, prevenção ao abandono de animais em comunidades que irão se mudar (parceria com a SEHAB, COHAB).</p> <p>Melhoria nas feiras de doação de animais (espaço e frequência), e do espaço que acolhem os animais abandonados para futuros processos de adoção.</p>
Apostando do planejamento da Cidade			
<p>Planos ambientais inexistentes.</p>	<p>Plano de Saneamento concluído sob a Coordenação da SVDS.</p>	<p>Planos de Recursos Hídricos, Plano do Verde e de Educação Ambiental em andamento.</p> <p>Demos início às ações de interface na revisão de Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor, sob a Coordenação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.</p>	<p>Planos Ambientais do Verde e de Recursos Hídricos com diagnóstico técnico e social finalizado.</p> <p>Interface com o Plano Diretor de Campinas e LOUS em andamento.</p>

Evolução da Gestão Ambiental

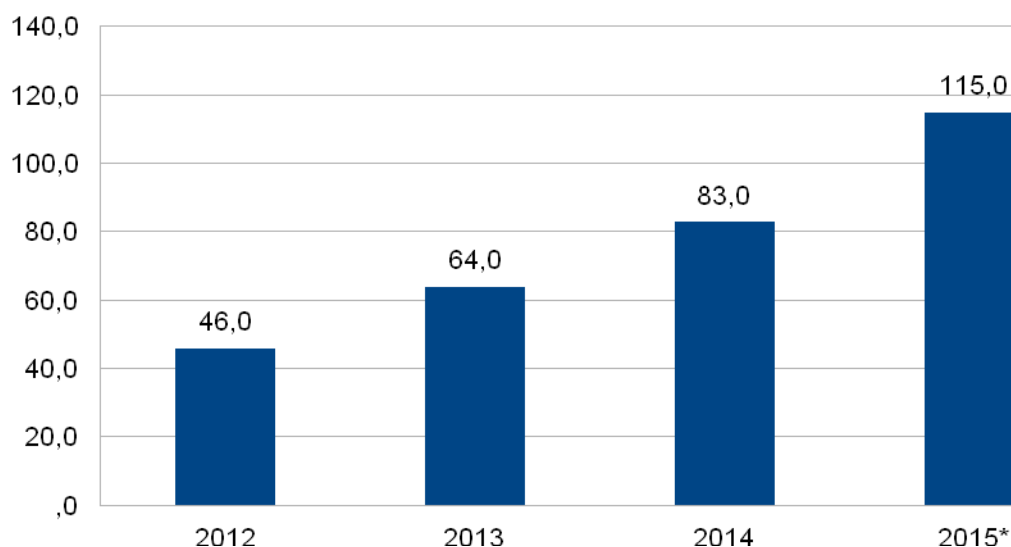
Em 2014 inauguramos uma seção de macroindicadores, que buscam demonstrar a evolução e o fortalecimento da gestão ambiental no município de Campinas no período recente.

Os dois primeiros desses indicadores estão relacionados à estrutura da atual Secretaria, reforçada na nova gestão municipal com a instituição da Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, que efetivamente criou a Secretaria como ela é hoje. O orçamento da Secretaria foi também favorecido pelo destravamento do PROAMB, que passou a ser a principal fonte de recursos para os projetos e as ações da SVDS. A evolução do quadro de funcionários também é notória:



* Valor dos orçamentos aprovados para o ano de 2016 (Recursos Próprios + PROAMB)

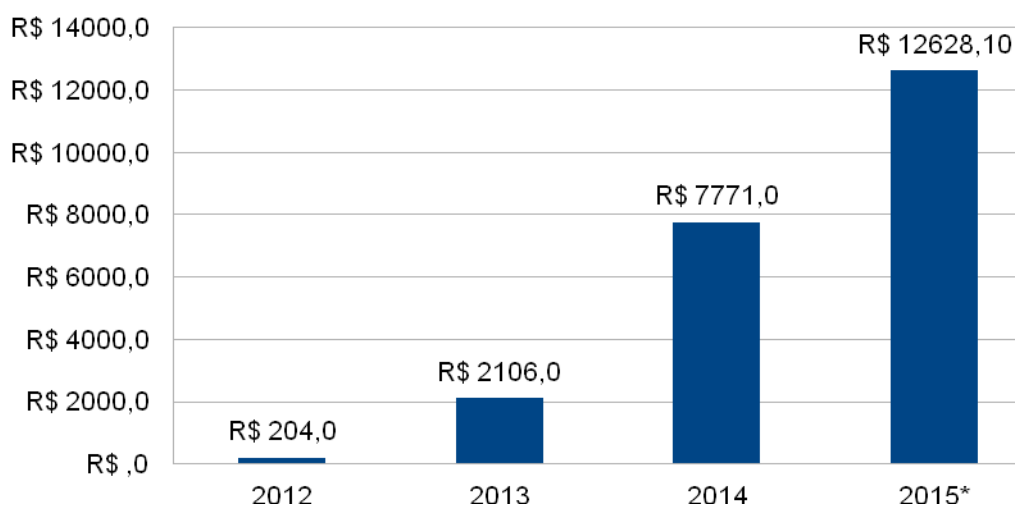
Número de servidores da Secretaria



* Número total de servidores da Secretaria, incluindo estagiários, motoristas e patrulheiros.

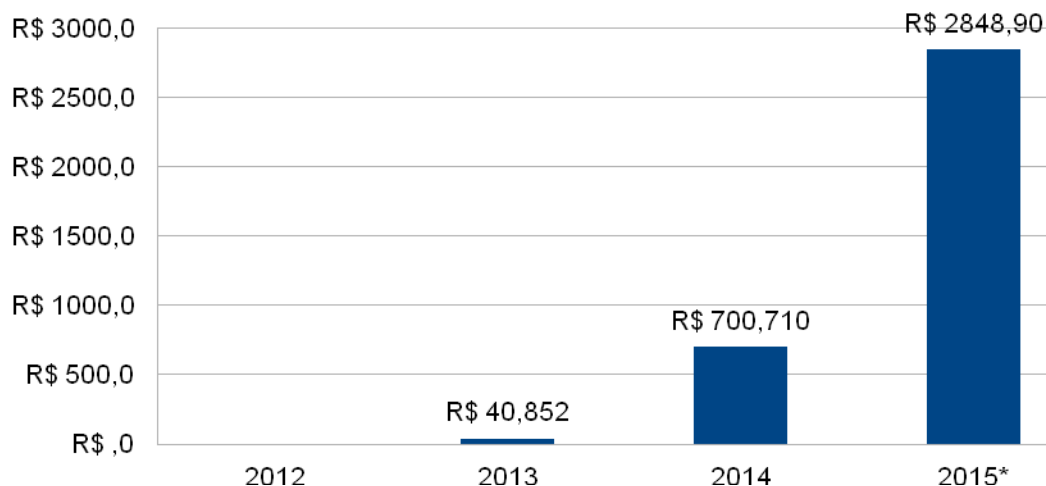
O terceiro e quarto macroindicadores visam demonstrar a evolução do saldo em conta do PROAMB bem como da aplicação de recursos do Fundo: a evolução do saldo em conta demonstra a disponibilidade e a liquidez do Fundo e a evolução dos recursos aplicados marcou o ano de 2014 como o início efetivo da utilização dos recursos na execução de projetos e ações na área ambiental, se fortalecendo no ano de 2015:

Saldo em c/c do PROAMB (em R\$ mil)



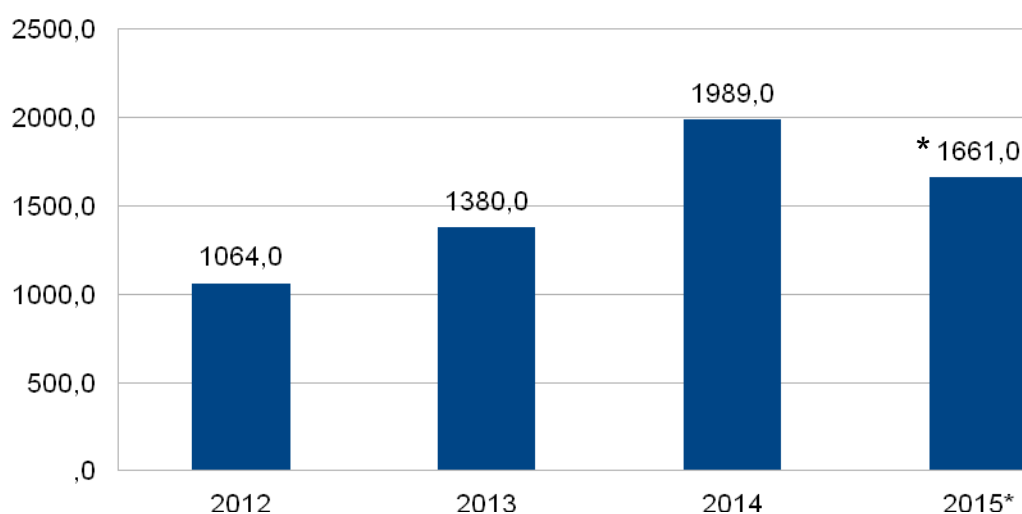
* Saldo em 23 de novembro de 2015

Valores dos Serviços Contratados pelo PROAMB (Total acumulado em R\$ mil)



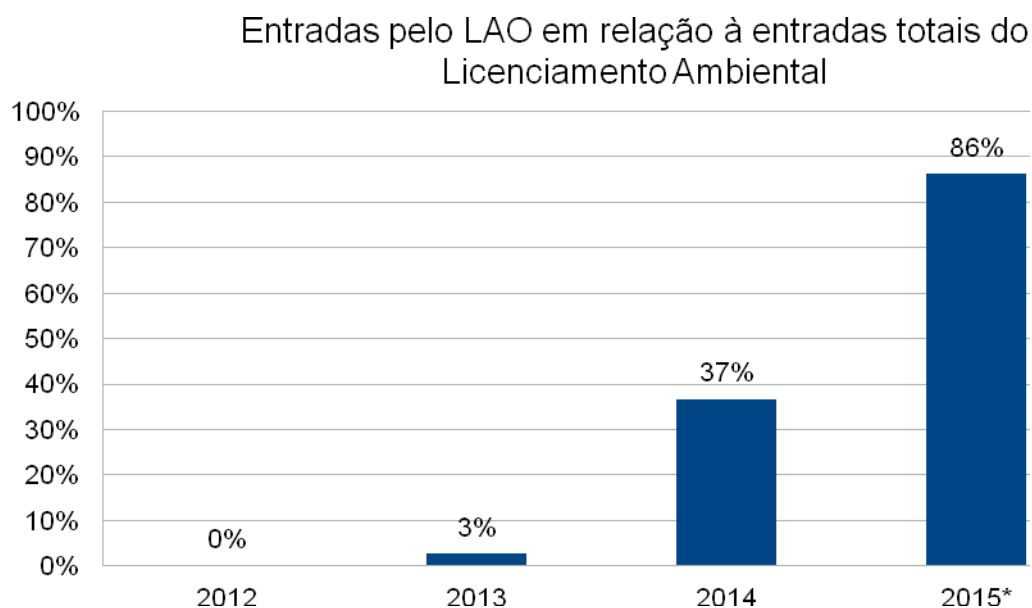
Os dois próximos macroindicadores demonstram a evolução no número de documentos emitidos pelo Departamento de Licenciamento Ambiental (a partir da redução do estoque de processos) e o aumento expressivo da participação do Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO) em relação às entradas totais de processos. Desde setembro de 2014 todas as novas solicitações de licenciamento passaram a ter como única entrada o LAO, significando maior agilidade e transparência nos processos de licenciamento ambiental:

Número de documentos emitidos pelo Licenciamento Ambiental



* Números de até dezembro 2015.

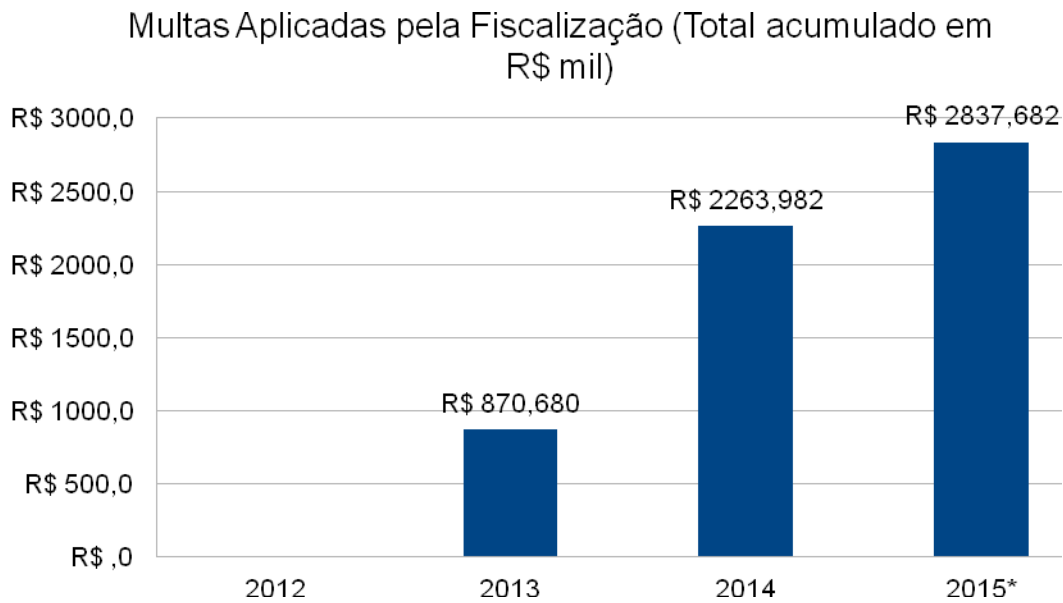
Sobre os índices de produtividade do DLA, há de se destacar que, de acordo com o novo marco do licenciamento ambiental (Decreto nº 18.705/2015), diminuimos a quantidade de documentos emitidos, pois o Anexo III – Áreas Verdes não mais emite ETM's e, em algumas outras situações, as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação podem agora ser emitidas concomitantemente, através da obtenção de um único documento ambiental, o que influencia diretamente no comparativo numérico de documentos até então emitidos. Além disso, para efeito de comparação, acrescentamos que 2014 foi um ano atípico no licenciamento ambiental em Campinas pelo fato de que diversas empresas de telecomunicação solicitaram o licenciamento e/ou regularização ambiental de todos os sistemas de rádio frequência implantados no Município e, com a publicação da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2014, todas estas solicitações culminaram na emissão de Certificados de Dispensa de Licenciamento – CDL. Portanto, não houve queda de produtividade, mas otimização de documentos emitidos.



* Números de até outubro 2015.

O macroindicador a seguir demonstra a evolução das multas aplicadas pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental em decorrência de denúncias de irregularidades na área ambiental, indicando a preocupação da atual Secretaria

também com os instrumentos de comando e controle já consolidados, conforme demonstrado abaixo:

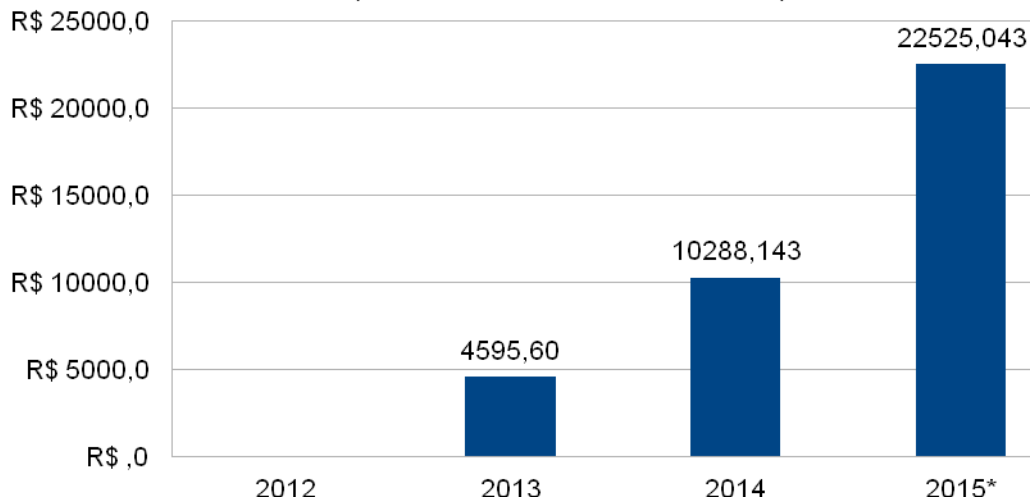


* Dados de até outubro 2015.

Os dois macroindicadores a seguir demonstram a evolução dos Termos de Compromisso Ambiental (TCA) e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados com a Secretaria, bem como a evolução dos plantios advindos de compensações do processo de licenciamento ambiental.

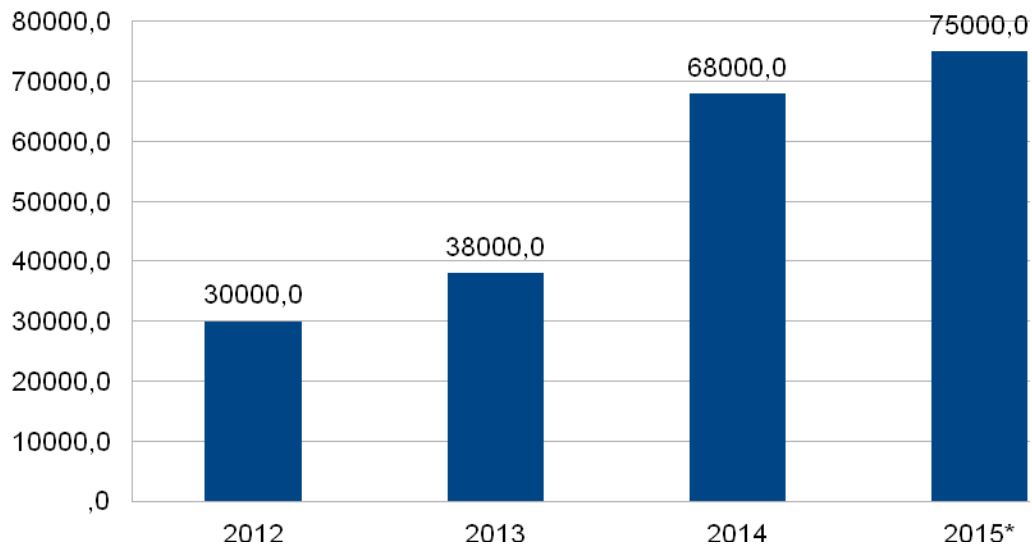
Em 2013, os procedimentos do BAV ainda não estavam afinados, não havia uma forma definida para gestão dos protocolos, e havia somente um funcionário. Em 2014, com a organização do BAV, aumentaram o número de anuências e de vistorias, sendo esta uma das razões para o aumento dos plantios, refletidos nos últimos 2 anos.

Compromissos ambientais firmados com a Secretaria (Total acumulado em R\$ mil)



* Dados de até outubro 2015.

Número de mudas plantadas pelo BAV

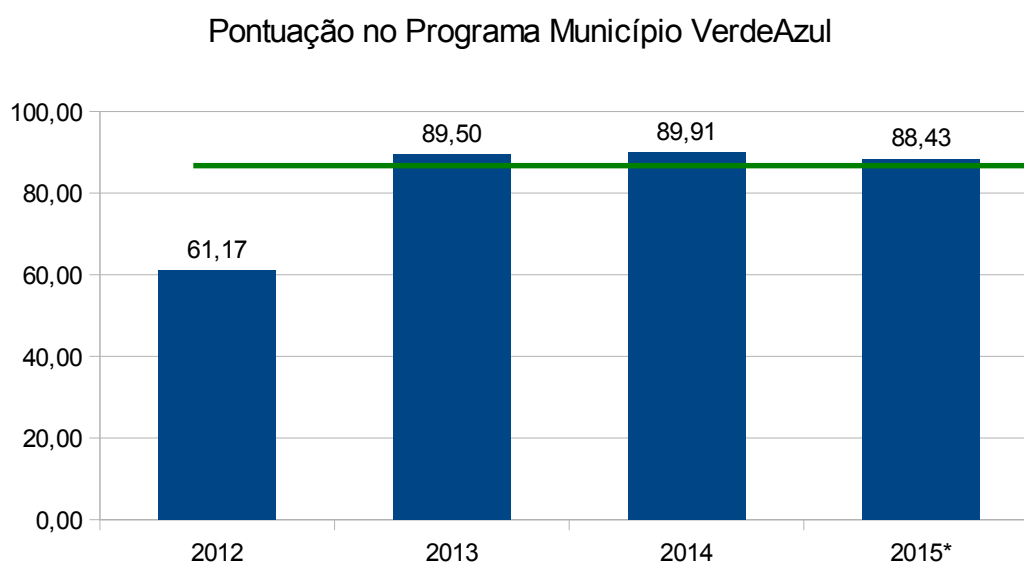


* O número de 2015 representa a meta para o ano.

Os plantios apenas são conhecidos após as vistorias, cujo lapso temporal é de até 4 meses.

Pudemos investir também na evolução do Programa Município VerdeAzul. Como este índice é uma síntese de diversos indicadores ambientais, acreditamos que ele

representa os esforços que vêm sendo feitos nessa área no município. A nota 80 seria como uma “nota de corte”, acima da qual o município se certifica no Programa.



* Passível de recurso.

Após os recursos, a pontuação de Campinas no Programa Município VerdeAzul 2014 aumentou de 88,41 pontos para 89,91 pontos, saindo da 46ª para a 41ª posição no ranking do PMVA. Campinas supera assim a pontuação obtida no ano de 2013 (89,5 pontos) e continua sua trajetória ascendente no fortalecimento da gestão ambiental local.

Equipe

Jonas Donizette
Prefeito

Henrique Magalhães Teixeira
Vice-Prefeito

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rogério Menezes
Secretário
Oceanógrafo, MSc.

Andréa Cristina de O. Struchel
Supervisora Departamental
Advogada, MSc.

Vera Regina Custodio Rebusti
Assistente do Secretário
Magistério

Assessoria de Gabinete - AG

Ângela Cruz Guirao
Bióloga, Dra.

Cezar Augusto Machado Capacle
Arquiteto

Jana Rafaela Dal Colletto Franco
Pedagoga

Nilce Rosinalva da Silva
Advogada

Ricardo Moreira Casetta
Economista

Sylvia Regina Domingues Teixeira
Engenheira Química, MSc.

Vagner dos Santos
Gestor Público (cursando)

Aprendiz

Luana Heloisa Jesus de Araújo

Estagiários

Guilherme Henrique Pereira da Silva
Estagiário em Biologia

Isabeli Spindola Clemente
Estagiária Técnica em Administração de Empresas

Larissa Lima Silva
Estagiária Técnica em Administração de Empresas

Laura Mantovani de Tonhasolo do Amaral Lemos
Estagiária em Administração de Empresas

Patrícia Ferreira de Souza
Estagiária em Arquitetura e Urbanismo

Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESC FM

Dagildo de Jesus Rodrigues (Coordenador)
Administrador de Empresas e Contador

Janete do Prado Alves Navarro
Tecnóloga em Controle Ambiental

Coordenadoria Financeira - CF

Lúcia Redondo Soares (Coordenadora)

Paulo Roberto Fernandes Estopa
Advogado

Raquel Gimenez Rodrigues
Apoio Administrativo

Coordenadoria Administrativa e de Expediente - CAE

Veronilda Ribeiro da Silva (Coordenadora)

Antonio Roberto Pagliatto (Expediente)

Karla Chaves Rodrigues (Expediente)

Motoristas

Antonio Marcos de Souza
Paulo Roberto Andrade
Edson Roberto Gonzaga da Silva

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA

Leandro A. S. Arruda Melo (Diretor)
Engenheiro Civil

Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA

Ana Luiza Ahern Beraldo (Coordenadora)
Bióloga, Dra.

Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS)

Rebeca Veiga Barbosa (Coordenadora)
Bióloga. MSc.

Carlos Augusto Justo Barreiro
Engenheiro Civil

Gabriel Dias Mangolini Neves
Engenheiro Ambiental

Geraldo Magela Martins Caldeira
Engenheiro Civil

Luiz Fernando Soares Fonseca
Engenheiro Agrônomo

Coordenadoria de Suporte Geológico (CSG)

Rafaela Bonfante Lançone (Coordenadora)
Geóloga

José Carlos Borges
Geólogo

Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local - CLA

Patrícia Neves (Coordenadora)

Engenheira Ambiental

Anexo I – Empreendimentos Imobiliários

Lindenberg Casimiro Damasceno (Líder)

Engenheiro Ambiental

Alexandre Costa

Engenheiro Civil

Daniel Prenda de O. Aguiar

Engenheiro Civil. MSc.

Ariane Furlanes da Silva

Engenheira Ambiental

Anexo II - Infraestrutura

Gustavo Fabrício D'Estefano (Líder)

Engenheiro Civil

Fernando G. de Martino

Engenheiro Ambiental

Heloíse Mara Geraldino Maia

Engenheira Ambiental

Glauco David Froio Cabral

Engenheiro Civil

Anexo III – Áreas Verdes

Maria Carolina Brunini Siviero (líder)

Bióloga. MSc..

Luiz Fernando Vogel

Engenheiro Agrônomo

Everaldo de Carvalho Conceição Telles
Engenheiro Agrônomo. Dr.

Anexo IV – Atividades Poluidoras

Carla de Souza Camarneiro (Líder)
Engenheira Ambiental

Mário Jorge Bonfante Lançone
Engenheiro Ambiental

Apoio Administrativo

Rosana Reiko Ito

Estagiário

Kaio Bello Lemes de Moura
Estagiário em Engenharia Ambiental

DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DVDS

Marcos Roberto Boni (Diretor)
Advogado

Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental -CPEA

Roberto Santos Alberto (Coordenador)
Artista Plástico

Maria Eugênia Mobrize
Assistente Social

Márcio Cristian Ferreira
Técnico em Meio Ambiente

Maria Amélia Fernandes de Castro
Pedagoga e Administradora de Empresas

Cláudia Esmeriz Gusmão
Engenheira Agrônoma

Sueli Aparecida Thomaziello
Geógrafa, Dra.

Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - CTelA

Guilherme T. N. P. de Lima (Coordenador)
Oceanógrafo, Dr.

Paulo Ricardo E. de C. Neto
Engenheiro Agrônomo

Ricardo Simão Amon
Engenheiro Agrônomo, MSc.

Vitor Moraes Ribeiro
Geógrafo

Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental - CPGA

Isadora Rebelo Salviano (Coordenadora)
Bióloga, MSc.

Phillip de Souza Cardoso
Engenheiro Ambiental

Geraldo Ribeiro de Andrade Neto
Engenheiro Ambiental

Ivie Emi Sakuma Kawatoko
Engenheira Ambiental, MSc.

Cláudio Pacheco de Oliveira
Geógrafo, Dr.

Celso Ribeiro de Freitas Jr
Engenheiro Sanitarista

Maria Stela Belluzzo Prado
Engenheiro Sanitarista

Juliano Braga
Ecólogo

Coordenadoria Setorial do Verde - CV

Mariana Ferreira Cisotto (Coordenadora)

Geógrafa, Dra.

Alethea Borsari Peraro

Ecóloga

Danilo José Alves Peixoto

Engenheiro Agrônomo

Vinicius Leite de Campos Menegale

Engenheiro Agrônomo, MSc.

Apoio Administrativo

Adriano José Gomes

Estagiários

Bianca Maris Egger Nascimento

Estagiária em Engenharia Ambiental
Ambiental

Laurie de Vasconcelos Neves

Estagiária em Engenharia

Ana Jéssica dos Santos

Estagiária em Biologia

Adriana Felipe de Araújo

Estagiária em Biologia

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - DPBEA

Paulo Anselmo Nunes Felipe (Diretor)

Veterinário, Dr.

Coordenadoria Setorial de Gestão de Animais - CGA

Lara Sofia Frigeri (Coordenadora)

Pedagoga

Ana Karina Marangoni Cosive Paula (Chefe de Setor)

Bióloga

Eliana Santos Ferraz

Bióloga

Maria Eunice Rodrigues

Jornalista

Paulo José Mancuso
Médico Veterinário

José Carlos de Lima Frassani
Auxiliar Téc. Enfermagem

Adriana Filomena Molina Cardelli
Fundamental

Adeilton José Soares
Fundamental

Adelicio Teresiano Silva
Fundamental

Carlos Roberto dos Santos
Fundamental

Cláudio Roberto Pires
Fundamental

Domingos Jacinto Lopes
Fundamental

Floriza Pinto dos Reis
Fundamental

José Manja
Fundamental

Márcia Aparecida Felizardo
Fundamental

Maria de Lourdes Góis
Fundamental

Paulo Martins da Silva
Fundamental

Pedro Luiz Russo
Fundamental

Telma Lima Leal Semeão
Fundamental

Alcides Miguel Prado da Silva
Fundamental

Estagiários

Natália Silva Oliveira
Estagiária em Veterinária

Daniel Medina Vieira
Estagiária em Veterinária

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA

Heloísa Fava Fagundes (Coordenadora)
Tecnóloga em Controle Ambiental, Bióloga (cursando)

Adilson Cláudio de Barros
Nível Médio

Guilherme Demori Estevam
Engenheiro Ambiental

Luiz Omena Ferro (Chefe de Setor)
Técnico em Trânsito e Transporte

Maria Carolina Neves Quadros
Administradora, Bióloga (cursando)

Rodrigo dos Santos Santana
Engenheiro Civil (cursando)

Sumário

Apresentação	2
Quadro Resumo	7
Evolução da Gestão Ambiental	17
Equipe.....	23
Sumário	33
1. GABINETE DO SECRETÁRIO	41
1.1. Supervisão Departamental – SD	41
1.1.1. Acompanhamento das Atividades da SVDS	42
1.1.1.1. Planejamento 2015	42
1.1.1.2. Indicadores de Metas de Governo – IMG.....	44
1.1.2. Juntas Administrativas	46
1.1.2.1. Junta Administrativa de Recursos - JAR.....	46
1.1.2.1.1. Processos Analisados.....	47
1.1.2.2. Junta Técnico-Administrativa - JTA	47
1.1.2.2.1. Processos Analisados.....	47
1.2. Assessoria de Gabinete - AG	47
1.2.1. Parcerias.....	48
1.2.1.1. Fundação SOS Mata Atlântica	48
1.2.1.2. Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO).....	50
1.2.1.2.1. Termo de Cooperação	50
1.2.1.2.2. Termo de Convênio	51
1.2.1.3. Ações Conjuntas com as Universidades	52
1.2.1.3.1. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp).....	52
1.2.1.3.1.1. Projeto Parque Linear Ribeirão das Pedras - uma metodologia para desenvolvimento de projetos urbanos.....	55

1.2.1.3.2. <i>Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)</i>	57
1.2.1.4. <i>Casa da Sustentabilidade</i>	58
1.2.2. <i>Investindo em Ciclovias</i>	60
1.2.2.1. <i>Revitalização da Avenida José de Souza Campos (Norte-Sul) e construção de ciclovias</i>	61
1.2.2.2. <i>Revitalização da Avenida Baden Powell e construção de ciclovias</i>	62
1.2.3. <i>Orçamento Participativo e Meio Ambiente</i>	62
1.2.3.1. <i>Elaboração de plano de manejo de áreas verdes de interesse público, nascentes e matas ciliares em Barão Geraldo</i>	63
1.2.3.2. <i>Planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas</i>	64
1.2.3.3. <i>Medidas para a proteção de mananciais</i>	64
1.2.3.4. <i>Plano Ciclovitário do Município</i>	64
1.2.3.5. <i>Bicicletários e Paraciclos</i>	65
1.2.3.6. <i>Coletivo Educador Ambiental de Campinas</i>	65
1.2.3.7. <i>Atlas Ambiental e criação de Banco de Dados Municipal de Meio Ambiente</i>	65
1.2.3.8. <i>Implementação de Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco</i>	66
1.2.4. <i>Comunicação, Transparência e Atendimento ao Público</i>	67
1.2.4.1. <i>Atualização do site e identidade visual da SVDS</i>	67
1.2.4.1.1. <i>Teia da Cidadania Ambiental</i>	68
1.2.4.2. <i>Divulgação de eventos e ações da SVDS</i>	69
1.2.4.3. <i>Elaboração de hotspots</i>	70
1.2.4.4. <i>Atendimento ao público</i>	70
1.2.4.5. <i>Sistema 156 e Lei de Acesso à Informação (LAI)</i>	70
1.2.5. <i>Atividades Ordinárias do Gabinete</i>	71
1.2.5.1. <i>Protocolos</i>	71
1.2.5.2. <i>Emissão e Recepção de Documentos</i>	71
1.2.6. <i>Representações</i>	71

1.2.7. Equacionamento de áreas contaminadas	75
1.2.7.1. <i>Mansões Santo Antônio</i>	76
1.2.8. Pacote da Crise Hídrica.....	79
1.2.8.1. <i>Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis</i> . 80	
1.3. Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESCFCM	81
1.3.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA)	82
1.3.1.1. <i>Composição</i>	82
1.3.1.2. <i>Reuniões</i>	82
1.3.1.3. <i>Realizações</i>	83
1.3.2. Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas (CONGEAPA) 84	
1.3.2.1. <i>Composição</i>	85
1.3.2.2. <i>Reuniões</i>	85
1.3.2.3. <i>Análise de Protocolados</i>	85
1.3.2.4. <i>Apresentações</i>	86
1.3.2.5. <i>Avanços</i>	86
1.3.2.6. <i>Processo Administrativo</i>	87
1.3.3. Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ no Município de Campinas	87
1.3.3.1. <i>Trabalhos Realizados</i>	90
1.3.3.2. <i>Reuniões</i>	92
1.3.4. Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB).....	92
1.3.4.1. <i>Conselho Diretor e ações financiadas</i>	92
1.3.4.2. <i>Contratação e Acompanhamento</i>	94
1.3.4.3. <i>Pagamento e Contabilização</i>	96
1.3.5. Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos (FUNDIF)	98
1.4. COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA – CF	99

1.4.1. Orçamento.....	100
1.5. Coordenadoria Setorial Administrativa e de Expediente – CAE.....	101
1.5.1. Expediente	101
1.5.2. Recursos Humanos	102
1.6. Normativas	102
1.7. Relatório Parcial ANAMMA.....	103
1.7.1. Novo Site da ANAMMA	108
1.7.2. Revista Cidades Sustentáveis.....	109
1.7.3. Participações em eventos.....	110
1.7.4. Representações do Presidente da ANAMMA	110
1.7.5. Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente.....	111
1.7.6. 2ª Reunião Ordinária da Diretoria ANAMMA	112
1.8. Eventos	113
1.8.1. A Participação Social nos Planos Ambientais Municipais.....	113
1.8.2. 11º Encontro dos Profissionais de Meio Ambiente das Empresas de Grande Porte da RMC.....	113
1.8.3. Crise Hídrica	114
1.8.4. Mudanças Climáticas	114
1.8.5. Ações da SVDS.....	115
1.8.6. Aspectos Ambientais da Aprovação de Empreendimentos Imobiliários	116
1.8.7. CDPCities.....	116
1.8.8. Prestação de Contas junto ao COMDEMA.....	117
1.9. Premiação.....	118
2. DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA	118
2.1. Coordenadorias do Departamento de Licenciamento Ambiental.....	120
2.1.1. Coordenadoria de Suporte Geológico - CSG	121
2.1.2. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS).....	121

2.1.3. Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local (CLA)	123
2.1.3.1. Anexo I – Empreendimentos Imobiliários	124
2.1.3.2. Anexo II – Infraestrutura	125
2.1.3.3. Anexo III – Áreas Verdes.....	126
2.1.3.4. Anexo III-SG – Suporte Geológico	128
2.1.3.5. Anexo IV – Atividades Potencial ou Efetivamente Poluidoras.....	129
2.2. Licenciamento Ambiental Online – L.A.O.....	131
2.2.1. Produtividade Geral do DLA	133
2.2.2. Destaques no Licenciamento Ambiental do Ano de 2015.....	135
2.3. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA.....	137
2.4. COMDEMA.....	138
2.5. CONGEAPA	139
2.5.1. Regulamentação no Âmbito Municipal para a Utilização de Água de Reúso	140
3. DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DVDS	143
3.1. Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental - CPGA.....	144
3.1.1. Setor de Planos e Políticas Públicas / SPP	145
3.1.1.1. Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)	145
3.1.1.2. Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRH).....	146
3.1.1.3. Subsídios ao Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo.....	147
3.1.1.4. Projeto de Saneamento Rural	148
3.1.1.5. Projeto de Avaliação de Impacto Ambiental do Rio Capivari.....	149
3.1.1.6. Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).....	150
3.1.1.7. Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (PRNAC)	152
3.1.2. Diretrizes Ambientais	154
3.1.2.1 Gestão das Informações das Diretrizes Ambientais	155
3.1.3. Indicadores de Desempenho Ambiental (IDA).....	155

3.1.3.1. Programa Município VerdeAzul - PMVA.....	156
3.1.3.2. Programa Cidades Sustentáveis – PCS.....	158
3.1.3.3. CDP Cities.....	159
3.1.3.4. Inventário de Gases de Efeito Estufa da RMC.....	160
3.2. Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - C-TelA.....	161
3.2.1. Apoio a Áreas e Produtos da SVDS.....	161
3.2.2. Produtos da C-TelA.....	166
3.2.2.1. Levantamento das Plumas de Contaminação das Áreas Contaminadas de Campinas.....	166
3.2.2.2. Utilização de Drone para auxílio aos trabalhos técnicos da SVDS.....	167
3.2.2.3. Portal Árvores de Campinas.....	168
3.2.2.4. Nomenclatura da Hidrografia do Município de Campinas e validação do Banco de Dados.....	170
3.2.2.5. Capacitação dos Técnicos da SVDS.....	170
3.2.2.6. Quantitativos C-TelA.....	171
3.3. Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental - CPEA.....	173
3.3.1. A Estação Ambiental de Joaquim Egídio.....	174
3.3.1.1. Parada Ambiental.....	174
3.3.1.2. Roda de Conversa.....	176
3.3.1.3. Oficina Mão na Massa.....	177
3.3.1.4. Dedo de Prosa.....	178
3.3.2. Aniversário da Mata Santa Genebra.....	179
3.3.3. Educação Ambiental junto aos Guardiões da Natureza.....	180
3.3.4. Do Café às Estrelas.....	181
3.3.5. Campinas Contra a Dengue.....	183
3.3.6. Agricultura Urbana.....	184
3.3.7. Plantio de Árvores e Requalificação Arbórea.....	185
3.3.8. Programa de Coleta de Resíduos (bitucas) de cigarro em Campinas.....	187

3.4. Coordenadoria Setorial do Verde - CV	187
3.4.1. Banco de Áreas Verdes (BAV).....	188
3.4.1.1. <i>Plantios administrados pelo BAV</i>	189
3.4.2. Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID).....	193
3.4.3. Unidades de Conservação - UC	194
3.4.3.1. <i>Área de Proteção Ambiental Municipal de Campinas – APA Campinas</i>	194
3.4.3.2. <i>Área de Proteção Ambiental Municipal do Campo Grande – APA Campo Grande</i>	195
3.4.3.3. <i>Parque Natural Municipal dos Jatobás e Parque Natural Municipal do Campo Grande</i>	196
3.4.3.4. <i>Área de Relevante Interesse Ecológico Federal da Mata Santa Genebra – ARIE Mata Santa Genebra</i>	196
3.4.3.5. <i>Área de Proteção Ambiental Estadual do Piracicaba Juqueri/Mirim - APA Piracicaba Juqueri/Mirim</i>	196
3.4.3.6. <i>Grupo de Trabalho Técnico para Realizar Estudo Visando Avaliar as Áreas Prioritárias para Conservação Ambiental no Distrito de Barão Geraldo – GT-Barão</i>	197
3.4.4. Plano Municipal do Verde (PMV)	198
4. DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - DPBEA	199
4.1. Área Meio e Planejamento	202
4.1.1. Resultados previstos no Fundo Ambiental PROAMB 2013, 2014 e 2015, para o DPBEA.....	202
4.1.1.1. <i>Reforma das instalações do DPBEA, antigo CCZ (PROAMB 2013).</i>	202
4.1.1.2. <i>Sistema de cadastramento de animais do município de Campinas e Portal do DPBEA (PROAMB 2014).</i>	202
4.1.1.3. <i>Controle populacional – Castração de Animais domésticos (cães e gatos) do município de Campinas (PROAMB, 2014).</i>	203
4.1.1.4. <i>Doação de animais através de feiras itinerantes, compra de tenda, módulos de canil (PROAMB, 2014).</i>	204
4.1.1.5. <i>Contratação de serviço de CRAS (Centro de Recuperação de Animais Selvagens), resultado (PROAMB, 2014).</i>	206
4.1.1.6. <i>Compra de alojamento para cães em canis da região (PROAMB, 2014).</i>	206

4.1.1.7. Aquisição de leitores e microchips para o cadastramento de clínicas veterinárias conveniadas (PROAMB 2015).....	206
4.1.1.8. Elaboração de um sistema de informação informatizado de levantamento da população de animais selvagens do município e dos microrganismos associados a esta (PROAMB 2015).....	207
4.1.1.9. Elaboração de Projeto Executivo para construção do Centro de Recuperação e Soltura de Animais Selvagens (CRAS) de Campinas (PROAMB 2015).....	207
4.1.2. Participação do DPBEA em outros resultados junto a outras áreas da SVDS.	207
4.1.3. Participação do DPBEA em projetos com setores ligados a Administração Pública.....	207
4.1.4. Participação do DPBEA em projetos conjuntos externos a Prefeitura Municipal de Campinas.	208
4.2. Área fim – Atividades do DPBEA	209
5. COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	211
5.1. Fiscalização Corretiva	211
5.2. Vistorias	212
5.2.1. Atendimentos Realizados pela CFA no Ano de 2015.....	213
5.2.2. Autos de Infração	215
5.2.3. Cobab.re	217
5.3. Fiscalização Preventiva	217
5.3.1. Operação Verão	217
5.3.2. Operação Estiagem	218
5.3.3. Parceria com a Guarda Municipal de Campinas.....	219
5.3.4. Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses: "Sala de Situação da Dengue"	220
5.3.5. Ações de Prevenção: Rotineira, prospectiva, intervenção sobre o risco não existente.....	221
5.3.6. Resposta: Intervenção sobre o risco existente.	221
5.3.7. Atividades Licenciáveis – Resolução Normativa do CONSEMA 01/2014	221
5.4. Outras participações	222

1. GABINETE DO SECRETÁRIO



1.1. Supervisão Departamental – SD

Compete à Supervisão Departamental do Gabinete da SVDS coordenar e acompanhar as atribuições relativas aos Departamentos, Assessorias, Coordenadorias e Setores da Secretaria, bem como auxiliar o Secretário no acompanhamento e coordenação de todas as ações, estabelecendo-se parâmetros de qualidade na boa gestão, sistematizando e atualizando os relatórios gerenciais semestrais, bem como conferindo a devida publicidade.

Com o acompanhamento dos relatórios gerenciais, esta área auxilia o Secretário na execução dos projetos estratégicos na área ambiental no âmbito da SVDS, bem como na construção de parcerias internas e externas. Dessa forma, afere o andamento das ações estabelecidas no Planejamento Estratégico de Atividades da SVDS de 2015, concluído em 2 de fevereiro de 2015, com a participação de todos os servidores.

Também faz parte das atribuições da função representar e responder pelo Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em eventuais ausências, bem como proceder a outras medidas tendentes ao bom andamento dos trabalhos.

Uma das atuais responsabilidades da Supervisão Departamental é presidir a Junta Administrativa de Recursos (JAR) e Junta Técnico-Administrativa (JTA), por força da nova regulamentação afeta ao licenciamento e fiscalização ambiental.

Com o intuito de melhorar a gestão ambiental municipal, a área recebe sugestões, reclamações, denúncias e propostas de qualquer cidadão ou entidade da sociedade civil, especialmente ligadas ao meio ambiente.

1.1.1. Acompanhamento das Atividades da SVDS

A SVDS se utiliza de diversas ferramentas de gestão para acompanhar as atividades planejadas e os compromissos assumidos, por meio do planejamento de atividades, Indicadores de Metas do Governo (IMG), bem como o acompanhamento das ações do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB), que está mencionado em item próprio do Fundo.

1.1.1.1. Planejamento 2015

Entre os dias 12 de dezembro de 2014 e 2 de fevereiro de 2015, foi conduzido o processo de planejamento da Secretaria para os anos de 2015 e 2016. Contando com a participação de todos os servidores da SVDS em maior ou menor grau, o processo envolveu as seguintes etapas:

- 1) Balanço do ano anterior, nivelamento das atribuições das áreas e identificação das competências dos funcionários - ocorrido em 12/dez/2014;
- 2) Alinhamento conceitual básico em termos dos instrumentos de planejamento e gestão - ocorrido em 19/dez/2014;
- 3) Elaboração dos cronogramas dos projetos e definição das metas e dos indicadores de acompanhamento para os processos críticos - entre 5/jan/2015 e 23/jan/2015; e
- 4) Apresentação e validação do conteúdo produzido, ou seja, do Planejamento 2015-2016 da Secretaria – realizado em 2/fev/2015.



Equipe da SVDS ao final do dia 12/dez/2014 quando foi concluída a 1ª etapa do Processo de Planejamento 2015-2016.

Crédito: Arquivo SVDS

Além de manter a característica participativa e democrática do processo de planejamento, a SVDS vem aprimorando ano a ano seus instrumentos de gestão, tendo sido definidas novas formas de acompanhar as atividades da Pasta, sempre possuindo como base o Ciclo PDCA³¹ de gestão.

Dessa forma, além de aperfeiçoarmos a ferramenta de elaboração e acompanhamento dos cronogramas dos projetos, incluímos o conceito de metas e indicadores para os processos mais relevantes da Secretaria, cujos resultados estão apresentados abaixo:

- Número de metas definidas: 17

- Principais processos associados: Plantio e Vistorias do Banco de Áreas Verdes, Atividades de Educação Ambiental, Governança da Água de Reúso, Fiscalização Ambiental, Cadastramento e Doação de Animais, Solicitações de Órgãos de Controle, Execução Financeira, Prazo de Análise do Licenciamento Ambiental.

Atividades / Gantt														
1	A	B	C	D	E	F	H	I	J	K	M	N	O	P
1	FAL-11 – Revisão das Taxas de Licenciamento				Conclusão prevista:							30/6/15		
2	Coord: Ricardo Casetta				Andamento Geral:									
3	Origem: Recomendações Falconi				Execução Geral:							25%		
4														
5	13/1/15													
6														
7														
8	Etapa			Referência	Planejado			Executado			Campos de Alerta			
					Início	Término	Duração da tarefa	Início	Término	Execução	Dias até o início	Dias até a conclusão		
9	• Revisão das propostas com os Anexos			Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%				
10	✓	Retomada dos entendimentos com o Anexo I			Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
11	✓	Retomada dos entendimentos com o Anexo II			Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
12	✓	Retomada dos entendimentos com o Anexo III			Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
13	✓	Retomada dos entendimentos com o Anexo IV			Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
14	✓	Retomada dos entendimentos com o Anexo III – SG			Ricardo	5/fev	20/fev	9	8/fev	18/fev	100%			
15	• Simulações			Ricardo	25/fev	22/mar	18	30/dez	30/dez	0%				
16	Elaboração das simulações			Ricardo	25/fev	22/mar	18			0%	29	46		
17	• Validação dos resultados			Ricardo	23/mar	28/abr	24	30/dez	30/dez	0%				
18	Apresentação inicial da proposta			Ricardo	23/mar	31/mar	7			0%	47	53		
19	Feedback inicial			DLA	1/abr	8/abr	5			0%	54	58		
20	Revisão e ajustes			Ricardo	9/abr	15/abr	5			0%	59	63		

Modelo de planilha de acompanhamento de projetos com interface para módulo de relatório

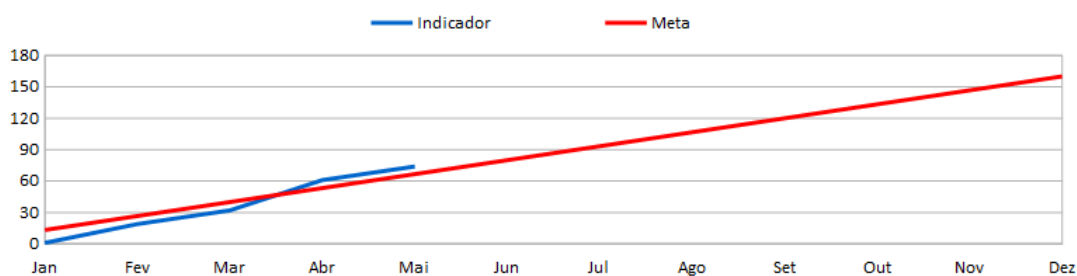
Desde o início do ano, o Gabinete da SVDS vem efetuando o acompanhamento periódico e eletrônico das ações e, de forma sistemática, apresentando o resultado desse acompanhamento para que seja possível atuar sobre um eventual atraso de uma entrega.

³¹ Do inglês: PLAN - DO - CHECK - ACT, ou seja, Planejar, Executar (Desenvolver, Fazer), Verificar (Checar) e Agir (Atuar). Refere-se a uma metodologia consagrada de melhoria contínua de processos e produtos.

No caso das metas propostas, o modelo adotado (padronizado para todas as metas) foi a de construção e apresentação da meta e do indicador no modelo que segue:

Descrição: Realizar em 1 ano a emissão de 160 Laudos Técnicos de Vistoria

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mensal	1	18	13	29	13							
Indicador	1	19	32	61	74							
Meta	13	27	40	53	67	80	93	107	120	133	147	160



Comentários: Em maio, houve grande redução no número de vistorias realizadas, sem que tenha havido nenhuma justificativa. Os técnicos foram informados e precisarão ficar atentos à realização de vistorias afim de cumprir a meta.

1.1.1.2. Indicadores de Metas de Governo – IMG

Com o intuito de acompanhar as metas estipuladas e divulgadas no Programa de Governo Jonas Donizette, foi desenvolvido pela Informática de Municípios Associados (IMA), ainda em 2013, o Sistema IMG - Indicadores de Metas do Governo, funcionando em uma plataforma intranet para acesso dos servidores e técnicos responsáveis por cada ação em cada Pasta.

Indicadores de Metas do Governo (IMG)							
Macro-eixo	Programa	Ação	Orgão	Peso	Data do último Apontamento	Concluído(%)	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	EQUACIONAMENTO DAS ÁREAS CONTAMINADAS	SVDS	3	14/02/2014	39,29%	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	SVDS	3	14/02/2014	51,15%	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL - Acompanhamento	SVDS	3	14/11/2013	90,00%	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL	SVDS	3	14/02/2014	19,29%	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS	SVDS	3	14/02/2014	12,35%	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	SVDS	3	20/02/2014	100,00%	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DO VERDE	SVDS	3		0,00%	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	SVDS	3		0,00%	

Modelo de planilha *on line* de acompanhamento de projetos diretamente pelo Gabinete do Prefeito

Todos os órgãos da Administração Pública Municipal se comprometeram a manter atualizados os programas, ações e atividades sob sua responsabilidade, obedecendo a um cronograma estipulado pelo Gabinete do Prefeito.

A SVDS possui um programa cadastrado no IMG, intitulado *Fortalecer a Gestão Ambiental*. Sob este programa, estão incluídas 08 ações, listadas abaixo com suas respectivas porcentagens de cumprimento (de acordo com a última atualização realizada em setembro de 2015):

AÇÃO	2014	2015**
<i>Equacionamento das Áreas Contaminadas</i>	72,86%	76,5%
<i>Política e Plano Municipal de Educação Ambiental ****</i>	100%	57,28%
<i>Plano Municipal de Mobilidade Sustentável – Acompanhamento</i>	90%	94,44%
<i>Programa de Ações de Proteção e Bem-Estar Animal ****</i>	78,57%	90%
<i>Plano Municipal de Recursos Hídricos</i>	25,88%	47,29%
<i>Plano Municipal de Saneamento Básico</i>	100%	100%
<i>Plano Municipal do Verde</i>	3,33%	47,62%
<i>Política Municipal de Meio Ambiente***</i>	0%	14,55%

* As ações acima foram reprogramadas quanto ao prazo e reprojatadas quanto às atividades e subatividades, razão pela qual as porcentagens sofreram eventuais decréscimo em virtude da ampliação do escopo da meta.

** Dados referentes a setembro de 2015, conforme relatórios produzidos pelo Sistema IMG.

*** Ação com início previsto para 2016.

**** Nomenclaturas alteradas para harmonização com as ações correlatas.

Além das ações sob o Programa *Fortalecer a Gestão Ambiental*, a SVDS participa de ações sob responsabilidade de outras Pastas. O Sistema IMG apresenta as atividades

com as quais a SVDS tem interface, seja como responsável direta, seja como participante de um grupo, permitindo assim acompanhar possíveis demandas advindas de outros órgãos da administração direta ou indireta.

1.1.2. Juntas Administrativas

1.1.2.1. Junta Administrativa de Recursos - JAR

A Junta Administrativa de Recursos (JAR) foi originalmente criada pelo artigo 173 do Decreto nº 18.036, de 25 de março de 2014, com a sua posterior substituição pelo Decreto nº 18.705, em seu artigo 178 e com a atual regulamentação da Ordem de Serviço SVDS nº 05/2015.

Compete à JAR proferir parecer opinativo em pedidos de reconsideração e recursos administrativos sobre atos infracionais dirigido à autoridade que lavrou o auto, no prazo de 15 dias, bem como no recurso administrativo, no prazo de 30 dias.

A referida Junta tem a missão de conferir o duplo grau de jurisdição administrativo aos atos conduzidos em sede de controle ambiental.

Os membros titulares e suplentes da JAR são servidores de carreira, nomeados pela Portaria nº 82121/2014.

A cada recurso, a JAR é constituída por um Presidente, um Relator e três membros, sendo que as funções do Relator e Membro são rotativas entre os quatro componentes dos órgãos julgadores, devendo ocorrer esse rodízio ou troca de atribuições a cada apresentação de defesa ou impugnação em face do conteúdo da matéria a ser apresentada.

Após a distribuição do processo, o Relator terá o prazo de 15 dias para estudar o caso para votação, com posterior publicação de súmula no Diário Oficial do Município e encaminhamento de e-mail ao requerente (quando disponível), que poderá manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 5 dias úteis. Após a finalização dos procedimentos indicados, o recurso é apreciado pelo Secretário da SVDS que, de forma fundamentada, profere decisão de deferimento, indeferimento ou

indeferimento parcial, também com posterior publicação em Diário Oficial do Município e envio por e-mail ao recorrente, para conhecimento.

1.1.2.1.1. Processos Analisados

No ano de 2015, a JAR realizou 18 reuniões de julgamento, sendo analisados e julgados até o final do mês de dezembro 28 recursos administrativos em face das ações de poder de polícia conduzidas pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da SVDS.

1.1.2.2. Junta Técnico-Administrativa - JTA

A Junta Técnico-Administrativa (JTA) foi reformulada pelo Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015, cuja regulamentação se deu pela Resolução SVDS 11, de 06 de outubro de 2015, em que se conferiu a atribuição de apreciar pedidos Selo S (Selo de Sustentabilidade), em sede de licenciamento ambiental municipal.

Dessa forma, compete à JTA proferir parecer opinativo com o objetivo de subsidiar a decisão de concessão do Selo S, nos termos do art. 116 do Decreto nº 18.705/2015 e subsidiar a decisão de deferimento ou indeferimento de exigência de estudos, projetos e documentos complementares necessários à instrução do processo de licenciamento ambiental.

Os membros titulares e suplentes da JAR são servidores de carreira e foram nomeados pela Portaria nº 82122/2014.

1.1.2.2.1. Processos Analisados

No ano de 2015, a JTA não realizou reuniões, uma vez que não houve demandas de documentos suplementares em sede de licenciamento ambiental.

1.2. Assessoria de Gabinete - AG

A Assessoria de Gabinete é composta por gestores e assessores técnicos e administrativos especializados.

As principais funções administrativas consistem em expedir memorandos, ofícios e demais correspondências oficiais, manifestações de rotina dos expedientes (interno e

externo), preparar materiais impressos ou digitais publicados nos site e página social, bem como dar encaminhamentos de atendimento das solicitações e questionamentos feitos (telefone, e-mail e por meio do procedimento de Lei de Acesso à Informação, entre outros).

As principais funções técnicas consistem em elaboração de minutas de projetos de lei, decretos e demais instrumentos normativos de interesse, proceder à análise e encaminhamentos de processos administrativos.

A fim de promover a melhoria da Gestão Ambiental no Município, a assessoria pesquisa, conhece, sistematiza, internaliza, consolida e integra estudos, informações, pesquisas e inovações tecnológicas ambientais, organiza eventos, fóruns e cursos de capacitação para difusão do conhecimento nas diversas áreas, bem como realiza a articulação institucional com órgãos de governo, agências, Poder Legislativo, Ministério Público, Conselhos Municipais e iniciativa privada, visando monitorar o surgimento de demandas, bem como identificar as interfaces desses órgãos com as atividades da Prefeitura Municipal de Campinas na questão ambiental.

1.2.1. Parcerias

1.2.1.1. *Fundação SOS Mata Atlântica*

Em solenidade na Sala Azul em 20 de maio deste ano, o prefeito Jonas Donizette anunciou a adesão ao programa estadual de recuperação de nascentes e assinou autorização para que Campinas, por meio da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mantenha cooperação técnica com a Fundação Mata Atlântica para a elaboração do Plano Municipal de Mata Atlântica, contemplado no Plano Municipal do Verde de Campinas.

Em 23 de junho, o Termo de Cooperação Técnica com a Fundação SOS Mata Atlântica foi assinado com o objetivo de estabelecer a mútua cooperação para ações de interesse recíproco, especialmente no que se refere à troca de conhecimento técnico, revisão e validação do Plano Municipal do Verde, por meio de leitura técnica e social, que abarcará as diretrizes e normativas necessárias à proteção, conservação,

recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica, bem como a preparação do Conselho Municipal de Meio Ambiente para análise do referido Plano.

No segundo semestre de 2015 foram realizadas duas Oficinas Participativas. Na primeira Oficina, ocorrida em 03 de julho, foi apresentado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), o diagnóstico do Plano Municipal do Verde pela equipe da SVDS, seguido da aplicação do Questionário de Caracterização por Percepção Ambiental pela equipe da Fundação SOS Mata Atlântica (http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/registro_oficina_comdema.pdf).



Oficina Participativa com o COMDEMA, realizada em 03/07/15.

Crédito: Arquivo SVDS

A segunda Oficina, realizada em 05 de agosto, ocorreu com a presença de conselheiros do COMDEMA previamente escolhidos pelo Conselho, para discussão sobre Visão de Futuro, por meio do método F.O.F.A., que pôde quantificar as vantagens e desvantagens internas e os aspectos externos positivos e negativos, que podem vir a comprometer ou facilitar a aplicação do Plano.

Maiores informações:

http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/registro_2_oficina_condema_atual.pdf



Oficina Participativa com o COMDEMA, realizada em 05/08/2015.

Crédito: Arquivo SVDS

Ademais, a Fundação SOS Mata Atlântica revisou o diagnóstico do Plano Municipal do Verde contribuindo com sugestões, bem como sugeriu critérios a serem utilizados na fase de prognóstico para priorização das áreas para recuperação e conservação, de acordo com o art. 43 do Decreto Federal nº 6.660/2008.

1.2.1.2. Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO)

Considerando as interfaces entre a formação de políticas ambientais para Unidades de Conservação e a expertise técnica que a FJPO apresenta, duas parcerias foram implementadas no ano de 2015.

1.2.1.2.1. Termo de Cooperação

Foi assinado em 15 de dezembro o Termo de Cooperação Técnica que estabelece a mútua cooperação entre o Município de Campinas, através da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Fundação José Pedro de Oliveira, para ações de interesse recíproco, especialmente no que se refere à troca de conhecimento técnico e a realização de ações voltadas para a gestão das Unidades de Conservação Municipais, visando à regularização fundiária, elaboração de Plano de Manejo, proteção, conservação e recuperação das seguintes áreas:

I – Área de Proteção Ambiental de Campinas;

II – Área de Proteção Ambiental do Campo Grande;

III – Parque Natural Municipal dos Jatobás;

IV – Parque Natural Municipal do Campo Grande;

V – Parque Natural Municipal da Mata; e

VI – Refúgio da Vida Silvestre do Quilombo.

1.2.1.2.2 *Termo de Convênio*

No dia 14 de janeiro de 2014, ocorreu uma forte tempestade que atingiu a ARIE Mata de Santa Genebra e suas imediações. Durante a tempestade houve ventos que chegaram a 87 km/h e há suspeita da passagem de um tornado, fato que ocasionou a queda de diversas árvores no interior da unidade de conservação. Estima-se que o número árvores caídas seja superior a 300 (ressalta-se que não foram vistoriadas áreas no interior da floresta).



Diretora do Departamento Técnico Científico da FJPO, Cynira Gabriel, observa árvore derrubada

Crédito: Élcio Alves/AAN

Fonte: http://correio.rac.com.br/conteudo/2014/01/ig_paulista/146660-tornado-derruba-200-arvores-em-mata-de-campinas.html

Com a degradação gerada pela tempestade, além dos impactos provenientes das ações antrópicas já existentes na unidade, houve aumento significativo do tamanho das áreas que necessitam de manejo e, atualmente, a Fundação José Pedro de Oliveira não dispõe de recursos suficientes, recursos humanos e recursos financeiros,

para realizar todos os trabalhos necessários a fim de restaurar os processos ecológicos em desequilíbrio por meio de manejo florestal no interior da unidade.

Assim, foi assinado em 07 de agosto o Termo de Convênio nº 78/2015 que tem como objetivo regular as relações entre a Fundação José Pedro de Oliveira e o Município de Campinas, por meio da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável visando à elaboração e execução de projeto voltado à Ação de Manejo e Recuperação Florestal de áreas degradadas na ARIE Mata de Santa Genebra.

Com a assinatura do referido Termo, foi realizado o repasse de R\$ 119.500,00 à Fundação, recurso oriundo do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB), para contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra qualificada temporária para auxiliar no projeto de restauração florestal e manejo de áreas degradadas no interior da ARIE Mata de Santa Genebra a ser coordenado pela equipe técnica da Fundação José Pedro de Oliveira.

1.2.1.3. Ações Conjuntas com as Universidades

1.2.1.3.1. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp)

A parceria entre a SVDS e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp) firmada em 14 de abril de 2015 continua gerando bons frutos.

Em 2015 tivemos a finalização de 3 trabalhos do 1º ciclo e outros 13 do 2º ciclo que se encerraram. Os trabalhos do 1º ciclo que finalizaram foram desenvolvidos com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, nas modalidades PET e Extensão Universitária. O 2º ciclo trouxe maior diversidade nas modalidades (estágio obrigatório) e outros cursos (Ciências Biológicas e Geografia).

Nesse segundo ciclo, desenvolvemos 9 trabalhos na modalidade estágio obrigatório, sendo 5 com a Faculdade de Ciências Biológicas e 4 com a Faculdade de Geografia. Também foram desenvolvidos 4 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), junto à Faculdade de Engenharia Ambiental. Esses trabalhos foram realizados dentro dos 5 blocos propostos pelo Termo de Cooperação, o que mostra que estamos no caminho

certo de atingimento dos nossos objetivos: troca de experiências, transversalidade e integração entre áreas com interface ambiental.

Em 2016 iniciaremos o 3º ciclo de trabalhos. Segue abaixo, quadro de acompanhamento dos trabalhos:

Propostas Concluídas (1ºCiclo)

ITEM	PROPOSTA	TITULO	UNIDADE (PUCC)	MODALIDADE
ÁREAS VERDES E FAUNA				
AVF 2	Projetos de parques lineares	Estudo Preliminar de Projeto do Parque Linear no Jardim São Marcos	Arquitetura e Urbanismo	PET Arquitetura
OUT 12, AVF 2 e OUT 17	Parque Linear Ribeirão das Pedras (Lev. Histórico da APP do Ribeirão das pedras Parque Linear, e projeto cicloviário)	Projeto Parque Linear Ribeirão das Pedras - uma metodologia para desenvolvimento de projetos urbanos	Arquitetura e Urbanismo	Extensão Universitária
AVF 8	Arborização Urbana X Vias Verdes e Polígono de Multiplicidade Ambiental - LC 15/06 – Plano Diretor Municipal	Cenários Futuros - polígono das vias verdes	Arquitetura e Urbanismo	PET Arquitetura

Propostas Concluídas (2º Ciclo)

ITEM	PROPOSTA	TITULO	UNIDADE (PUCC)	MODALIDADE
BLOCO I - RECURSOS HÍDRICOS				
RH1	Levantamento Hidrográfico - Mapeamento e caracterização de nascentes	Programa de Recuperação de Nascentes - PRNAC	Ciências Biológicas	Estagio Obrigatório
RH2	Definição do limite de suporte de ocupação das bacias	Proposta de Regulamentação do Subprograma PSA-Água de Campinas	Ciências Biológicas	Estagio Obrigatório

RH2 e AVF3	Definição do limite de suporte de ocupação das bacias. Levantamento de área ciliar/riveirinha total e degradada do município	Análise de impactos ambientais, difusos e pontuais, do trecho central, da microbacia do Rio Capivari, no distrito do Ouro Verde, Campinas, SP	Engenharia Ambiental	TCC
RH2 e AVF3	Definição do limite de suporte de ocupação das bacias. Levantamento de área ciliar/riveirinha total e degradada do município	Impactos ambientais temporais decorrentes da expansão urbana no trecho central da sub-bacia do Rio Capivari – Campinas/SP	Engenharia Ambiental	TCC
RH4	Nomeação oficial dos cursos d'água	Nomenclatura dos rios na cidade de Campinas	Geografia	Estagio Obrigatório
RH4	Nomeação oficial dos cursos d'água	Nomenclatura dos rios na cidade de Campinas	Geografia	Estagio Obrigatório
BLOCO III – ÀREA VERDE E FAUNA				
AVF1	Levantamento da Fauna e flora das UC's e principais fragmentos	Levantamento de fauna dos EIA/Rima, criação de uma matriz com os dados da biologia de cada espécie	Ciências Biológicas	Estagio Obrigatório
AVF3	Levantamento de área ciliar/riveirinha total e degradada do município	Estudo de técnicas de manejo da espécie invasora <i>Leucaena leucocephala</i> no município de Campinas-SP.	Engenharia Ambiental	TCC
BLOCO IV – EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
EA 5	Mapeamento estratégico e participativo de ações e iniciativas de educação ambiental não formal no município, por macrozona ou bacia hidrográfica	Mapeamento e análise das iniciativas de educação ambiental no município de Campinas	Engenharia Ambiental	TCC

BLOCO II - GEORREFERENCIAMENTO				
GEO2	Georreferenciamento do Licenciamento	Levantamento das atividades licenciadas	Geografia	Estagio Obrigatório
GEO2	Georreferenciamento do Licenciamento	Levantamento das atividades licenciadas	Geografia	Estagio Obrigatório
GEO2	Georreferenciamento do Licenciamento	Levantamento das atividades licenciadas	Ciências Biológicas	Estagio Obrigatório
BLOCO V – OUTROS PROJETOS				
OUT3	Levantamento da legislação ambiental existente	Plano de Recursos Hídricos - levantamento para o eixo institucional.	Ciências Biológicas	Estagio Obrigatório

1.2.1.3.1.1. Projeto Parque Linear Ribeirão das Pedras - uma metodologia para desenvolvimento de projetos urbanos

Como pode ser visto, a cooperação entre a SVDS e a PUC Campinas contempla projetos de várias áreas, oportunidade em que se exemplifica o trabalho que os alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade estão desenvolvendo, com um projeto urbanístico para o Parque Linear Ribeirão das Pedras, área verde que margeia o córrego, localizado no Distrito de Barão Geraldo.

No trabalho conjunto, os alunos elaboram o projeto urbanístico considerando as características das comunidades existentes nos oito quilômetros de extensão do Rio das Pedras, sendo que o levantamento serviu de base para o diagnóstico, onde são considerados aspectos como faixa de renda, forma de ocupação do lote, tipo de comércio, existência ou não de equipamentos públicos de esporte e lazer e nível de acessibilidade.



Imagens ajudam a entender o futuro parque linear

Crédito: Toninho Oliveira

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28395>

Em 03 de dezembro, houve o II Encontro de Integração PUCCamp & SVDS, para a divulgação e socialização dos trabalhos desenvolvidos pela parceria. O Evento ocorreu no Campus I da PUCCamp com a presença do Secretário Rogério Menezes representando a SVDS e a Prof^a Mariangela Cagnoni Ribeiro, representando a PUCCamp, com a apresentação de alguns dos finalizados do 1º e 2º ciclos e entrega de certificados aos participantes.



Fonte: <https://www.puc-campinas.edu.br/galerias-de-fotos/1268/puccampinas-mpf-e-secretaria-do-verde/>

1.2.1.3.2. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Em 2015, o Termo de Cooperação Técnica, com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para ações em cooperação na área de proteção animal e formação de corredores ecológicos foi finalizado por parte da Prefeitura, faltando a formalização junto à Unicamp, prevista pela o 1º semestre de 2016.

A parceria prevê ações serão voltadas ao controle, conservação e manejo de forma ética e legal, das populações domésticas, selvagens, peçonhentos e sinantrópicos, bem como o desenvolvimento de atividades voltadas a medicina da conservação, educação e promoção da guarda responsável de animais, dentro do Campus da Unicamp, localizado na Cidade Universitária.

1.2.1.4. Casa da Sustentabilidade



A Casa da Sustentabilidade está sendo proposta com o objetivo de apresentar à sociedade de Campinas e da região uma construção modelo de possibilidades alternativas de projetos, materiais e métodos construtivos. A Casa da Sustentabilidade será uma exposição permanente de soluções alternativas construtivas ecologicamente corretas, permitindo a constante atualização das tecnologias expostas, de modo a contemplar as progressivas inovações nesse campo. O espaço será referência em Educação Ambiental sobre o tema, tanto para técnicos do setor, como para usuários do parque e para visitas guiadas de escolas da cidade e da região. A Casa será usada ainda para eventos e exposições temporárias de interface ambiental, além da exposição permanente de soluções sustentáveis, com o objetivo de manter o debate constante e atualizado entre poder público, população e setores envolvidos, de forma intuitiva, dinâmica e interativa.

O prefeito de Campinas, Jonas Donizette, lançou no dia 15 de outubro, o Concurso Público Nacional de Arquitetura para projeto da Casa da Sustentabilidade, idealizado pela Administração Municipal, por meio da SVDS, em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). O projeto será executado por meio de uma parceria público-privada para que Campinas tenha seu primeiro centro de exposição permanente de tecnologias sustentáveis, pioneiro no País, com possibilidades alternativas de projetos, materiais e métodos construtivos com base em soluções socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas.

As inscrições foram feitas até o dia 22 de janeiro de 2016, sendo que os trabalhos foram entregues até o dia 29 de janeiro de 2016.

O julgamento para a escolha do melhor projeto será feito por cinco profissionais de arquitetura indicados pela Prefeitura Municipal de Campinas e IAB.

A premiação para o concurso será financiada pelo Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB), sendo que o arquiteto que apresentar o melhor projeto será automaticamente contratado para realizar o projeto detalhado (projeto executivo) e receberá pelo trabalho o valor de R\$ 300 mil, sendo R\$ 50 mil recebidos no dia da premiação e o restante do valor, R\$ 250 mil, no decorrer das etapas do detalhamento do projeto.

A premiação ocorrerá no dia 26 de fevereiro de 2016. O terceiro colocado receberá o valor de R\$ 20 mil e o segundo melhor trabalho receberá R\$ 30 mil.

Maiores informações acerca do Concurso Nacional de Arquitetura para o projeto da Casa da Sustentabilidade estão disponíveis no site:

<http://www.iabsp.org.br/casadasustentabilidade>.

O novo espaço de referência ambiental terá uma área construída de 2 mil metros quadrados, em um terreno de 5 mil metros quadrados, na Lagoa do Taquaral. O terreno está localizado no portão 5 do Parque Portugal, atrás da sede da Guarda Municipal.

Além da aplicação dos conceitos de sustentabilidade por todo o projeto, a casa terá o papel educacional, ao demonstrar didaticamente o modo de aplicação das soluções sustentáveis.



Anúncio do concurso público

Crédito: Antonio Oliveira

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28422>



O Presidente do IAB, Alan Cury e o Secretário da SVDS explicitam a parceria

Crédito: Antonio Oliveira

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28422>

1.2.2. Investindo em Ciclovias

Em 2014, com o apoio do Vice-Prefeito Henrique Magalhães Teixeira, foi formado um grupo de trabalho para alavancar as ações relativas a implementação do futuro sistema o sistema ciclovitário de Campinas; com a participação da Secretaria Municipal de Transportes, EMDEC, Secretaria Municipal de Urbanismo Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Secretaria Municipal de Serviços Públicos, que designaram técnicos e assessores para os trabalhos. O objetivo é definir os projetos necessários a implementação das ciclovias no município de Campinas, para se atingir a meta de 100 km até 2016, conforme o plano de metas do governo.

Inicialmente, o Secretário de Transportes apresentou um conjunto de trajetos que já possuem os projetos funcionais prontos para serem executados, que abrangem os primeiros dezesseis quilômetros de ciclovias. Esse primeiro conjunto de trajetos, considerado como o lote zero das ciclovias a serem implementadas na cidade, será executado pela EMDEC em conjunto com Secretaria de Serviços Públicos.

Existem sugestões de trajetos oriundas da Secretaria de Transportes, Secretaria do Verde e também dos cicloativistas. Estes percorrem os principais bairros e consideram a facilidade de implementação e o impacto na mobilidade, especialmente em bairros mais populosos e com indicadores socioeconômicas menos favoráveis.

Para que a meta de implantação de 100 km de ciclovias, proposta no plano de governo, seja cumprida, outros três lotes de projetos estão previstos, cada um com

cerca de 25 km em trajetos. Após os estudos e discussões acima relatados a coordenação da realização das obras do plano cicloviário por determinação do Sr. Prefeito está centralizada sob a gestão do Secretário Carlos José Barreiro e da EMDEC. A SVDS disponibilizou para elaboração desses projetos uma verba do PROAMB já reservada no valor de 700 mil reais.

Para tanto, foram realizadas reuniões periódicas com ciclistas, de várias regiões, para levantamento das demandas e o planejamento das ações e dado início ao projeto da Avenida José de Souza Campos (Norte/Sul).

Para completar os primeiros 25 quilômetros, somam-se alguns outros projetos como da Avenida Baden Powell e da Avenida José de Souza Campos (Norte/Sul), que são financiados por recursos privados provindos de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), conforme abaixo:

1.2.2.1. Revitalização da Avenida José de Souza Campos (Norte-Sul) e construção de ciclovia

Deu-se a construção de pista de concreto para caminhada e também ciclovia em trecho de 1,3 km na Avenida José de Souza Campos. Além da pista de caminhada e ciclovia, foram instalados 50 postes de iluminação por energia renovável (solar) e também 50 lixeiras duplas.



Ciclovia em pleno uso

Crédito: Gilson Machado

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28319>

1.2.2.2. Revitalização da Avenida Baden Powell e construção de ciclovia

Deu-se a remoção das antigas torres de alta tensão e Identificação Digital de todas as árvores plantadas no canteiro central.



Início das obras da ciclovia da Baden Powell, com a presença do Prefeito Jonas Donizette

Crédito: Carlos Bassan

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28928>

1.2.3. Orçamento Participativo e Meio Ambiente



Por meio do Orçamento Participativo (OP), a comunidade, entidades e ativistas ligados às áreas de meio ambiente podem definir prioridades em ações e programas públicos com verbas do orçamento municipal.



Assembleia realizada na noite do dia 29/05/14, no Salão Vermelho da PMC

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23407>

A implementação dessas ações é conduzida diretamente pela SVDS, com interface as diversas políticas, programas, projetos e ações conduzidas principalmente pelo Gabinete e Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, a saber:

1.2.3.1. Elaboração de plano de manejo de áreas verdes de interesse público, nascentes e matas ciliares em Barão Geraldo

Trata-se da solicitação em Plenária do Orçamento Participativo de 2012, realizada em 05 de junho de 2012, em Barão Geraldo, que demandou a elaboração de um plano de manejo de áreas verdes de interesse público, nascentes e matas ciliares. Paralelamente, surgiu um movimento popular pela criação de um parque na área da Fazenda Rio das Pedras (Movimento Pró-Parque de Barão Geraldo).

Neste sentido, foi criado o Grupo de Trabalho Técnico para realizar um estudo visando avaliar as áreas prioritárias para conservação ambiental no distrito de Barão Geraldo, por meio da Portaria nº 80172/2013 publicada em Diário Oficial Municipal no dia 19 de junho de 2013.

Esse grupo, formado por técnicos da SVDS, da Fundação José Pedro de Oliveira (órgão responsável pela gestão da ARIE Mata de Santa Genebra), do Instituto Chico Mendes (ICMBio), do Movimento Pró-Parque de Barão Geraldo além de outros técnicos voluntários, tem por meta identificar os fragmentos de Barão Geraldo e analisar o seu grau de conservação, levando em conta o nível de conectividade que eles possuem. Essa ação tem como objetivo elencar os fragmentos com potencial para serem transformados em UCs, além de se estudar os possíveis caminhos para interligar esses fragmentos com as UCs existentes, dentre as quais está Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra (UC Federal) e em processo de criação.

O resultado do trabalho do Grupo Técnico foi a elaboração e encaminhamento do Plano de Trabalho para Contratação de Estudo Técnico e Definição de Áreas para Criação/Ampliação de Unidades de Conservação na Região de Barão Geraldo com ênfase na Fazenda Rio das Pedras, em Campinas/SP à Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo em abril de 2014, por meio do Ofício nº 124/14, a

fim de obter recursos para viabilização do referido estudo (R\$580.000,00). A Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo informou que provavelmente o Plano de Trabalho estará na pauta da primeira reunião de 2015 da Câmara para análise e aprovação pelo pleno.

O Plano de Trabalho foi encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em junho de 2014, por meio do Ofício nº265/14 para conhecimento e encaminhamentos que julgarem necessários para apoiar ao nosso trabalho, dentro do escopo e das atribuições desse respeitável órgão.

Para maiores informações, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/gt-barao.php>

1.2.3.2. Planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas

Trata-se da solicitação do planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas, através da elaboração de um Plano Municipal de Preservação e Recuperação dos Recursos Hídricos, incluindo Cadastro das Nascentes, Análise das Áreas de Risco e Elaboração de Políticas e Projetos de Preservação.

O planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas está sendo tratado pelo Plano Municipal de Recursos Hídricos, acompanhado pelo protocolado nº 2014/10/48560 cujo diagnóstico pode ser visualizado pelo link: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano-hidricos.php>.

1.2.3.3. Medidas para a proteção de mananciais

Esta demanda será suprida também nos escopos do "Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas ciliares" e do Plano Municipal de Recursos Hídricos.

1.2.3.4. Plano Ciclovário do Município

Trata-se de solicitação de que seja implementado o Plano Ciclovário do Município que é de grande interesse do ponto de vista ambiental, ação de competência técnica e de

gestão da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), conforme item 1.2.2 deste Relatório.

1.2.3.5. Bicicletários e Paraciclos

Trata-se da pretensão de instalação de Bicicletários e Paraciclos em espaços e prédios públicos de Campinas, que é estrategicamente fundamental para o sucesso do plano cicloviário da cidade, que contribuirá com a mobilidade Urbana Sustentável.

A competência técnica e de gestão sobre o viário da cidade é atribuída à Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), para onde foi encaminhado o protocolo para prosseguimento.

1.2.3.6. Coletivo Educador Ambiental de Campinas

Trata-se de solicitação de apoio às atividades do Coletivo Educador Ambiental de Campinas. A Política Municipal de Educação Ambiental (Lei 14.961, de 06/01/2015) prevê em seu art. 18 o Plano Municipal de Educação Ambiental como instrumento de gestão. O Plano contempla a demanda do Orçamento Participativo, cujos programas, projetos e ações serão financiados pelos recursos do erário municipal, através do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) e o Fundo de Direitos Difusos (FUNDIF) ou de outras fontes de financiamentos, desde que os projetos atendam a critérios e condições a serem estabelecidos em Edital.

1.2.3.7. Atlas Ambiental e criação de Banco de Dados Municipal de Meio Ambiente

Trata-se da solicitação de elaboração de Atlas Ambiental e criação de Banco de Dados Municipal de Meio Ambiente, cadastro, informatização e disponibilização para a população, a partir de levantamento e sistematização de dados sobre o meio físico, socioeconômico e político-institucional, gerando estímulos e subsídios para ampliação da participação da população na gestão e planejamento socioambiental da cidade de Campinas. A elaboração do Atlas Ambiental está sob a gestão da Coordenadoria de Tecnologia de Informações Ambientais (C-TelA/DVDS-SVDS), que fará a compilação das informações que comporão a primeira versão do Atlas, inclusive os planos e programas elaborados ou em desenvolvimento por esta Pasta.

A primeira versão do Atlas conterá as informações ambientais do Município no formato *webpage* e será disponibilizada para o público a partir de um *link* da página da SVDS. Não está previsto para esta fase o aporte de recursos financeiros, sendo realizada totalmente pelos técnicos da SVDS.

1.2.3.8. Implementação de Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco

A demanda indica a implementação de Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco.

Dessa forma, o Banco de Áreas Verdes (BAV), com incumbência legal de recuperar as Áreas Verdes do Município, já internalizou essa demanda do O.P. e tem destinado compensações ambientais para tais locais, como a APP do Córrego do Pium, no Jardim Miranda - Protocolos nº 2012/10/23653 e 2010/10/32490, a Praça 4 do Jardim Planalto de Viracopos - 2012/10/37402 e a Praça 2 "Q.T. 8379" da Vila Nogueira - Protocolo nº 2011/10/27299.

Outras ações foram direcionadas às áreas competentes, sendo que poderá haver apoio técnico e assessoramento da SVDS, se demandado.

Recentemente foram indicados plantios de reflorestamento em APPs e nascentes a saber:

Plantio na APP da Fazenda do Exército

	Local	Número de mudas
1	Plantio na APP da Fazenda do Exército	29.798
2	Praça 01 do Loteamento Caminhos do São Conrado (APA Campinas)	6.602
3	Plantio no Bairro Gargantilha (APA Campinas)	23.127
4	Fazenda São Vicente (APA Campinas)	14.679

Outras ações foram direcionadas às áreas competentes, sendo que poderá haver apoio técnico e assessoramento da SVDS, se demandado.

1.2.4. Comunicação, Transparência e Atendimento ao Público

1.2.4.1. Atualização do site e identidade visual da SVDS

Após a readequação do site da Secretaria em 2014, realizada de modo a refletir a sua nova organização, o ano de 2015 foi marcado por uma série de atualizações e aprimoramentos nas funcionalidades do site.

O intuito desse processo foi padronizar e aprimorar a apresentação das informações para os usuários, garantindo que os conteúdos mais importantes fossem facilmente localizados e consultados, atendendo ao princípio da transparência ativa. Nessa lógica, destaca-se o trabalho feito com as páginas dos Planos Municipais em andamento (Recursos Hídricos, Verde e Educação Ambiental) e com os Conselhos e Fundos Municipais (COMDEMA, Congeapa, CMPDA, Conselho de Regulação e Controle Social ARES/PCJ, PROAMB e FUNDIF).

Além disso, portais, projetos e áreas de atuação da SVDS tiveram sua identidade visual criada, com os *banners* inseridos no site, com destaque para o Portal Árvores de Campinas, o Sistema de Identificação Digital, o Portal Arquimedes, o Selo S, Água de Reúso e Diretrizes Ambientais.

The screenshot displays the website interface for 'Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável'. On the left, a navigation menu includes links for 'Estrutura', 'Fale conosco', 'Licenciamento Ambiental', 'Online', 'Conselhos Municipais', 'Legislação Municipal', and 'Mapa do site'. The main content area features a breadcrumb trail: 'Início > Secretarias > Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável'. Below this, the title 'Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável' is prominently displayed. The news feed contains several articles, including 'Prefeitura recebe parecer técnico da Cetesb sobre Mansões Santo Antônio' (dated 28/07/2014), 'Prefeitura apoia Fórum sobre Meio Ambiente e Câncer da Criança' (dated 30/07/2014), and 'Prefeitura recebe propostas para Plano Municipal de Educação Ambiental' (dated 28/07/2014). A section titled 'Outras Notícias' lists 'Copa do Mundo e Revolução de 32: Administração mantém serviços essenciais' (dated 07/07/2014) and 'Verde realiza workshop sobre utilização de água de reúso nesta' (dated 25/06/2014). On the right side, there are six logos for various SVDS departments: 'SVDS | Gabinete', 'SVDS | DLA', 'SVDS | DVDS', 'SVDS | DPBEA', and 'SVDS | CFA'.

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>

Ressalta-se ainda a produção de materiais gráficos de divulgação para eventos, como os produtos da Semana do Meio Ambiente 2015 (logotipo, faixas, cartazes, *flyers*) e do 24º Encontro e Assembleia Nacional da ANAMMA.

1.2.4.1.1. Teia da Cidadania Ambiental



O principal destaque do segundo semestre de 2015 foi a elaboração da Teia da Cidadania Ambiental. A Teia foi pensada como uma forma fácil para o cidadão de Campinas pesquisar todas as informações ambientais do município. O intuito foi disponibilizar conteúdos de forma mais amigável à consulta dos usuários e atender ao princípio da transparência ativa.

Qualquer cidadão que tenha interesse em ter acesso aos projetos, planos, relatórios e informações produzidas pela SVDS, pode fazê-lo de maneira direta, por meio de ícones organizados por tema e separados por cor.

A Teia da Cidadania Ambiental pode ser acessada pelo site da SVDS, ou diretamente pelos links:

<http://ambientecampinas.wix.com/cidadaniaambiental>

<http://cidadania-ambiental.ga>



TELA DA CIDADANIA AMBIENTAL

Início Sobre Contato



1.2.4.2. Divulgação de eventos e ações da SVDS

Com o lançamento do Portal do Cidadão, a divulgação de eventos da SVDS migrou para o novo serviço. Ainda assim, na página da SVDS há um link exclusivo para os eventos da SVDS (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/eventos.php>). Nele, o usuário tem acesso aos eventos já realizados pela Secretaria, desde 2013.

Como canal prioritário de divulgação de eventos e ações para a população, a SVDS mantém sua página no *Facebook* atualizada com informações muitas vezes em tempo real sobre o andamento de suas atividades. A página funciona ainda como meio de comunicação suplementar aos meios oficiais (Diário Oficial e Portal da Prefeitura) para convocações, convites, trabalhos realizados e outras notícias de interesse.

São canais de comunicação disponíveis:

E-mail: meioambiente@campinas.sp.gov.br

Site: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>

Facebook: [facebook.com/svds.pmc](https://www.facebook.com/svds.pmc)

1.2.4.3. Elaboração de hotspots

Os *hotspots* elaborados em 2015 atenderam a alguns projetos e eventos da SVDS que requereram conteúdo multimídia e interativo.

Destacamos os sites do Sistema de Identificação Digital (<http://ambientecampinas.wix.com/qrcode>), recentemente reformulado, da Semana do Meio Ambiente 2015 (<http://ambientecampinas.wix.com/semecia2015>), do 24º Encontro e Assembleia Nacional da ANAMMA (<http://ambientecampinas.wix.com/encontro-solar>), e dos Seminários "O Futuro do Licenciamento Ambiental no Brasil" (<http://ambientecampinas.wix.com/seminario-la>) e "Desafios para o fortalecimento dos órgãos gestores municipais de meio ambiente" (<http://ambientecampinas.wix.com/seminario-desafios>).

1.2.4.4. Atendimento ao público

Em média são atendidas pessoalmente ou por telefone 40 pessoas ao dia, entre atendimentos telefônicos e presenciais, totalizando cerca de 800 atendimentos por mês. Por meio eletrônico foram recebidos, triados e encaminhados 1034 e-mails.

Estes atendimentos se dividem em atendimento ao munícipe referente à consulta de protocolos, denúncias e diversas informações sobre assuntos da SVDS ou internos (aos servidores da SVDS), referentes a procedimentos, sistema de tramitações de protocolos, informática, solicitações à IMA, solicitações ao DGP, telefonia, espaço físico, entre outros.

1.2.4.5. Sistema 156 e Lei de Acesso à Informação (LAI)

No ano de 2015 foram recebidas 5678 solicitações por meio do sistema de atendimento ao munícipe 156.

Destas solicitações, 40 referem-se denúncias e solicitações encaminhadas ao

Gabinete do Secretário, Fiscalização Ambiental/Licenciamento Ambiental (761 ocorrências) e ao Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (4841 ocorrências), e 36 são referente à Lei de Acesso à Informação (LAI).

1.2.5. Atividades Ordinárias do Gabinete

1.2.5.1. *Protocolos*

No ano de 2015, foram recebidos 2.990 protocolos no Gabinete, triados, analisados e respondidos 2.908 protocolos.

1.2.5.2. *Emissão e Recepção de Documentos*

No mesmo período, foram emitidos 564 ofícios, 04 memorandos, 19 Resoluções. Além disso, foram triados e respondidos ou encaminhados ao órgão responsável 1034 e-mails.

1.2.6. Representações

A SVDS participa de várias ações voltadas direta ou indiretamente à área ambiental, retratando a sua capilaridade de atuação junto a Conselhos, Comissões, Fóruns e outras organizações internas e externas, podendo contribuir e influenciar na formação de políticas e gestão de ações que tenham interface como o meio ambiente natural, urbano, cultural ou laboral.

Nessa linha, pode-se verificar a participação da Pasta Ambiental em 16 Conselhos, órgãos que permitem a participação comunitária na gestão pública:

CONSELHOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Conselho da Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP (Câmara Temática do Saneamento e Meio Ambiente)	AGEMCAMP
Conselho da Cidade de Campinas - CONCIDADE	SEPLAN
Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC	CULTURA
Conselho Gestor da APA de Campinas - CONGEAPA	SVDS
Conselho Gestor do Parque Linear do Capivari	SEPLAN
Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA	SVDS
Conselho Municipal de Habitação	SEHAB
Conselho de Regulação e Controle Social da ARES- PCJ	GABINETE DO PREFEITO
Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental APAS- Piracicaba /Juqueri Mirim Área II - Sistema Cantareira - 2011 a 2013	FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Gestor da Plataforma Programa Cidades Sustentáveis	GABINETE DO PREFEITO
Conselho Diretor do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB	SVDS
Conselho Gestor Local de Gestão da Macrozona 5 - MZ5	SEPLAN
Conselho Consultivo da ARIE MSG	GABINETE DO PREFEITO
Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT	SETRANSP
Conselho Municipal Orçamento Participativo - COP	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Conselho Gestor do Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos - FUNDIF	SVDS

O quadro seguinte descreve a participação da Pasta em 12 Comitês ou Comissões:

COMISSÃO/ COMITES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Comitê Gestor da Operação Estiagem /Operação Verão 2014/2015	GABINETE DO PREFEITO
Comitê de Acompanhamento e Gestão de Acordo do Termo de Reciprocidade entre o Município, ICMBIO – Inst. Chico Mendes Biodiversidade e Fundação José Pedro Oliveira	FJPO
Participação Assembléia da Comissão Preparatória para 5ª Conferência da Cidade de Campinas	SEPLAN
Comitê da Cidade Resiliente - CCR	GABINETE DO PREFEITO
Comissão de Planejamento da Revitalização da Região Central de Campinas	CULTURA
Comitê Executivo de Articulação e Integração das Políticas Públicas de Regularização Fundiária	GABINETE DO PREFEITO
Comissão de Arborização	SERVIÇOS PÚBLICOS
Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias de Campinas/SP	IBGE
Comissão Especial de Revisão da Regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança	COMDEMA
Comissão Especial do Distrito Industrial de Campinas – CEDIC	GABINETE PREFEITO
Comissão de Planejamento da Revitalização da Região Central de Campinas	CULTURA
Política Municipal e do Plano Municipal Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.	ASSISTÊNCIA SOCIAL

O quadro seguinte descreve a participação da Pasta em 25 Grupos de Trabalhos:

GRUPO DE TRABALHO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
GT- Áreas Prioritárias para Preservação Ambiental Barão Geraldo	GABINETE DO PREFEITO
GT- Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental	SVDS

GT- Programa Município Verde/Azul	GABINETE DO PREFEITO
GT Elaboração do Plano M. de Gestão Integrada de Resíduos	SERVIÇOS PÚBLICOS
Grupo Gestor da Plataforma Cidades Sustentáveis	GABINETE DO PREFEITO
Grupo de Trabalho da Comissão de Arborização	SERVIÇOS PÚBLICOS
GAUCA- Grupo de Acompanhamento para Criação de Novas Unidades de Conservação Ambiental	SVDS
GT destinado a Promover Estudos e Viabilizar a Execução das Políticas Públicas	GABINETE DO PREFEITO
Grupo de Gestão e Acompanhamento da Ação Municipal referente à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos	GABINETE PREFEITO
Grupo de Controle e Contenção de ocupações, parcelamentos clandestinos e danos ambientais	GABINETE PREFEITO
PAC- Unidade Gestora Local-UEL	GABINETE PREFEITO
Grupo de Análise de Projetos Específicos - GAPE	GESTÃO E CONTROLE
GT - Fiscalização, Segurança e Proteção Malha Ferroviária	GABINETE PREFEITO
GT - Poupa Tempo Empresarial	GABINETE PREFEITO
GT - para Analisar e Propor Alterações na Legislação	SEPLAN
GT - Representação Convênios e Contratos	ADMINISTRAÇÃO
GT - Projeto Rural Inteligente	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Grupo de Análise das Situações de Risco nas Áreas Contaminadas no município de Campinas-SP	GABINETE PREFEITO
GT - Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB	GABINETE PREFEITO
GT - Relatório de Sustentabilidade Municipal-GRI	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
GT - Plano de Recursos Hídricos	SVDS
GT - Revisão da Legislação Urbanística	SEPLAN

G-TALF	SEPLAN
Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil no Âmbito do Município de Campinas	SERVIÇOS PÚBLICOS
Grupo de Trabalho da Cidade Inteligente	GABINETE PREFEITO

Participamos também de 2 Câmaras Técnicas do Comitê de Bacias Hidrográficas de Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, a saber:

CÂMARA TÉCNICA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Plano de Bacia	GABINETE DO PREFEITO
Planejamento	GABINETE DO PREFEITO

As 55 representações acima refletem uma atuação ampla dos técnicos da SVDS na tomada de decisões em políticas públicas e ações governamentais específicas em áreas de interface, promovendo sinergia de cooperação, capilaridade, visão integrada e multidimensional na agenda ambiental local e regional.

1.2.7. Equacionamento de áreas contaminadas

O equacionamento das Áreas Contaminadas possui várias ações estruturantes:

- ✓ mapeamento de áreas contaminadas;
- ✓ análise de relatórios anuais com a relação das áreas contaminadas da CETESB;
- ✓ identificação e restrição de áreas com risco; e
- ✓ fiscalização de áreas contaminadas, entre outras.

Dando continuidade à espacialização das áreas contaminadas por meio de um programa de georreferenciamento, constituindo assim um banco de dados, já concluímos a Relação de 2013, divulgada pela CETESB em 2014, mantendo o nosso banco de dados atualizado.

Continuando o enfrentamento da busca pela remediação da área Mansões Santo Antonio, área reconhecidamente crítica, foi apreciada pela CETESB, o Termo de referência que irá permitir a contratação do serviço de investigação detalhada e elaboração do Plano de Remediação, avançando mais uma etapa objetivando a remediação da área.

1.2.7.1. *Mansões Santo Antônio*



No final dos anos 90, a empresa Concima S.A. Construções Civas implantou, na Rua Hermantino Coelho, 908, um conjunto de apartamentos residenciais denominado Parque Primavera. O local foi anteriormente ocupado pela Proquima Produtos Químicos Ltda., empresa que procedia à recuperação de solventes e era recorrente em infrações e práticas ambientais inadequadas, que redundaram na contaminação do solo e das águas subterrâneas. A confirmação se deu somente em 2001, quando já haviam sido construídos três edifícios, um dos quais já ocupado.

Os estudos ambientais na área foram iniciados em 2001, onde foram detectadas concentrações de metais e solventes organoclorados em solo e água subterrânea significativamente acima dos padrões ambientais. Os resultados também demonstraram que os contaminantes em água subterrânea extrapolavam os limites das áreas dos lotes 04 e 05 (área crítica), atingindo propriedades adjacentes do bairro Mansões Santo Antônio.

Em outubro de 2010, a AECOM foi contratada pela CONCIMA (compradora do passivo - lotes 4 e 5) para realização de uma Investigação Ambiental Detalhada e Avaliação de Riscos à Saúde Humana. Ainda em 2010, a AECOM iniciou as obras emergenciais para implantação e operação de um Sistema de Extração de Vapores do Subsolo, junto ao bloco A do conjunto Residencial Parque Primavera, citado anteriormente.

Em função do não cumprimento de questões contratuais entre CONCIMA e AECOM, em março de 2011, todos os serviços foram paralisados.

Desde a confirmação da contaminação (2001) houve enorme dificuldade para o enfrentamento e solução para este passivo. Em junho de 2013, por meio de uma ação inovadora da Prefeitura Municipal de Campinas, foram retomados os estudos de investigação ambiental no bairro pela AECOM (essa por já ter iniciado os estudos em 2010). Em 22 de novembro de 2013 foi encaminhado à CETESB o Ofício nº 391/2013-GP pelo Sr. Prefeito Municipal, solicitando manifestação sobre o conteúdo dos estudos técnicos realizados pela consultoria AECOM, passo essencial para a definição dos estudos complementares e das medidas de remediação.

E a Prefeitura, sob a coordenação da SVDS, segue no rumo da solução do problema histórico do bairro. Para tanto, foi instalado o Sistema de Extração de Vapores e funcionamento por 10 meses, 24 horas por dia, inaugurado em 05 de junho de 2014. Esse sistema foi acordado com a CETESB anos atrás, como medida mitigadora, visando à diminuição do risco a saúde dos moradores da torre habitada.

Foi instalada unidade fixa com equipamentos adequados para proporcionar o vácuo e encaminhar os gases para tratamento, através de compressores radiais, tanques demister e filtros de carvão ativado para vapores, sendo todos os equipamentos automatizados e controlados através de um painel elétrico. As linhas do sistema são todas subterrâneas, não havendo nenhuma interferência para os moradores no local. O sistema está instalado na garagem subterrânea do Bloco A do conjunto residencial e uma unidade de inspeção está localizada no lote de cima para que sejam feitas inspeções e monitoramento, de forma a garantir a eficiência da tecnologia aplicada.

A Prefeitura, por meio da SVDS entregou à CETESB os seguintes documentos para análise e manifestação:

- ✓ Novembro de 2014: 1º Relatório de Operação e Monitoramento do Sistema Emergencial de Extração de Vapores do Solo (SVE) contemplando os meses de julho e outubro de 2014 - 126 dias após o início do funcionamento do sistema de extração de vapores e Relatório de Investigação Complementar para atualização do mapa de risco de inalação de vapores em ambiente aberto.

✓ Março de 2015: 2º Relatório de Operação e Monitoramento do Sistema Emergencial de Extração de Vapores do Solo (SVE) contemplando os meses de outubro de 2015 e janeiro de 2015.

✓ Agosto de 2015: Relatório de Destinação de Resíduos – Carvão Ativado.

✓ Setembro de 2015: 3º Relatório de Operação e Monitoramento do Sistema Emergencial de Extração de Vapores do Solo (SVE) contemplando os meses de janeiro a junho de 2015.

✓ Dezembro de 2015: 4º Relatório de Operação e Monitoramento do Sistema Emergencial de Extração de Vapores do Solo (SVE) contemplando os meses de junho a setembro de 2015.

O Grupo de Trabalho Técnico de Análise das Situações de Risco nas Áreas Contaminadas no Município de Campinas esteve focado ano passado, nas tratativas em conjunto a CETESB, para a revisão do Decreto 14091/2002, que culminou no Decreto 18.669, de 16 de março de 2015, modificando as restrições impostas no Decreto anterior.

Ainda com o auxílio da CETESB (aprovado em fevereiro de 2015) foi elaborado o Termo de Referência que irá subsidiar o Estudo de Investigação Ambiental Detalhada Complementar, Avaliação de Risco à Saúde Humana e Plano de Intervenção, a fim de se delimitar todas as plumas de contaminação e indicar o melhor plano de intervenção que será contratado por meio de licitação. O Termo tem por objetivo fornecer todos os detalhes técnicos, bem como um plano de ação, para as atividades futuras de remediação.

Em suma, a Prefeitura traçou o seguinte plano de trabalho, dividido em cinco etapas principais:

1. Retomada dos Estudos Técnicos pela AECOM (concluída);
2. Implantação e Funcionamento do Sistema de Extração de Gases (concluída);
3. Revisão do Decreto 14.091/2002 (concluída - Decreto publicado na página 01 do Diário Oficial do Município de Campinas em 16/03/2015);

4. Contratação dos Estudos de Investigação Ambiental Detalhada Complementar, Avaliação de Risco e Plano de intervenção (o protocolo 2015/10/23436, na data de 23/09/2015, foi tramitado a Comissão de Licitações, onde encontra-se até fevereiro/2016);
5. Execução do Plano de Intervenção (Remediação).

1.2.8. Pacote da Crise Hídrica

A situação hídrica da região da macrometrópole paulista, na qual se inclui a RMC e a perspectiva atual do período de estiagem de 2014/2015 é preocupante. Vivemos um período de anomalia, com seca em período que seria chuvoso e que teve precipitações bem inferiores às do pior ano da série histórica até então, que havia sido o ano hidrológico de 1953/1954.

A disponibilidade hídrica é uma prioridade, em especial em tempos de escassez. Mas, para além das medidas gerenciais de gestão de oferta e demanda de curto prazo para se garantir água para o abastecimento em quantidade e qualidade, foi proposta pela SVDS a inclusão no Pacote Hídrico entre as medidas anunciadas de políticas públicas de médio e longo prazo.

Sendo assim, o Gabinete da SVDS coordena diretamente os seguintes instrumentos de planejamento, gestão e incentivo a proteção dos recursos hídricos do município de Campinas, que serão aplicados pela Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), da Secretaria do Verde. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS) e outros órgãos públicos afins:

1. *Plano Municipal de Recursos Hídricos (item 3.1.1.2 deste relatório)*
2. *Regulamentação no âmbito municipal para a utilização de água de reúso (item 2.5.1 deste relatório)*
3. *Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (item 3.1.1.6 deste relatório)*
4. *Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (item 3.1.1.7 deste relatório)*
5. *Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis (item*

1.2.8.1 deste relatório)

Além disso, por meio do Pacote Hídrico foi possível em 2015 a promulgação da Resolução nº 01/2015, que define as larguras das faixas relativas às Áreas de Preservação Permanente – APP, para os cursos d'água do Município de Campinas.

1.2.8.1. Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis

O Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis foi instituído pelo Decreto Municipal nº 18.545, de 30 de outubro de 2014, cujo objetivo inicial é elaborar as propostas de planos, programas, projetos e ações visando promover sustentabilidade a empreendimentos no Município de Campinas.

O Grupo foi nomeado por meio das Portarias nº 83.933/2015 e nº 84.222/2015 e publicadas no Diário Oficial do Município nos dias de 30 de março e 14 de maio de 2015.

Esse grupo é composto por 2 (dois) representantes, sendo o titular o Secretário, Presidente ou Diretor e o suplente de ordem técnica, dos seguintes do órgãos e entidades: Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA); Secretaria Municipal de Urbanismo; Secretaria Municipal de Habitação; Secretaria Municipal de Infraestrutura; Secretaria Municipal de Serviços Públicos; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Administração; Entidade ou sindicato vinculado ao setor imobiliário; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo e Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA).

A primeira reunião do Grupo, realizada em 16 de abril de 2015, na sala Milton Santos, teve como pauta uma apresentação geral, por parte do Secretário Rogério Menezes, sobre a Crise Hídrica, bem como as propostas de planos, programas, projetos e ações para embasar os órgãos e entidades integrantes do Grupo.

Neste contexto, a Secretaria Municipal de Educação, em 12 de maio de 2015, demandou a SVDS, solicitando sugestões para a integração dos elementos

ambientais, sociais e econômicos nos projetos arquitetônicos e de engenharias (já licitados) da CEMEI Sônia Maria Alves Perez.

Foram propostas ações simples, considerando que os projetos já estavam aprovados, porém com boas práticas que prevê o melhoramento da ambiência, tais como:

- ✓ Aproveitamento de águas pluviais;
- ✓ Conservação e utilização de tecnologias que contribuam para o uso racional de água;
- ✓ Utilização de tecnologias que contribuam para o uso racional de energia;
- ✓ Permeabilidade do terreno e Paisagismo;
- ✓ Utilização de Matéria Prima certificada e uso de material reciclado;
- ✓ Acessibilidade; e
- ✓ Reciclagem e destinação correta dos resíduos.

Vale ressaltar que a elaboração dos Termos de Referência do Selo S, instrumento de incentivo previsto em Lei, será uma ferramenta adicional para o Grupo.

1.3. Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESCOFM

A Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais tem como atribuição maior facilitar a participação comunitária na gestão ambiental.

Em relação à gestão dos Fundos Ambientais, entre as suas funções, destacam-se o apoio administrativo aos Conselhos Diretores dos Fundos Ambientais (PROAMB e FUNDIF) nas reuniões ordinárias e extraordinárias, a gestão financeira e contábil do PROAMB e o auxílio na coordenação do orçamento, projetos, programas e ações, compras, convênios e demais aquisições relacionadas ao Fundo.

Quanto ao fomento e apoio à participação comunitária junto aos Conselhos Municipais com interface no meio ambiente, a Coordenadoria atua como unidade de apoio promovendo a interface entre a SVDS e outros órgãos municipais com os Conselhos Municipais; desempenhando todas as atividades administrativas, promovendo o intercâmbio entre os Conselhos e demais órgãos afins, bem como

disponibilizando e atualizando as informações sobre os Conselhos Municipais e Fundos Ambientais com interface no meio ambiente.

1.3.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA)



O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA), instituído pela Lei Municipal nº 10.841, de 24 de maio de 2001 e Decreto nº 13.874, de 04 de março de 2002, tem por objetivo promover a discussão, análise e proposição das diretrizes das políticas públicas ambientais de Campinas.

No COMDEMA são discutidos os diferentes temas relacionados à gestão ambiental municipal, tais como: gestão de resíduos, gestão de recursos hídricos, arborização urbana, uso e ocupação do solo, poluição, saneamento básico, dentre outros.

1.3.1.1. Composição

O Conselho é formado por representantes dos segmentos empresarial, técnico-profissional, sindical e governamental, representantes de Macrozonas, cuja composição pode ser acessada pelo link: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/comdema.php>.

1.3.1.2. Reuniões

As Reuniões Ordinárias realizaram-se nas seguintes datas: dia 29/01/2015; 25/02/2015; 26/03/2015; dia 29/04/2014; dia 28/05/2015; dia 24/06/2015; dia 31/07/2015; dia 26/08/2015; 24/09/2015; dia 29/10/2015; dia 26/11/2015 e dia 16/12/2015.

1.3.1.3. Realizações

No ano de 2015, foram enviados ao COMDEMA 385 processos, conforme a demonstrado na figura 2. A remessa de protocolos ao Conselho se deu tanto de forma física quanto pelo Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO). O montante de Processos apresentados ao pleno, votados e publicados em D.O.M. neste ano foram no total de 4.

A liberação de acesso ao LAO por parte da IMA aos conselheiros, foi um grande ganho de transparência.

O conselho realizou uma Audiência Pública onde participaram em média 50 pessoas. Também realizou 01 Reunião Técnica Informativa, 3 reuniões extraordinárias, 01 Oficina sobre o Plano Municipal de Mata Atlântica e, finalmente, consolidou a revisão do Regimento Interno do Conselho, conforme proposta do início da gestão.

Foi dada abertura ao cadastramento de entidades para participar do próximo biênio e simultaneamente para as vagas remanescentes, de modo a garantir o pleno funcionamento do Conselho com ampla representatividade.

Durante o ano, nas reuniões ordinárias, foram apresentados 20 temas diferenciados com preletores especialistas, que elucidaram ao pleno sobre várias questões técnicas.

O site do Conselho disponibilizou as atas, convocações e outras informações de interesse do Conselho no link <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/comdema.php>.

Protocolos enviados ao COMDEMA			
	Físicos	LAO	Total
Janeiro	10	23	33
Fevereiro	7	34	41
Março	2	20	22
Abril	2	14	16
Maior	5	33	38
Junho	0	53	53
Julho	2	17	19
Agosto	4	28	32
Setembro	6	20	26
Outubro	3	38	41
Novembro	1	47	48
Dezembro	2	14	16
Total	44	341	385

A secretaria executiva agendou 16 reuniões com *coffee break*, e deu todo apoio logístico as atividades do órgão colegiado. Foram enviados 28 ofícios, recebidos 59, bem como foram recebidos e tramitados pelo Sistema PMC 148 protocolos de 02/01 de 2015 à 31/12/2015. Também foram enviadas um total de 49 matérias para publicação em D.O.M.

Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/comdema.php>.

1.3.2. Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas (CONGEAPA)



O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas - CONGEAPA, criado pela Lei nº 10.850, de 7 de junho de 2001, possui caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador e tem por objetivo promover a participação autônoma e organizada da comunidade no processo de definições da política de desenvolvimento local e no acompanhamento de sua execução, conforme estabelecido nos artigos 95 e 98 da Lei Complementar nº 15, de 27 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas.

1.3.2.1. Composição

O conselho que é formado por representantes dos 1º, 2º e 3º setores, cuja composição pode ser acessada pelo seguinte endereço: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/congeapa.php>.

1.3.2.2. Reuniões

As Reuniões Ordinárias realizaram-se nas seguintes datas: dia 27/01/2015; dia 24/02/2015; dia 31/03/2015 (Sem quórum); dia 28/04/2015; dia 26/05/2015; dia 30/06/2015; dia 28/07/2015; dia 25/08/2015; dia 29/09/2015; dia 27/10/2015; dia 24/11/2015 (Sem quórum) e dia 15/12/2015.

1.3.2.3. Análise de Protocolados

No ano de 2015, foram enviados ao CONGEAPA 40 protocolos do licenciamento ambiental, conforme demonstrado no quadro abaixo. A remessa de protocolos do Licenciamento Ambiental ao Conselho, se deu tanto de forma física quanto pelo Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO). O pleno do CONGEAPA deliberou sobre 25 documentos tanto sobre licenciamento, quanto a assuntos inerentes à APA. Após votação do pleno, são publicados em D.O.M. e disponibilizados no site do Conselho.

Protocolos enviados ao CONGEAPA			
	Físicos	LAO	Total
Janeiro	1	4	5
Fevereiro	0	7	7
Março	0	4	4
Abril	0	0	0
Maio	0	3	3
Junho	0	2	2
Julho	0	0	0
Agosto	0	5	5
Setembro	0	4	4
Outubro	0	2	2
Novembro	0	4	4
Dezembro	0	4	4
Total	1	39	40

1.3.2.4. Apresentações

O Conselho contou com a apresentação dos seguintes temas:

- 1) Apresentação pela SEPLAN dos trabalhos referentes a revisão do Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação de Solo – Secretário Fernando Pupo.
- 2) Apresentação da Comissão de Revisão do Regimento Interno do CONGEAPA – Conselheiro Jorge Alberto Teixeira.
- 3) Apresentação da SVDS e IMA sobre o Licenciamento Ambiental On line e entrega de Senhas – Eng. Gustavo D’Estéfano da SVDS.
- 4) Apresentação sobre o prolongamento da Av. Mackenzie – Andréa Struchel da SVDS.
- 5) Apresentação do EIA/Rima do empreendimento Barragem Pedreira e Duas Pontes – Eng. Celso M. Aoki do DAEE.
- 6) Apresentação da Guarda Municipal de Campinas - Base de Sousas sobre o policiamento na APA - Comandante Elisângela.
- 7) Apresentação pela *The Nature Conservancy* Brasil de políticas públicas sobre produtores de água – Eng. Agrônomo Henrique Bracale.
- 8) Reunião Extraordinária para apresentação do Projeto de Lei – prot. nº 2015/10/31431 – Área de Proteção Estelar – Heloisa Fava Fagundes da SVDS.

1.3.2.5. Avanços

Durante o ano de 2015 ocorreu a abertura do processo licitatório para a contratação de empresa para elaborar o Plano de Manejo da APA Municipal de Campinas sendo que o CONGEAPA acompanhou a análise dos critérios de técnica e preço, passo necessário nessa licitação para a determinação da empresa que será contratada. Tal análise consiste na verificação da experiência das empresas, de sua equipe e de sua capacidade para elaborar esse documento, balanceado com a respectiva proposta comercial, visando uma contratação que garanta a qualidade do serviço prestado. O processo segue, com contratação prevista para início de 2016.

Houve também o avanço na revisão do Regimento Interno desse Conselho. Nesse sentido, após muitas reuniões ao longo do ano, foi entregue para o pleno a proposta inicial do novo Regimento Interno.

1.3.2.6. Processo Administrativo

A secretaria executiva agendou 12 reuniões com coffee break, e deu todo apoio logístico. Os 40 protocolos encaminhados pelo DLA, foram individualmente inseridos no sistema LAO. Foram tramitados pelo sistema PMC 45 protocolos de 02/01 de 2015 à 31/12/2015, bem como foram elaborados 13 ofícios de assuntos diversos.

Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/congeapa.php>.

1.3.3. Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ no Município de Campinas



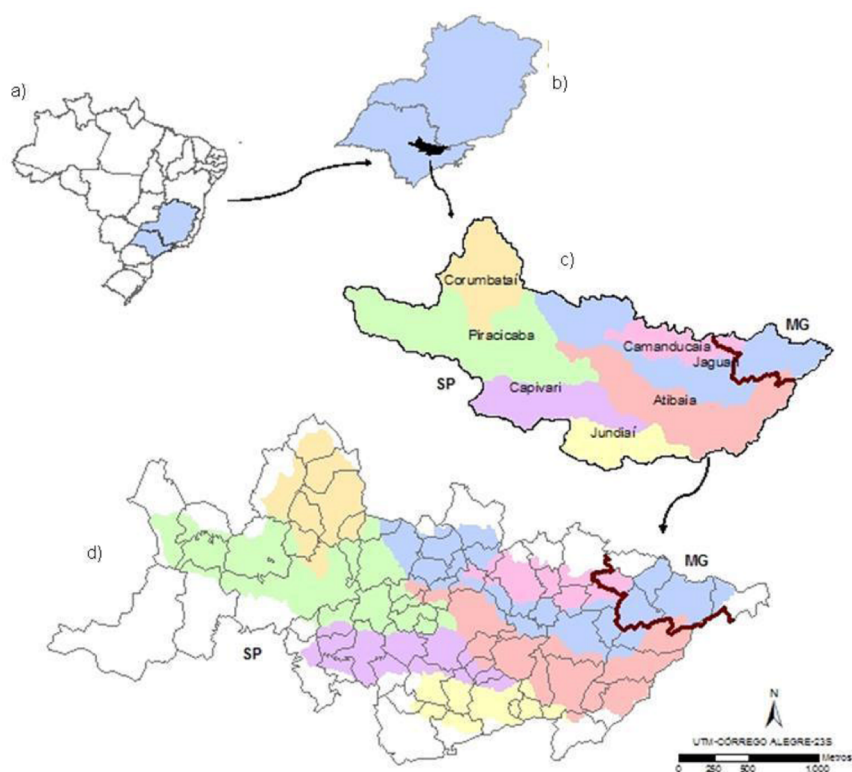
O setor de saneamento básico no Brasil compreende as atividades de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (Lei nº 11.445/07, art. 3º).

A lei nacional determina a criação de órgão técnico neutro de saneamento municipal, estadual ou regional (a exemplo das agências reguladoras) para regular o setor, ou seja, entre outras medidas, estabelecer padrões e normas, dispor sobre o controle dos serviços e tarifas, nos termos do art. 21 e seguintes.

Em atendimento à Lei Federal nº 11.455/07, que prevê que os municípios são os responsáveis pelo planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, e que estas atividades devem ser exercidas de forma autônoma, com a criação de um órgão distinto, no âmbito da administração direta ou indireta, diversos municípios da UGRHI-PCJ solicitaram apoio ao Consórcio Intermunicipal da Unidade

de Gerenciamento de Recursos Hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI-PCJ) para viabilizar a criação de um ente regional com estas atribuições.

A UGRHI-PCJ e seus afluentes abrangem uma área de 15.303 km², tendo 92,6% de sua extensão localizada no Estado de São Paulo e 7,4% no Estado de Minas Gerais, sendo 45 municípios paulistas e quatro mineiros integralmente inseridos na bacia e 25 paulistas e um mineiro, parcialmente inseridos (figura abaixo).



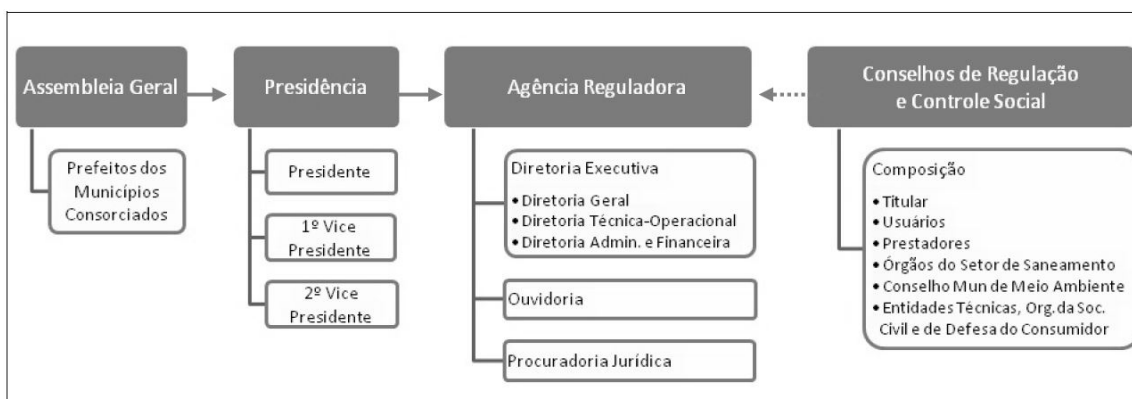
Localização da área de estudo: (a) Brasil; (b) Estados de São Paulo e Minas Gerais; (c) UGRHI-PCJ e divisão por sub-bacias e (d) UGRHI-PCJ, divisão por sub-bacias e municípios

Com o auxílio do Consórcio PCJ, foi então, proposta a criação da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ). Este consórcio foi viabilizado em agosto de 2010 com o lançamento do Protocolo de Intenções assinado por prefeitos de diversos municípios, que constituiu a ARES-PCJ na forma de Consórcio Público, pessoa jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, integrante da administração indireta de todos os Municípios consorciados, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira e é regida pelo disposto na Lei federal nº 11.107/05, e

respectivo regulamento (Decreto 7217/10), pela Lei federal nº 11.445/07, pelo Contrato de Consórcio Público, por seus estatutos, regimentos e demais atos.

Assim, a criação da ARES-PCJ somente foi autorizada, mediante ratificação, por lei, editada por cada um dos Municípios participantes do referido Protocolo de Intenções convertendo-o, dessa forma, em Contrato de Consórcio Público, visando o exercício de funções de Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento. Até o momento há 34 municípios consorciados, inclusive Campinas, com leis de ratificação do Protocolo de Intenções.

A estrutura administrativa da ARES-PCJ é composta por: Assembleia Geral, Presidência, Agência Reguladora e Conselhos de Regulação e Controle Social, conforme o seguinte quadro organizacional:



Organograma de estrutura da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ).

Fonte: Site ARES-PCJ (2013).

Nesse sentido, o município de Campinas ratificou o Protocolo de Intenções da ARES-PCJ por meio da Lei nº 14.241, de 10 de abril de 2012 e por meio do Decreto nº 17.775, de 22 de novembro de 2012 foi constituído o Conselho de Regulação e Controle Social para atuar como mecanismo consultivo no âmbito da ARES-PCJ.

Os Conselhos de Regulação e Controle Social são órgãos consultivos da ARES-PCJ, criados um em cada Município consorciado, conforme estabelecido na Resolução ARES-PCJ nº 01, de 21/11/2011, recentemente alterada pela Resolução ARES-PCJ nº 109, de 16 de novembro de 2015, composto, no que couber, por um representante do

titular dos serviços de saneamento básico, de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico, dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico, dos usuários de serviços de saneamento básico, de entidades técnicas relacionadas ao setor de saneamento básico, de organizações da sociedade civil relacionadas ao setor de saneamento básico, do órgão de defesa do consumidor e do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

O Conselho de Regulação e Controle Social – CRCS se constituiu em face do Município de Campinas se integrar à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - ARES-PCJ.

Referido órgão colegiado, de caráter consultivo, foi instituído pelo Decreto Municipal nº 17.775/12 e a Portarias nºs 78.480/2012 e 83.419/2014 e, atualmente, é presidido pela Supervisora Departamental da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas.

1.3.3.1. Trabalhos Realizados

Além das ações de transparência das atividades do órgão colegiado³², no ano passado, o Conselho elaborou material didático para a educação ambiental, especialmente com vistas ao consumo sustentável e uso racional da água, principalmente em face da crise hídrica atualmente enfrentada pela região. Trata-se da A "Cartilha de consumo sustentável – Água um bem de todos".

O trabalho desenvolvido, com várias mãos, pelos integrantes do Conselho (com destaque a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, PROCON, Secretaria Municipal de Saúde, membros da ARES-PCJ, bem como com intensa participação da equipe técnica da SVDS e da SANASA), gerou interesse e culminou em pedido da Agência Reguladora dos Serviços – ARES PCJ, sob a representação de sua Diretoria Geral, para utilizar material informativo sobre o uso racional da água tratada em outros municípios, oportunidade em que ofereceu à referida Agência Reguladora para impressão e distribuição.

³² Conferir a seguinte matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25713>.

Depois das Agências Reguladoras em geral elogiarem a publicação, a Agência Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina solicitou autorização para reproduzir o material criado pelo órgão colegiado de Campinas. A intenção foi distribuir o material para mais de 170 municípios regulados pela Agência, em todo o Estado de Santa Catarina.³³



Capa da Cartilha

Além da ação de educação ambiental, no âmbito do saneamento básico, acompanhamos os trabalhos da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na elaboração de vários planos municipais estruturantes e de interface: Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Recursos Hídricos, que comporão o eixo ambiental do Plano Diretor do Município.

³³ Conferir a seguinte matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=26264>.



Reunião extraordinária para apresentação do Plano Diretor pela SEPLAN

Crédito: Arquivo SVDS

No ano de 2015 iniciamos os trabalhos de elaboração do Regimento Interno do Conselho, por meio de reunião extraordinária específica.

1.3.3.2. Reuniões

No ano de 2015, a Conselho realizou 01 reunião ordinária e 02 reuniões extraordinárias.

Para maiores informações, acesse: http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/relatorio_conselho_ares-pcj.pdf.

1.3.4. Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB)



1.3.4.1. Conselho Diretor e ações financiadas

O Conselho Diretor do PROAMB é o órgão responsável, entre outras atribuições, pela indicação das ações a serem financiadas e pela aprovação das contas do Fundo. Dele fazem parte 8 representantes das áreas técnicas da SVDS, 1 representante da

Secretaria de Finanças, 1 representante da Secretaria de Administração e 1 representante do COMDEMA.

Nos anos de 2013 e 2014 o Conselho Diretor do PROAMB aprovou dois Planos de Trabalho. Foram mais de 30 ações nas áreas de planejamento ambiental, energia renovável, construção sustentável, educação ambiental, proteção e bem-estar animal, desenvolvimento de sistemas, capacitação e outros, totalizando mais de R\$ 14 milhões deliberados (números atuais).

No ano de 2015, optou-se por não lançar um novo Plano de Trabalho. Primeiro para centrarmos esforços em executar as ações aprovadas nos anos anteriores. Segundo para reservarmos recursos para os programas e ações decorrentes da conclusão de 3 planos ambientais municipais em execução: Plano Municipal do Verde, Plano Municipal de Recursos Hídricos e Plano Municipal de Educação Ambiental.

Dessa forma, poucas ações foram aprovadas no ano de 2015, quase todas relacionadas a ações permanentes da Secretaria (como a Semana do Meio Ambiente, que acontece todo ano) ou à continuação de ações aprovadas nos anos anteriores (como o serviço de castração móvel de animais domésticos):

I- Eventos do Calendário Ambiental de 2015 (#43) - R\$ 512.528,70

II- Projeto Executivo da Casa da Sustentabilidade (#44) - R\$ 300.000,00

III- Continuidade do serviço de castração de animais domésticos (#45) - R\$ 600.000,00

IV- Compra de microchips e de leitores de microchips para continuidade do cadastramento de animais domésticos (#46) - R\$233.000,00

V- Elaboração de projeto executivo para construção de um CRAS (Centro de Recuperação de Animais Selvagens) em Campinas (#48) - R\$ 250.000,00

Valor Aprovado em 2015 (atualizado): R\$ 1,9 milhões

Incluindo as ações ainda vivas dos Planos de Trabalho de 2013 e 2014, totalizam-se mais de R\$ 16 milhões destinados a 37 projetos na área ambiental:

Ações Aprovadas	# ações	Valor atual (R\$ mil)
Plano de Trabalho 2013	17	8.368
Plano de Trabalho 2014	15	6.169
Ações Aprovadas em 2015	5	1.895
TOTAL	37	16.432

1.3.4.2. Contratação e Acompanhamento

A Coordenadoria Setorial Financeira é responsável por viabilizar as contratações das ações do PROAMB. A partir do Termo de Referência elaborado pelo Gestor, providencia os orçamentos e encaminha e acompanha o processo na Secretaria Municipal de Administração, secretaria esta responsável pelas licitações.

Já o acompanhamento das ações é centralizado na Assessoria de Gabinete e realizado mensalmente, com o objetivo de se obter o andamento das referidas ações, identificar as etapas já superadas e as ainda a percorrer, e constatar as ações com maior atraso para uma eventual intervenção.

Das ações aprovadas pelo Conselho Diretor do Fundo, algumas foram desdobradas em mais de uma contratação. Dessa forma, desse novo universo de contratações (e não mais de ações), o andamento atual de cada ação é o que segue:

LICITAÇÕES

#	Ação / Etapa	Elaboração do TR	Elaboração dos Orçamentos	Avaliação do Comitê Gestor	Preparação do Edital	Análise Jurídica	Publicação do Edital	Processamento da Licitação	Homologação da Licitação	Assinatura do Contrato	Realização do Serviço / Recebimento dos Produtos	Pagamento
6 a	Aquisição de Pick-Up para a Fiscalização	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓
6 b	Aquisição de Carro para a Fiscalização	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓	-	✓	✓
10 b	Serviço de Instalação Sist. Fotovoltaico											
12	Projeto executivo de 100 km de cicloviás											
13	Projeto Executivo de Passagem de Fauna											
19	Plano de Manejo PNM Jatobás e Campo Grande	✓	✓	✓	✓							
20	Plano de Manejo APA Campo Grande	✓	✓	✓	✓							
23	Reforma do Prédio do CCZ	✓	✓	✓	✓	✓	✓					
26	Plano de Intervenção na Mansões Santo Antônio	✓	✓	✓								
29	Serviço de castração animal	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
31	Aquisição de microchips, tendas, etc.	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓	-	✓	✓
33	Programa de Recup. De Nascentes e Matas Ciliares											
34	Plano de Manejo APA Campinas	✓	✓	✓	✓	✓	✓					
37 b	Ata de Preços para Alimentação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
37 a	Ata de Preços para Transporte	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
38	Projetos funcionais de Parques Lineares											
39	Censo da Economia Verde (Busca Ativa)											
40	Inventário de Emissões de GEE da Campinas e RMC	✓	✓	✓								
44	Projeto Executivo da Casa de Sustentabilidade											
45	Continuação do serviço de castração animal											
46	Aquisição de novos microchips e leitores de microchips	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓	-	✓	✓
48	Projeto Executivo de CRAS											
49	Implantação de fossas sépticas biogestoras na Macrozona 6											

CONTRATAÇÕES DIRETAS

#	Ação / Etapa	Elaboração do TR	Recebimento da Proposta Técnica e Comercial	Avaliação do Comitê Gestor	Análise Jurídica	Assinatura do Contrato	Realização do Serviço	Pagamento
9	Concurso da Casa de Sustentabilidade	✓	✓	✓	✓	✓		
15	2ª Conferência Municipal de M.A.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
16	Programa de Educomunicação Socioambiental	✓	✓	✓	✓	✓		
37	SEMEIA 2014	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
43 c	SEMEIA 2015	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
43 d	Recolhimento de bitucas de cigarro	✓	✓	✓	✓	✓		

CARONAS EM CONTRATOS EXISTENTES

#	Ação / Etapa	Especificação do serviço	Solicitação de Aproveitamento de Contrato	Avaliação do Comitê Gestor e DCC	Realização do Serviço	Pagamento
4	Infraestrutura básica de hardwares e softwares					
30	Elaboração de Banco de Dados da fauna de animais selvagens da região de Campinas e da microbiota a esta associada					
37	SEMEIA 2014	✓	✓	✓	✓	✓
39	SEMEIA 2014	✓	✓	✓	✓	✓
43	Censo da Economia Verde (Portal)	✓	✓	✓	✓	
43	ANAMMA (som e iluminação)	✓	✓	✓	✓	✓

CONVÊNIOS

Com a Administração Indireta

#	Ação / Etapa	Elaboração do Plano de Trabalho e Juntada de Documentação	Análise Jurídica	Celebração do Convênio	Licitação	Repasse do Recurso	Realização do Serviço	Prestação de Contas
14	Sustentabilidade no Hosp. Mário Gatti	✓						
35	Ações de Recup. Florestal na Mata de Sta. Genebra	✓	✓	✓	✓	✓		

Com Terceiros

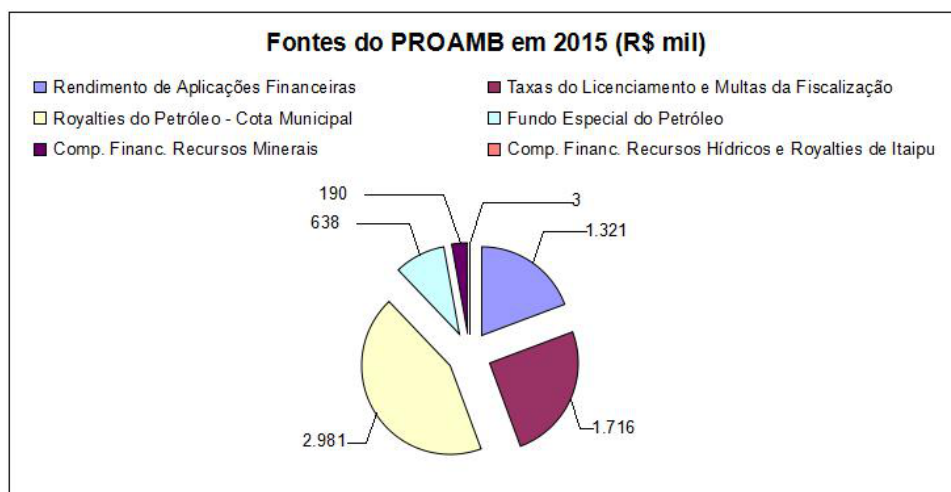
#	Ação / Etapa	Elaboração do Plano de Trabalho e Juntada de Documentação	Análise Jurídica	Celebração do Convênio	Realização do Serviço	Pagamento
28	Serviço de alojamento de cães e gatos					
32	Serviço de C.R.A.S.	✓				

Legenda:

- ✓ Etapa concluída
- Etapa em andamento
- Etapa não aplicável

1.3.4.3. Pagamento e Contabilização

Essas atividades são de responsabilidade da Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais. Uma análise do Balanço Financeiro de 2015 evidencia uma receita acumulada de R\$ 6,8 milhões, tendo como principais fontes de recursos a cota municipal dos royalties do petróleo (R\$ 2,9 milhões) e os recursos próprios (R\$ 1,7 milhões), estes últimos incluindo taxas de licenciamento de atividades que tiveram o licenciamento ambiental municipalizado e multas oriundas da fiscalização ambiental:



Como as ações mais relevantes em termos financeiros costumam ser também as mais complexas de se especificar e também de licitar, a maioria dessas ações ainda não foi contratada. Assim, a execução financeira do PROAMB ainda é razoavelmente baixa: 13% do valor aprovado atual que é de R\$ 16,4 milhões. Esses pagamentos acumulados desde 2013 já totalizam R\$ 2,2 milhões e estão associados aos seguintes temas:

Área	# contratações	R\$ mil
Meio Ambiente e Cidadania	30	999
Gestão dos recursos naturais – fauna e flora	13	882
Estruturação do órgão ambiental municipal	21	233
Execução de projetos pioneiros no município	13	62
Total	77	2.176

As principais realizações de 2015 associadas ao tema Meio Ambiente e Cidadania foram a Semana do Meio Ambiente (SEMEIA) e duas ações de suporte (transporte e alimentação) para viabilizar ações de educação ambiental na Estação Ambiental de Joaquim Egídio e o Programa Guardiões da Natureza. No tema Gestão de Fauna e Flora tivemos a realização de mais de 4.200 castrações de animais domésticos, a aquisição de mais de 27 mil itens entre microchips, leitores e aplicadores de microchips para o serviço de cadastramento e doação de animais e o repasse de R\$ 119 mil para a Fundação José Pedro de Oliveira para a uma ação de recuperação florestal na Mata de Santa Genebra.

Vale destacar que após longo período (15 anos) o PROAMB acha-se em fase inicial de sua implementação, o que explica valores ainda reduzidos de execução financeira.



Equipe da SVDS: novo veículo

(Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25612>)

Para maiores informações sobre o PROAMB, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/proamb.php>.

1.3.5. Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos (FUNDIF)



O FUNDIF foi criado pela Lei nº 14.753, de 20 de dezembro de 2013. Os membros do Conselho Gestor do Fundo, foram nomeados pela Portaria nº 82.097/2014, publicada no Diário Oficial do Município de 25/04/2014, cuja posse ocorreu na reunião de 15/05/2014, evento presidido pelo Sr. Prefeito Municipal. Ao todo são 36 conselheiros (entre titulares e suplentes). As secretarias municipais representadas no Conselho são:

Verde (que preside e secretaria o Conselho), Jurídico, Finanças, Educação, Planejamento, Infraestrutura, Urbanismo, Cultura, Habitação, Direitos das Pessoas com Deficiência. Outros conselhos e entidades que integram o Fundo são o COMDEMA, CONDEPACC, CMDU, OAB, ACIC, CONSABS. Os conselheiros exercerão suas funções por 2 anos, podendo ser reconduzidos.



Posse dos conselheiros

(Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23192>)

Os mesmos servidores que exercem funções no PROAMB atuam junto ao FUNDIF, para que haja otimização da estrutura e coesão de organização e gerenciamento para os dois fundos.

Os avanços da implementação do FUNDIF no ano foram:

- Posse dos Conselheiros;
- Elaboração do Regimento Interno do Fundo;
- Tratativas junto à Justiça Federal e Estadual bem como aos Ministérios Públicos Federal e Estadual no sentido de obter recursos para a execução dos projetos a que se destina o Fundo.

1.4. COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA – CF

As principais atribuições da Coordenadoria Financeira são planejar e executar o orçamento, gerir convênios, buscar recursos externos junto a órgãos públicos e

organizações não governamentais e emitir relatório periódico da gestão financeira da SVDS, conferindo a sua devida publicidade.

1.4.1. Orçamento

O orçamento da SVDS divide-se em despesas de custeio e despesas de investimento. Na tipologia mais relevante (custeio), excetuando-se os gastos com pessoal, a Secretaria dispõe de cerca de R\$ 2,5 milhões. Os principais itens de despesa são serviços de terceiros (onde entra o contrato com a IMA, combustíveis, locação de veículos, despesas com telefonia, reprografia, passagens aéreas, etc.), auxílios financeiros a pessoas físicas (incluindo a bolsa-auxílio de estagiários e patrulheiros) e material de consumo (tais como água mineral, gás, material de escritório, café e açúcar, copos descartáveis, etc.).

Ressalte-se que houve majoração no valor do Orçamento de 2015, uma vez que um novo Departamento (o de Proteção e Bem-Estar Animal) foi criado na SVDS, recebendo algumas atribuições do antigo Centro de Controle de Zoonoses através da Portaria Intersecretaria nº 13, de 03 de Outubro de 2014, publicada no DOM de 08/10/14.

Dentre as despesas de competência do referido Departamento realizadas nesse ano estão: a aquisição de ração e feno, aquisição de medicamentos (em andamento) e a aquisição de equipamentos (geladeiras, freezer e lavadora industrial) já adquiridas no valor total de R\$ 9.430,80, custeadas com o orçamento previsto na Ação 1360 – de Estruturação dos Laboratórios do antigo prédio do CCZ, cujo Orçamento total de Investimentos é de R\$ R\$ 1.247.000,00 – valor líquido R\$ 897.000,00.

Estão previstas ainda para o presente exercício a prestação de serviços de cirurgias ortopédicas e em tecidos moles, em animais de pequeno porte (cães e gatos) incluindo serviço de transporte de animais acidentados/doentes da área pública de ocorrência ate as dependências do DPBEA, em fase de elaboração de Projeto Básico para posterior orçamentos e abertura de Licitação.

Restam ainda outras despesas significativas com relação à manutenção de tarifas públicas (água, luz, telefone) do prédio do DPBEA, que serão a partir de agora

absorvidas pela SVDS, em fase de diagnóstico e providências para a contratação, cujos valores deverão ser consignados em orçamento anual de Custeio da Secretaria, caso não seja suficientes com o valor atual.

O quadro abaixo demonstra, por tipo de despesa, o valor orçado de Custeio e o realizado até 31/07/2015.

Descrição	Orçado	Realizado	% realiz.
Material de Consumo	30.276,00	13.736,28	45%
Serviços de Terceiros - PF	186.990,00	120.727,00	65%
Outros Serviços de Terceiros	2.261.942,00	1.095.571,00	48%
TOTAL	2.479.208,00	1.230.034,28	50%

A realização orçamentária dos recursos próprios da Secretaria foi dentro do estimado, considerando o valor liberado para a Secretaria.

1.5. Coordenadoria Setorial Administrativa e de Expediente – CAE

As principais atribuições desta Coordenadoria são a gestão de suprimentos, de bens patrimoniais, da telefonia, dos veículos e do expediente, além da adequação de espaço físico e a gestão de recursos humanos.

Em 2014 continuaram-se os investimentos na estruturação da Secretaria, especialmente em por conta do aumento de estrutura administrativa e atribuições trazidas pela Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014.

Para conhecer a nova estrutura da SVDS, acesse:

<http://bibjuri.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/88526>.

1.5.1. Expediente

No exercício de 2015 foram realizadas 3.092 tramitações recebidas de expedientes externos, 2.180 tramitações enviadas para expedientes externos, 3.058 tramitações recebidas de centros de custos internos, 3.694 tramitações enviadas para centros de

custo internos, 804 tramitações para o arquivo corrente da SVDS e 957 publicações encaminhadas para o Diário Oficial do Município.

1.5.2. Recursos Humanos

No exercício de 2015 foram atendidas 115 solicitações de férias planilhadas, preenchidas em formulário próprio e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 352 solicitações e controle de horas extras e sobre aviso, 973 frequências verificadas e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 12 solicitações de pagamento de produtividade dos fiscais elaboradas e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 10 solicitações de Licença Prêmio providenciadas, 15 solicitações quanto a vale-transporte, plano odontológico e vale alimentação atendidas, 30 encaminhamentos ao Serviço Médico providenciados e 126 solicitações de abono planilhadas. Além disso, a SVDS promoveu a avaliação dos seus funcionários em estágio probatório a fim de verificar as suas atuações e competências e se vêm atendendo ao interesse público municipal.

Observa-se que neste exercício houve significativo incremento de equipe, com a vinda de mais 08 servidores (concurados, transferidos, contratados, comissionados ou emprestados). Atualmente, a Secretaria conta com 116 servidores.

Note-se que em dez-2012, contava com 46, em dez-2013, contava com 64, em dez/2014 contava com 83, e em dez-2015, totalizava 115. O investimento significativo em recursos humanos visou atender à crescente demanda pela participação da SVDS nos programas da atual gestão.

1.6. Normativas

- ✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 01/2015** - DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DAS LARGURAS DAS FAIXAS RELATIVAS ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP, PARA OS CURSOS D'ÁGUA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS
- ✓ **RESOLUÇÃO SVDS Nº 02/2015** - DISPÕE SOBRE AS PENALIDADES NA COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS EM ESPAÇOS PÚBLICOS.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 03/2015** - DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DAS LARGURAS DAS FAIXAS RELATIVAS ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP, PARA OS CURSOS D'ÁGUA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 04/2015** - DISPÕE SOBRE O VALOR DE CADA ÁRVORE PLANTADA COM A RESPECTIVA MANUTENÇÃO POR DOIS ANOS, NO ÂMBITO DOS TERMOS DE COMPROMISSO AMBIENTAL E TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA FIRMADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 05/2015** - REGULAMENTA O ARTIGO 182 DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

✓ **RESOLUÇÃO CONJUNTA SVDS/SMS nº 06/2015** - CRIA O GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO DO REÚSO DE ÁGUA PROVENIENTE DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) DE SISTEMAS PÚBLICOS PARA FINS DE USOS MÚLTIPLOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS–SP

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 07/2015** – DISCIPLINA O TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA O USO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ONLINE (LAO) JUNTO AO COMDEMA.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 08/2015** – DISCIPLINA O TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA O USO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ONLINE (LAO) JUNTO AO CONGEAPA.

1.7. Relatório Parcial ANAMMA



A Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) foi criada para representar os municípios brasileiros no âmbito do Sistema Nacional do

Meio Ambiente, que é o responsável pelas diretrizes da gestão ambiental no Brasil. Ocupa 6 cadeiras no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e possui representação nas suas Câmaras Técnicas e nas Comissões Tripartite Nacional e Estadual, se afirmando como protagonista das cidades para a melhoria das condições de vida da população.

Esta associação se destaca por ser uma entidade de tradição, que possui grande responsabilidade em promover a gestão ambiental compartilhada no Brasil, conforme as premissas do SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente, preconizada pela Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81).

A atuação da ANAMMA tem se pautado pela legítima defesa dos interesses locais na construção de políticas nacionais, na regulamentação de assuntos de grande interesse como saneamento básico, licenciamento ambiental, preservação de áreas naturais, controle de atividades, e outras questões ligadas diretamente à boa gestão ambiental municipal.

A ANAMMA está estruturada em presidência nacional, vice-presidências regionais (contemplando as regiões federativas) e as seções estaduais. Sua estratégia está baseada na realização de seminários, reuniões, encontros, convênios, representações e participações em eventos de caráter regional, pela presidência e diretorias, disseminando as ações e posicionamento da Associação diante das questões que mais impactam a gestão ambiental municipal, tanto na esfera federal quanto na estadual.

Em 2014, Campinas assumiu a vice-presidência estadual e, posteriormente, a sua presidência estadual. Neste ano, tivemos a grata oportunidade em assumir a presidência nacional, projetando Campinas nos debates e conduções de políticas públicas em nível nacional.

A Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promove, apoia, participa e colabora com diversos eventos da área ou com interface com a temática ambiental.

Gestores de meio ambiente de todo o país se reuniram em Campinas (SP), dias 23, 24 e 25 de Junho, no 24º Encontro e 24ª Assembleia Nacional da Associação Nacional de

Órgãos Municipais do Meio Ambiente (ANAMMA) para debater a gestão ambiental no âmbito municipal.

Os participantes puderam se inscrever, gratuitamente, através do site www.ambientecampinas.wix.com/anamma. Durante o Encontro o membro inscrito pode participar de mesas temáticas e painéis especiais, além de atividades culturais.

As mesas temáticas tiveram como tema: Gestão de Resíduos Sólidos, Financiamento dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Crise Hídrica, A Cidade que Temos e a Cidade que Queremos, e Oportunidades na economia de baixa intensidade de carbono frente às mudanças climáticas e Agrotóxicos no Brasil: desafios para os Municípios.

A programação do Evento pode ser visualizada através do link:

<http://ambientecampinas.wix.com/anamma#!programacao/cee5>.

Os inscritos puderam realizar uma visita técnica à Usina Solar de Tanquinho - A CPFL que foi desenvolvida através de um projeto de P&D e se tornou a primeira usina solar do Estado de São Paulo e a maior do Brasil. Durante a visita guiada, os técnicos da CPFL explicaram o funcionamento da estação Tanquinho, suas vantagens, custo e demais questionamentos levantados pelos participantes.

Para o evento e deslocamento até a Estação de Tanquinhos, um ônibus elétrico foi disponibilizado pela BYD.



Visita técnica à Usina Solar de Tanquinho – CPFL, durante a 24ª Assembleia Nacional da Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio Ambiente (ANAMMA).

Ainda durante o evento, também foi realizada a 24ª Assembleia Nacional da ANAMMA, com a eleição da Diretoria Nacional para o biênio 2015/2017.

A abertura solene, contou com a presença do Presidente Nacional da ANAMMA e Secretário de Meio Ambiente de Goiânia - Pedro Wilson Guimarães; Presidente Estadual ANAMMA SP e Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas - Rogério Menezes, Secretária de Estado do Meio Ambiente de São Paulo - Patrícia Iglecias; Secretário Executivo do Ministério de Meio Ambiente - Francisco Gaetani (neste ato representando a Ministra de Meio Ambiente Izabella Teixeira); Prefeito de Campinas - Jonas Donizette e Presidente da ANA - Agência Nacional de Águas - Vicente Andreu Guillo.



Abertura Solene do 24º Encontro e 24ª Assembleia Nacional da Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio Ambiente (ANAMMA).

Durante a sessão solene também foi formalizado o Termo de Cooperação Técnica com a Fundação SOS Mata Atlântica, uma parceira entre a SVDS e a Fundação SOS Mata Atlântica.

Durante o evento, também aconteceu a 24ª Assembleia Nacional da ANAMMA, que debateu os seguintes tópicos:

- Balanço da Gestão 2013/2015
- Encaminhamentos a partir dos debates das Mesas Temáticas e Painéis Especiais
- Destaques de temas e propostas importantes a serem trabalhadas na próxima gestão

Foram efetuadas 386 inscrições pelo site e outras 79 no local do evento, totalizando 465 inscritos.

1.7.1. Novo Site da ANAMMA

Durante o ano de 2015, foi apresentado o novo site ANAMMA, disponível no endereço: <http://www.anamma.org.br/>

Este novo site foi construído com o intuito de informar e facilitar o acesso do usuário, no que tange as questões ambientais do nosso país. Além disso, os municípios poderão dividir com os demais membros da ANAMMA, suas boas práticas em sustentabilidade. Isso é possível já que projetos, ações, legislações e demais iniciativas que promovam a gestão ambiental responsável podem ser incluídos no sistema para a composição de um banco de projetos de referência nacional.

O site permite ainda que o usuário se cadastre no newsletter para receber as principais notícias ambientais municipais, estaduais e federais postadas.

Outro destaque do site é que o usuário cadastrado no sistema terá acesso aos pacotes legislativos ambientais. Esse link se destaca como uma iniciativa para a estruturação de programas de apoio às prefeituras para elaboração e disponibilização de modelos de legislações municipais. Esta parte ainda está em fase de desenvolvimento.

Outra ferramenta de destaque do site será a WebTV ANAMMA onde palestras, aulas e cursos serão ministrados por especialistas da área ambiental e poderão ser assistidos ao vivo pelo usuário cadastrado.

No site o usuário também terá acesso à revista digital "Cidades Sustentáveis" publicada pela ANAMMA.

Outro item de destaque do site é o Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente. Por meio desse Censo, a ANAMMA pretende compreender a situação da gestão ambiental dos municípios, de modo a melhor orientar a sua atuação e levar as demandas das cidades para o debate em esfera federal. Até o momento, 150 Municípios já participaram. Para participar, basta entrar no site da ANAMMA até o dia 26/03/2016.

Além de contribuir para o entendimento da gestão ambiental municipal, o município participante ganhará um certificado de participação, além de receber uma cópia eletrônica do Manual de Licenciamento Ambiental de Projetos, Obras e Serviços

Públicos Sustentáveis do Município de Campinas, que poderá servir de referência para cidades interessadas em implementar ou aperfeiçoar seus serviços de licenciamento ambiental.

1.7.2. Revista Cidades Sustentáveis

Em 11 de novembro deste ano, o Instituto Brasil Sustentável - IBS, em parceria com a ANAMMA lançou a 1ª Revista ANAMMA Cidades Sustentáveis. O Lançamento foi realizado em Brasília, e contou com a participação da Frente Parlamentar Ambientalista



Secretário Rogério durante o lançamento da Revista ANAMMA Cidades Sustentáveis

A revista foi publicada em português e em inglês e terá publicação trimestral. A revista tem como foco principal apresentar o desenvolvimento sustentável dos municípios e o segmento empresarial, levando assim ao cenário nacional informações que venham contribuir para a formação de opinião e o processo de gestão ambiental das cidades brasileiras. Para acessar seu conteúdo, basta entrar no site da ANAMMA.

1.7.3. Participações em eventos

1.7.4. Representações do Presidente da ANAMMA

Após a eleição, o Presidente da ANAMMA Nacional e também Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Rogério Menezes participou de diversos eventos para debater as questões ambientais dentre os quais se destacam:

- VI Encontro Nacional do CB27, organizado pelo Instituto Adenauer, de 01 a 02 de Julho em Natal;
- Encontro Nacional Sobre Licenciamento Ambiental, organizado pela ABEMA, de 06 a 08 de Julho em Brasília;
- Reunião com os presidentes dos fóruns nacionais de secretários municipais, organizado pela diretoria da frente nacional de prefeitos, em 15 de Julho em Brasília;
- 119ª Reunião ordinária dos conselheiros nas plenárias do CONAMA, organizado pelo CONAMMA, em 19 de agosto em Brasília;
- Reunião com ministério de meio ambiente para apresentação do Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente, organizado pela ANAMMA Nacional, em 27 de Agosto em Brasília;
- Encontro Regional da ANAMMA São Paulo, organizado pela ANAMMA São Paulo, em 10 de Setembro em Indaiatuba;
- Congresso Internacional Cidades & Transportes, organizado EMBARQ BRASIL, em 11 de Setembro no Rio de Janeiro;
- Reunião com o Ministro Everto Lucero, Chefe da Divisão de Clima do Itamaraty, realizado em 16 de Setembro em Brasília;
- Encontro Estadual de secretários e gestores ambientais municipais do Estado de Goiás, organizado pela ANNAMA Goiás, 17 de Setembro em Goiânia;
- 12ª Edição – Distinção Gdor. Henry Thomas Cresto 2015 “Líderes para o Desenvolvimento Integral da América Latina”, organizado pela Federação Argentina dos Municípios, 18 de Setembro em Buenos Aires – Argentina;

- Reunião com o Secretário de Educação de Florianópolis, Sr. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, para visita à primeira creche sustentável do país realizada em 21 de Setembro em Florianópolis;
- Lançamento do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável – EMDS, organizado pela frente nacional dos prefeitos entre 07 a 08 de agosto em Brasília;
- Seminário Cidades Resilientes, Comunidade e Clima – SECIRE, organizado pela ANAMMA do Paraná, nos dias 13 e 14 de outubro em Londrina.

1.7.5. Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente

O Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente, preparado pela associação, é uma iniciativa com a intenção de compreender a situação da gestão ambiental dos municípios, de modo a melhor orientar a sua atuação e levar as demandas das cidades para o debate em esfera federal.

Até o momento, o Censo contou com a adesão de cerca de 200 cidades que responderam o censo, com expressiva participação de pequenos municípios. Entre os participantes, 88,9% possuem órgão de meio ambiente em funcionamento. Foram colhidos dados sobre licenciamento, fiscalização, entraves e dificuldades e principais demandas das cidades.



1.7.6. 2ª Reunião Ordinária da Diretoria ANAMMA

Em reunião da diretoria nacional realizada em 12 de novembro, no anexo 2 da Câmara Federal; os dirigentes nacionais da ANAMMA aprovaram por unanimidade dos presentes o Plano de Atividades 2016.

Nesta oportunidade o Presidente Nacional da entidade, Rogério Menezes, fez o balanço das atividades executadas em 2015 que compunham o Plano de Atividades do exercício e prestou contas, inclusive das viagens de representação da entidade, com presença em todas as atividades e reuniões a convite da ABEMA, CB 27, FNP, Ministério do Meio Ambiente, Assemae, entre outras.

A reunião contou com a presença do vice-presidente Secretário de Aparecida de Goiânia, Fábio Camargo e do ex-presidente, Secretário de Goiânia e Diretor para o Bioma Cerrado, Pedro Wilson.



Rogério abre os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária da ANAMMA em 2015

1.8. Eventos

1.8.1. A Participação Social nos Planos Ambientais Municipais

Como parte do processo de parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas, fizemos o Workshop denominado "A Participação Social nos Planos Ambientais Municipais" em 01 de junho deste ano, com a participação de aproximadamente 400 pessoas, relativos ao corpo docente e discente da Universidade.

Os palestrantes foram o Secretário da SVDS, Rogério Menezes, sobre o contexto do processo de formação dos planos ambientais, abordando a leitura técnica e comunitária, a Coordenadora de Planejamento e Gestão Ambiental, Isadora Salviano que explanou sobre o Planejamento Estratégico e o Plano Municipal de Recursos Hídricos, a Assessora de Gabinete da SVDS, Ângela Guirao, que abordou o Plano Municipal do Verde e geógrafa Sueli Thomaziello, que discorreu sobre o Plano Municipal de Educação Ambiental.



Rogério Menezes profere a palestra inaugural

1.8.2. 11º Encontro dos Profissionais de Meio Ambiente das Empresas de Grande Porte da RMC

O Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rogério Menezes, participou juntamente com o Prefeito de Campinas, Jonas Donizette, no dia 29 de abril, do "11º Encontro dos Profissionais de Meio Ambiente das Empresas de Grande Porte da RMC".

O evento foi realizado no auditório da empresa MSD (Merck Sharp & Dohme Corp.), em Sousa, e o principal objetivo foi trocar experiências e buscar uma agenda comum entre profissionais, diretores e técnicos do setor ambiental que atuam nas empresas da região.

Na oportunidade, Rogério Menezes ministrou palestra sobre “Desafios do Abastecimento de Água para o Desenvolvimento Sustentável da RMC”.

Após as palestras, os 70 profissionais reunidos discutiram os “cases” desenvolvidos e trocaram ideias na busca de uma melhor gestão ambiental empresarial.



(Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=26748>)

1.8.3. Crise Hídrica

O Secretário da SVDS também participou de reunião no Comitê de Sustentabilidade da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM), em 25 de fevereiro, em que se abordou a crise hídrica e a elaboração do Plano de Recursos Hídricos pela Prefeitura Municipal de Campinas, sob a coordenação da SVDS.

1.8.4. Mudanças Climáticas

Gerentes de meio ambiente de diferentes cidades do Peru, Chile, Brasil e México se reuniram em 27 de maio para compartilhar suas experiências sobre adaptação e mitigação em relação as mudanças climáticas com outras Municipalidades, ONGs, empresas e representantes de diversos ministerios do Peru.

Esta Conferencia se realizou graças a organização do Programa Regional EKLA-KAS, INICAM, CDP, com o apoio de A2G *Climate Partners*.



*Assistentes a la conferência, ponente Rogério Menezes, Secretário de Meio Ambiente de Campinas, Brasil
(<http://www.kas.de/energie-klima-lateinamerika/es/publications/41523/>)*

1.8.5. Ações da SVDS

A Comissão Permanente do Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campinas, em 10 de junho promoveu reunião, na qual o secretário Rogério Menezes, apresentou as ações da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a situação do plano municipal de recursos hídricos.³⁴



Reunião da comissão do Meio Ambiente foi realizada no Plenário

(Fonte: <http://www.campinas.sp.leg.br/comunicacao/noticias/2015/junho/mais-de-80-das-nascentes-de-campinas-se-encontram-em-estado-de-degradacao-relata-secretario-do-verde-a-comissao-de-meio-ambiente>)

³⁴ Para saber mais: <http://www.campinas.sp.leg.br/comunicacao/noticias/2015/junho/comissao-de-meio-ambiente-recebe-secretario-do-verde-de-campinas>

1.8.6. Aspectos Ambientais da Aprovação de Empreendimentos Imobiliários

O Secretário da SVDS, juntamente com a sua equipe, participou, juntamente com empreendedores, engenheiros e arquitetos no Salão Vermelho da Prefeitura no 28 de abril de 2015, do workshop sobre Loteamentos, Cadastramento de Glebas e Licenciamento Ambiental.

Referido evento foi promovido pelas secretarias municipais de Urbanismo (Semurb) e do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), cujo escopo foi apresentar as propostas do poder público municipal para a análise e aprovação dos projetos imobiliários apresentados pelo setor.

O prefeito Jonas Donizette participou da abertura do evento ao lado do secretário de Urbanismo, Carlos Augusto Santoro; da SVDS, Rogério Menezes, e de Planejamento, Fernando Pupo.

A SVDS contou com as palestras de Rogério Menezes e das técnicas Andréa Struchel e Sylvia Teixeira, que falaram sobre “meio ambiente e licenciamento ambiental”.



Crédito: Luiz Granzotto

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=26736>

1.8.7. CDPCities

O prefeito Jonas Donizette, acompanhado do Secretário da SVDS, Rogério Menezes, participou da apresentação dos resultados do programa CDP Cities no dia 10 de novembro, no espaço Café Filosófico da CPFL.

A organização internacional apresentou um mini-documentário sobre de dados, coletados em 90 cidades latino-americanas, oportunidade em que citou Campinas

com dados positivos em relação a medidas ambientais para conter os efeitos das mudanças climáticas.



Para Jonas, medidas ambientais também são importantes para a saúde

Credito: Carlos Bassan

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28632>



Entrega de certificação a várias cidades, dentre elas Campinas, com a presença do Secretário da SVDS, Rogério Menezes

Crédito: Arquivo SVDS

1.8.8. Prestação de Contas junto ao COMDEMA

Neste ano pudemos prestar contas ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) apresentando-se um balanço de ações, metas e indicadores da gestão sob os cuidados da SVDS.

Participaram representando a SVDS, o economista Ricardo Casetta e a Supervisora Departamental, Andrea Struchel.

1.9. Premiação

O secretário Rogério Menezes recebeu o prêmio 'Governador Enrique Tomás Cresto 2015', entregue para pessoas que se destacam em ações de preservação ambiental. A cerimônia foi realizada no dia 18 de setembro, em Buenos Aires, Argentina.

Em sua 12ª edição, a honraria é concedida pela Federação Latinoamericana de Cidades e Associações de Governos Locais em conjunto com a Federação Argentina de Municípios, em parceria com o senado argentino. O tema deste ano foi "Líderes para o Desenvolvimento Integral da América Latina", com o foco em sustentabilidade do desenvolvimento e na "Agenda do Futuro".



Autoridades e especialistas participaram da premiação

Crédito: Divulgação

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28175>

2. DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA



Os processos de licenciamento ambiental têm como objetivo o controle de empreendimentos e atividades, efetivas e/ou potencialmente poluidoras, por meio de um conjunto de procedimentos a serem determinados com o intuito de defender o equilíbrio do meio ambiente e a qualidade de vida da sociedade.

A Lei Complementar nº 49, de 20 de dezembro de 2013, em seu art. 6º, define que a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras de impacto local, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento na Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS, sem prejuízo de outras licenças, autorizações ou alvarás exigíveis pelas legislações federal, estadual e municipal pertinentes.

Assim, dependem de prévio licenciamento da SVDS os empreendimentos e atividades relacionados nos Anexos I, II, III-SG, III e IV, que integram o Decreto nº 18.705, de 17 de abril de 2015, a saber:

EMPREENHIMENTOS E ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL	
ANEXO I	Empreendimentos imobiliários
ANEXO II	Obras de infraestrutura ligadas ao transporte, saneamento, energia e dutos
ANEXO III-SG	Movimentações de terra e atividades de mineração
ANEXO III	Supressão de vegetação, cortes ou transplante de árvores isoladas e intervenção em Área de Preservação Permanente (APP)
ANEXO IV	Atividades potencial ou efetivamente poluidoras

Salientamos que a situação encontrada em janeiro de 2013 era de notável fragilidade jurídica no tocante ao licenciamento ambiental de âmbito municipal, já que o Decreto nº 17.261/2011, o qual norteava as atividades do setor, não era precedido por lei específica e sim por outro Decreto, ato emanado exclusivamente pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e apontava a necessidade de serem efetuados ajustes para ser facilmente aplicável, tanto pelos projetistas, quanto pelos técnicos do licenciamento, de forma a diminuir as subjetividades. Em função disto, os técnicos da Secretaria participaram diretamente da minuta da nova Lei de Licenciamento Ambiental, assim como da minuta do Decreto que a regulamenta, de modo que, após a promulgação

destas novas legislações, Lei nº 49/2013³⁵ e Decreto nº 18.306/2014³⁶, o licenciamento ambiental no Município de Campinas ganhou solidez jurídica e institucional. Em 2015, com o objetivo de otimizar ainda mais o processo de Licenciamento Ambiental, e contando também com a participação de nossa equipe técnica na elaboração de minuta, foi publicado o Decreto 18.705/2015, em 17 de abril de 2015, substituindo e atualizando os procedimentos até então disciplinados.

Uma das mudanças significativas desta revisão consistiu no fato do empreendedor não precisar mais publicar em jornal de circulação local que está requerendo ou já obteve o licenciamento ambiental da sua obra, empreendimento ou atividade, ficando essa publicidade a cargo do próprio site da SVDS bem como do Diário Oficial da Municipalidade.

Com o intuito de se adotar medidas de sustentabilidade aos projetos em implantação no município, a nova legislação estipulou também critérios para a obtenção de incentivos financeiros, bem como a certificação de projetos ambientalmente adequados.

Também se investiu, em parceria com a Informática de Municípios Associados – IMA, na continuidade do processo de informatização de todo o procedimento de licenciamento ambiental com a implementação de novas ferramentas e constantes atualizações do Sistema de Licenciamento Ambiental *Online* (LAO).

Acrescentamos ainda que, após serem observadas algumas distorções nos valores cobrados nas análises referentes ao licenciamento ambiental municipalizado, foi aprovada em 29 de dezembro de 2015 a Lei Complementar nº 136/2015, que revisou e atualizou a Lei Complementar nº 49/2013 no que diz respeito às cobranças de taxas relacionadas ao licenciamento.

2.1. Coordenadorias do Departamento de Licenciamento Ambiental

Estruturalmente, o Departamento de Licenciamento Ambiental está dividido em quatro (04) coordenadorias sendo elas:

³⁵ Audiência pública vai discutir regulamentação da Lei de Licenciamento: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22059>

³⁶ Conferir matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22322>.

- Coordenadoria de Suporte Geológico (CSG);
- Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS);
- Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local (CLA);
- Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental (CADLA).

2.1.1. Coordenadoria de Suporte Geológico - CSG

Os técnicos desta área, que também respondem pelo Anexo III-SG, além de desempenharem as atividades de licenciamento ambiental relacionadas com movimentação de terra e atividades de mineração já descritas, auxiliam as outras áreas da SVDS, ou até mesmo outras Secretarias da Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da realização de vistorias técnicas, elaboração de pareceres, laudos, manifestações, dentre outros.

Além destes, esta Coordenadoria ainda participa do Grupo (intersecretarial) de Trabalho Técnico de Análise das Situações de Risco nas Áreas Contaminadas do Município de Campinas (GTAC), da Junta Administrativa de Recursos (JAR), auxilia na elaboração de legislações pertinentes, termos de referências associadas ao licenciamento ambiental, do Plano Municipal de Recursos Hídricos, dos Termos de Referências do Selo S, do projeto básico do caso Mansões Santo Antônio e auxilia nos estudos sobre alguns Parques Lineares através de termo de cooperação com a PUC Campinas.

2.1.2. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS)

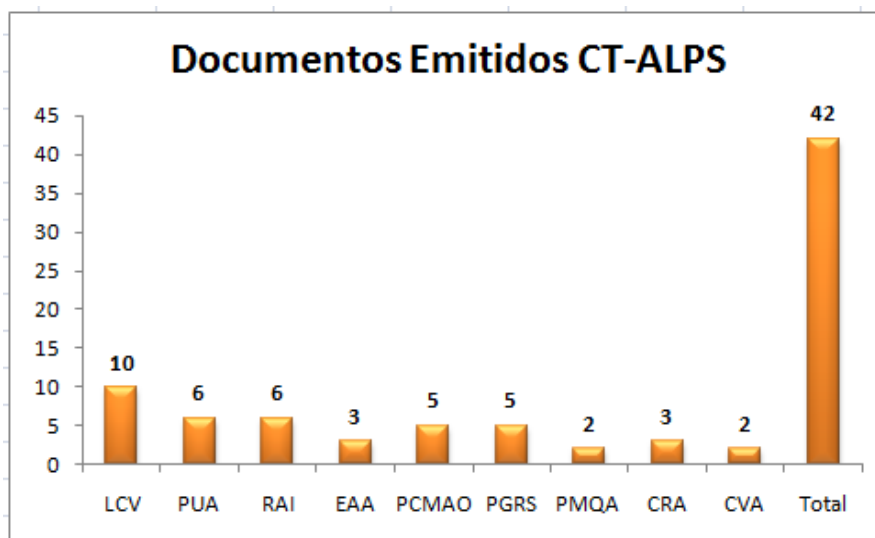
A Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, criou a Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS), que tem como objetivo a prestação de assessoria técnica na elaboração de planos e estudos relacionados ao licenciamento ambiental de obras públicas, tendo como interessado outras secretarias, autarquias e fundações.

Essas demandas podem ter origem no licenciamento municipal ou estadual, de forma a qualificar tecnicamente as obras e empreendimentos, identificando antecipadamente os aspectos ambientais envolvidos desde a concepção dos projetos, para que o Licenciamento Ambiental dos mesmos ocorra, em prazos reduzidos, com menores impactos ao meio ambiente, de modo a garantir que representem efetiva contribuição à qualidade de vida dos campineiros, com vistas ao desenvolvimento sustentável do município.

Para tanto, a Coordenadoria elabora os seguintes estudos solicitados para os processos de Licenciamento Ambiental:

- Estudo Ambiental Aplicado (EAA);
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Programa de Controle e Monitoramento Ambiental de Obras (PCMAO);
- Plano de Monitoramento da Qualidade da Água (PMQA);
- Laudo de Caracterização de Vegetação (LCV);
- Planta Urbanística Ambiental (PUA);
- Relatório Ambiental Integrado (RAI);
- Certificado de Regularização Ambiental (CRA); e
- Certificado de Viabilidade Ambiental (CVA).

No ano de 2015, foram elaborados e emitidos 42 estudos pela Coordenadoria CT-ALPS, conforme demonstrado na figura abaixo.



Documentos emitidos em 2015 pelo CT-ALPS

Além das atividades citadas anteriormente, os técnicos do CT-ALPS também participam de outros projetos e atividades de interface, tais como:

- Reuniões mensais do Conselho Municipal de Habitação;
- Elaboração e revisão de legislação municipal;
- Elaboração do Plano Municipal do Verde;
- Suporte ao ANEXO III – Áreas Verdes/DLA;
- Oficinas do Plano Municipal do Verde;
- Revisão do Manual de Licenciamento Ambiental de Projetos, Obras e Serviços Públicos Sustentáveis do Município de Campinas;
- Auxílio no desenvolvimento do FAQ dentro do site da PMC com as principais dúvidas levantadas e orientar o setor administrativo para repassá-las ao município;
- Normatização dos critérios para Áreas Públicas Verdes e de lazer em Loteamentos (Ação da Falconi);
- Projetos da PUC-Campinas, como suporte; e
- Gestão do PROAMB – Compras de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os técnicos da SVDS.

Como atribuição de todos os Anexos, os técnicos se dedicaram ainda na revisão dos termos de referência já publicados e disponíveis na página do DLA, revisão e alteração da Lei Complementar nº 49/2013, alterada para Lei Complementar nº 136/2015 e do novo Decreto de Licenciamento Ambiental para fins de adequação à nova Deliberação Normativa do CONSEMA nº 01/2014. Além disso, os técnicos do CT-ALPS também respondem a protocolos encaminhados pelo Ministério Público e pela Câmara dos Vereadores de Campinas.

2.1.3. Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local (CLA)

A Coordenadoria de Licenciamento e Atividades de Impacto Local (CLA) é composta pelos Anexos que analisam as solicitações de licenciamento e emitem os diversos documentos ambientais pertinentes para cada caso, como Parecer Técnico Ambiental (PTA), Autorização (ATZ), Termo de Compromisso Ambiental (TCA), Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO), Licença Prévia e Licença de

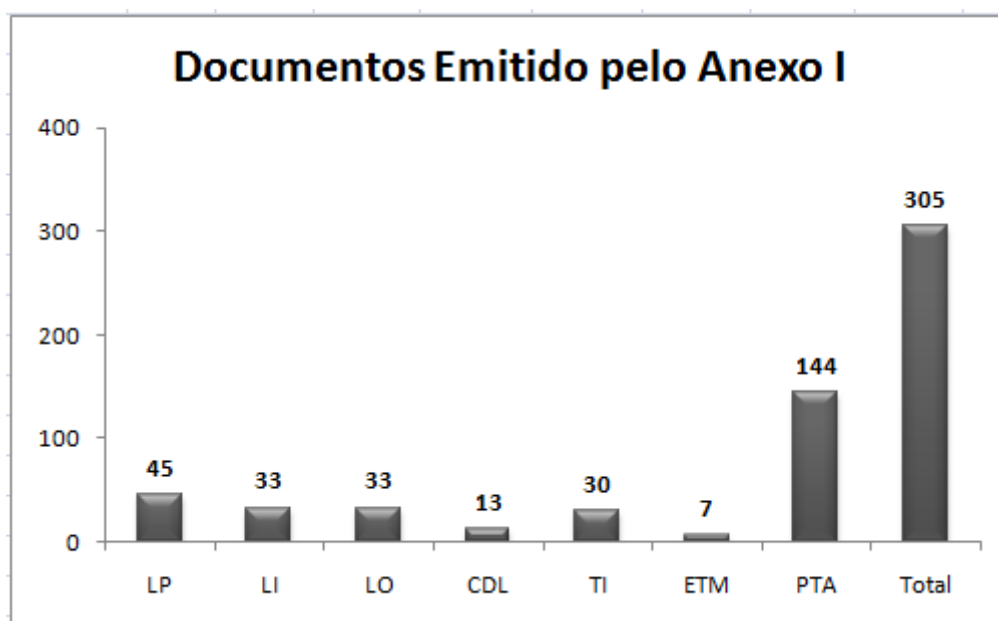
Instalação (LP/LI), Renovação da Licença de Operação (RLO), Certificado de Dispensa de Licenciamento (CDL), Termo de Indeferimento (TI) e Exame Técnico Municipal (ETM), Termo de Recebimento (TR) e Licença Específica Municipal de Mineração (LEM).

Conforme já exposto anteriormente, cada Anexo trata do licenciamento ambiental de um assunto específico, como veremos mais detalhadamente a seguir.

2.1.3.1. Anexo I – Empreendimentos Imobiliários

O Anexo I - Empreendimentos Imobiliários tem como atribuição principal o licenciamento ambiental de edificações com áreas a construir, ou a regularizar, maiores de 2.500 m², sendo que para edificações localizadas nas APA de Campinas, este limite é de 750 m².

No Anexo I, um total de 305 documentos foram elaborados e emitidos no ano de 2015, como demonstrado na figura abaixo.



Documentos emitidos em 2015 pelo Anexo I.

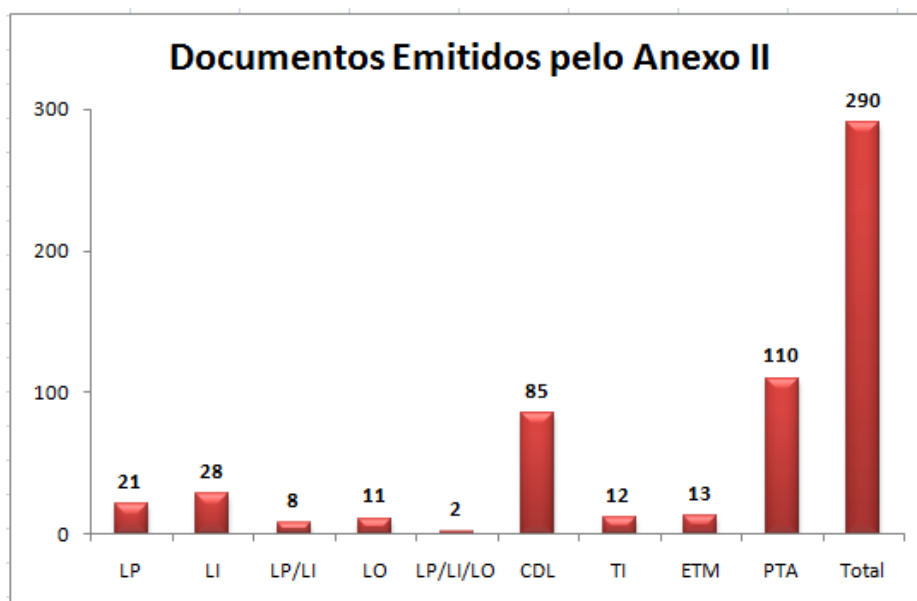
Além de desempenhar as atividades correlatas ao licenciamento propriamente dito, os técnicos deste Anexo também participam de alguns trabalhos de interface, tais como:

- Comissão Especial para a Regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança EIV/RIVI;
- Projeto “Juntos” (com a Gestão do processo de aprovação de empreendimentos imobiliários, de parcelamento do solo e cadastramento de gleba; análise de impacto no trânsito e análise de PGT);
- Elaboração dos Termos de Referência quanto aos Incentivos Financeiros e Selo S; e
- Elaboração dos Termos de Referência dos estudos técnicos para licenciamento ambiental.

2.1.3.2. Anexo II – Infraestrutura

O Anexo II – Infraestrutura é responsável pelo licenciamento ambiental de obras e atividades diretamente ligadas a infraestrutura, como transporte, saneamento, linhas de transmissão, subestações, cemitérios e complexos turísticos e de lazer.

No Anexo II, um total de 290 documentos foram elaborados e emitidos em 2015, conforme demonstrado na figura a seguir.



Documentos emitidos em 2015 pelo Anexo II.

Além de desempenhar as atividades correlatas ao licenciamento propriamente dito, os técnicos deste Anexo também participam de alguns trabalhos de interface, tais como:

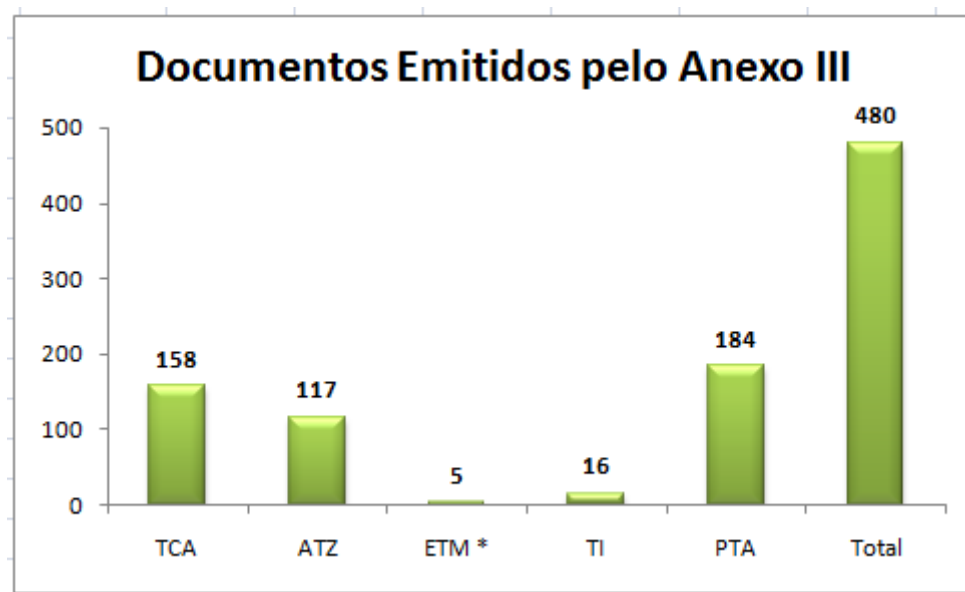
- Projeto "Juntos" (com a Gestão do processo de "Emissão de Licença Ambiental" e participação nos projetos "Emissão de Alvará de Aprovação", "Aprovação de Projetos de Drenagem" e "Movimentação de Terra");
- Internalização dos processos de Regularização Fundiária;
- Apoio às discussões sobre Pavimentação na APA Campinas;
- Elaboração dos Termos de Referência quanto aos Incentivos Financeiros e Selo S;
- Coordenação do Licenciamento Ambiental *OnLine*, em conjunto com a CADLA;
- Elaboração dos Termos de Referência dos estudos técnicos para licenciamento ambiental;
- Participação nas Oficinas do Plano do Verde, de responsabilidade do DVDS;
- Suporte na ação de planejamento da SVDS de Parques Lineares através de termo de cooperação com a PUC Campinas; e
- Participação em reuniões, pesquisas e vistorias para a elaboração do Projeto de Viabilidade de Passagem de Fauna, com implementação prevista com recursos do PROAMB.

2.1.3.3. Anexo III – Áreas Verdes

O Anexo III – Áreas Verdes tem interface com os demais anexos do licenciamento ambiental, seja para autorizar o corte de vegetação e alguns tipos de intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, como para calcular as compensações decorrentes de impermeabilização do solo.

Essa área também analisa os aspectos de áreas verdes nos processos de competência de estudos específicos do Grupo de Análise de Projetos Especiais – GAPE.

No Anexo III foram elaborados e emitidos, em 2015, 480 documentos ambientais, sendo 5 ETM emitidos em conjunto com outros Anexos do DLA, de acordo com a figura a seguir.



Documentos emitidos em 2015 pelo Anexo III.

Vale ressaltar que a partir da publicação do Decreto 18.705/2015, o presente Anexo, deixou de emitir ETM para os casos de intervenção em fragmento florestal e/ou área de preservação permanente não previsto na Deliberação CONSEMA 01/2014. Sendo assim, nestes casos o interessado deverá buscar a respectiva autorização direto na CETESB, não sendo mais necessária a manifestação ambiental municipal.

Além das atividades citadas anteriormente, os técnicos do Anexo III também participaram de outros projetos e atividades de interface, tais como:

- Emissão de manifestações técnicas para o Departamento do Verde e Desenvolvimento Sustentável (DVDS) e para a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA);
- Participação em reuniões com o Banco de Áreas Verdes (BAV);
- Elaboração do manual de esclarecimento de dúvidas sobre corte de árvores (<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/licenciamento-ambiental.php>);
- Participação no Conselho Municipal de Habitação e de Proteção à Fauna;
- Projeto "Juntos" (com a Gestão do processo de análise de ETM - manejo arbóreo);
- Elaboração dos Termos de Referência dos estudos técnicos para licenciamento ambiental;
- Elaboração dos Termos de Referência quanto aos Incentivos Financeiros e Selo S;

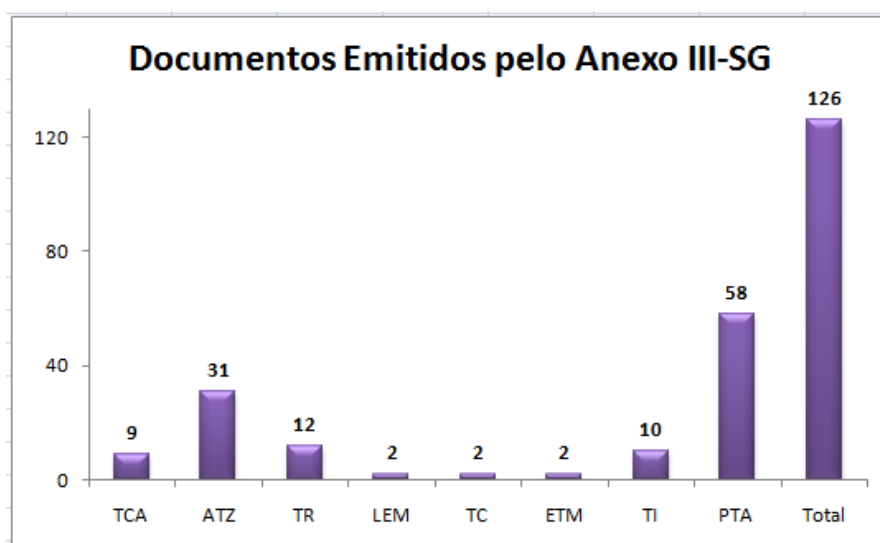
- Participação nas Oficinas do Plano do Verde, coordenadas pela equipe do DVDS;
- Suporte na ação de planejamento da SVDS de Parques Lineares através de termo de cooperação com a PUC Campinas;
- Atuação nas atividades da Estação Ambiental de Joaquim Egídeo;
- Participação na Revisão do Decreto de Compensação de nº 18.859/15, que dispõe sobre a compensação ambiental relativa a critérios de plantios e obrigações acessórias em áreas verdes do município de Campinas e dá outras providências; e
- Participação na Elaboração da Resolução 12/2015, que estabeleceu a lista de espécies exóticas invasoras no município de Campinas no âmbito do licenciamento ambiental.

2.1.3.4. Anexo III-SG – Suporte Geológico

A principal função do Anexo III - Suporte Geológico (SG) é a análise de protocolos referentes a atividade de movimentação de terra e mineração.

Salientamos que são passíveis de licenciamento ambiental junto ao município qualquer movimentação de terra acima de 100 m³, na região da APA – Campinas, e de 500 m³ para as demais localidades do Município. A área é composta por 02 Geólogos.

No Anexo III-SG foram elaborados e emitidos 126 documentos em 2015, conforme demonstrado na figura a seguir:



Documentos emitidos em 2015 pelo Anexo III-SG.

Além das atividades citadas anteriormente, os técnicos do Anexo III-SG também participam de outros projetos e atividades de interface, tais como:

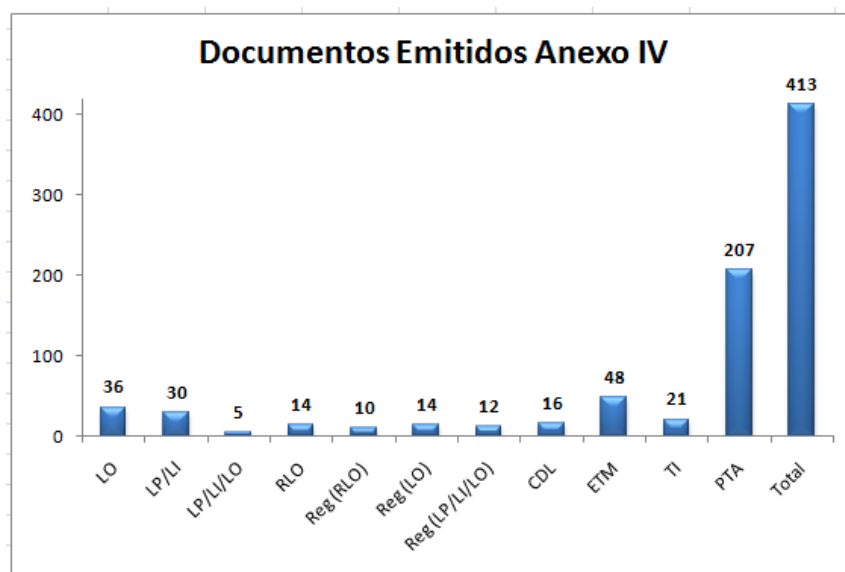
- Suporte aos outros departamentos da SVDS, bem como de outras Secretarias, através de vistorias técnicas e emissão de pareceres;
- Participação no Grupo de trabalho Técnico de Análise das situações de risco nas áreas Contaminadas no Município de Campinas (GTAC);
- Participação na Junta Administrativa de Recursos – JAR da SVDS;
- Participação no Plano Municipal dos Recursos Hídricos;
- Participação no Plano de Intervenção da área contaminada Mansões Santo Antônio;
- Projeto “Juntos” (com a Gestão do processo de análise de movimentação de terra);
- Elaboração dos Termos de Referência dos estudos técnicos para licenciamento ambiental;
- Elaboração dos Termos de Referência quanto aos Incentivos Financeiros e Selo S;
- Participação nas Oficinas do Plano do Verde, de responsabilidade do DVDS; e
- Suporte na ação de planejamento da SVDS nos Projetos Funcionais para Parques Lineares através de termo de cooperação com a PUC Campinas.

Outra demanda crescente desta Coordenadoria é a solicitação de verificação de existência de possíveis nascentes e cursos d'água. Este tipo de solicitação serve para complementar as análises relacionadas a indicação de diretrizes ambientais, além de atestar a viabilidade de empreendimentos.

2.1.3.5. Anexo IV – Atividades Potencial ou Efetivamente Poluidoras

O Anexo IV – Atividades Potencial ou Efetivamente Poluidoras é responsável pelo licenciamento ambiental das indústrias e de serviços potencial ou efetivamente poluidores, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem os limites do município.

No Anexo IV, foram elaborados e emitidos 413 documentos em 2015, conforme demonstrado na figura a seguir:



Documentos emitidos em 2015 pelo Anexo IV.

Além das atividades citadas anteriormente, os técnicos do Anexo IV também participam de outros projetos e atividades de interface, tais como:

- Elaboração dos Termos de Referência quanto aos Incentivos Financeiros e Selo S;
- Participação na Junta Administrativa de Recursos (JAR) da SVDS;
- Participação na equipe técnica de implantação do programa Via Rápida Empresarial no município de Campinas;
- Elaboração dos Termos de Referência dos estudos técnicos para licenciamento ambiental;
- Participação nas Oficinas do Plano do Verde, coordenada pela equipe do DVDS;
- Suporte na ação de planejamento da SVDS de Parques Lineares através de termo de cooperação com a PUC Campinas;
- Participação do grupo técnico de trabalho técnico para acompanhamento das questões referentes à produção de água de reúso no Município de Campinas, através da Portaria 85281/2015;
- Participação nas discussões sobre a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Campinas;
- Participação do grupo técnico de trabalho técnico para discussão do Inventário dos Gases de Efeito Estufa da Região Metropolitana de Campinas; e

- Participação das discussões com o grupo técnico para divulgação dos dados referentes às mudanças climáticas do município por meio da plataforma global do CDP Cities.

Além disso, o Anexo IV promove uma parceria com a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental para a convocação de empresas localizadas em Campinas, com Licença de Operação vencida, para sua Regularização Ambiental, fato este que ocasionou um aumento significativo de processos desta tipologia de licenciamento no ano de 2015.

2.2. Licenciamento Ambiental Online – L.A.O.



Com o Sistema de Licenciamento Ambiental *Online* (LAO) a totalidade dos procedimentos encaminhados para o DLA é feito totalmente através da *internet*, desde o requerimento, inclusão de documentação, comunicação entre o técnico e o usuário, pedido de recurso, controle social, até a emissão das licenças³⁷.

O LAO tem por objetivo facilitar o acesso dos usuários ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos, obras e atividades de impacto local, bem como permitir maior agilidade e transparência aos trabalhos internos da SVDS.

Esse sistema encontra-se em constante aperfeiçoamento junto à Informática de Municípios Associados (IMA) e junto aos diversos órgãos municipais, visando propiciar facilidades aos usuários internos e externos, especialmente em face da mudança de parâmetros legais produzidos pela publicação da Deliberação Normativa do CONSEMA nº 01/2014.

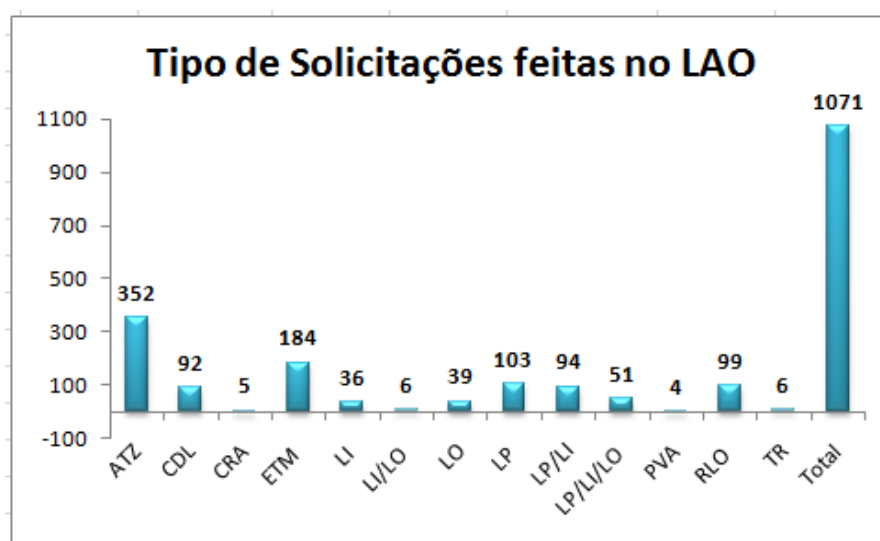
O sistema LAO passou a ser a única porta de entrada para os novos processos de licenciamento ambiental junto ao DLA desde setembro de 2014, conforme a Ordem de Serviço nº 02/2014, salientando-se que, todos os outros processos já iniciados em

³⁷ Processos de licenciamento ambiental estão 100% na plataforma digital: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24347>

papel devem ser finalizados dessa forma, pois, nesses casos, a migração para o sistema LAO seria inviável.

Vale lembrar que os protocolos do LAO só ficam disponíveis para análise técnica após a inclusão pelo interessado de toda a documentação obrigatória e a compensação da respectiva taxa de análise.

Na figura a seguir, observa-se detalhadamente o tipo de documento solicitado pelos usuários no LAO no ano de 2015. Podemos observar que a maioria das solicitações se refere à solicitação de autorização para corte de árvores isoladas ou para movimentação de terra. Em segundo lugar, destacam-se as solicitações de ETM (Exame Técnico Municipal) quando necessitam da manifestação ambiental municipal para solicitar licenciamento ambiental em outras esferas do Governo.



Tipos de solicitações feitas no LAO.

Para o esclarecimento de eventuais dúvidas e orientação quanto à forma de preenchimento das solicitações, uma cartilha³⁸ foi elaborada e uma equipe específica, foi formada dentro do DLA para auxiliar os usuários via telefone ou mesmo, quando necessário, na própria Secretaria.

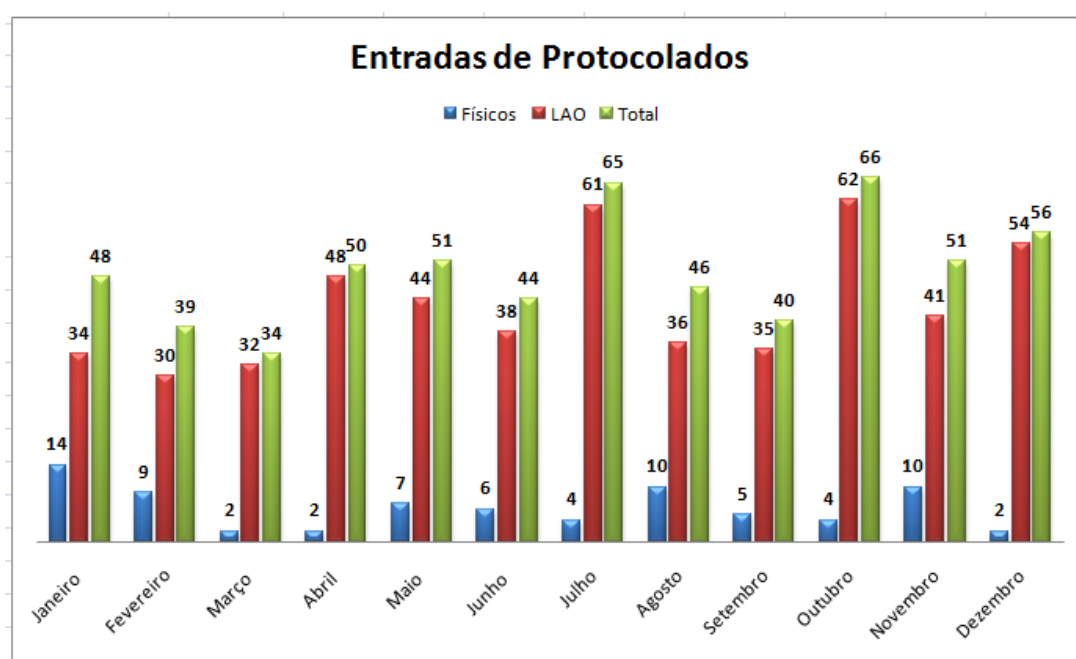
Esse tipo de atendimento tem sido importante, pois é através dessa interação que aperfeiçoaremos o sistema, entendendo quais são as maiores dificuldades dos

³⁸ Cartilha virtual auxilia usuário na execução do licenciamento on-line: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24195>.

interessados e tornando o seu uso mais intuitivo. Para conhecer o Licenciamento Ambiental *Online* (LAO) acesse: <https://lao.campinas.sp.gov.br>

2.2.1. Produtividade Geral do DLA

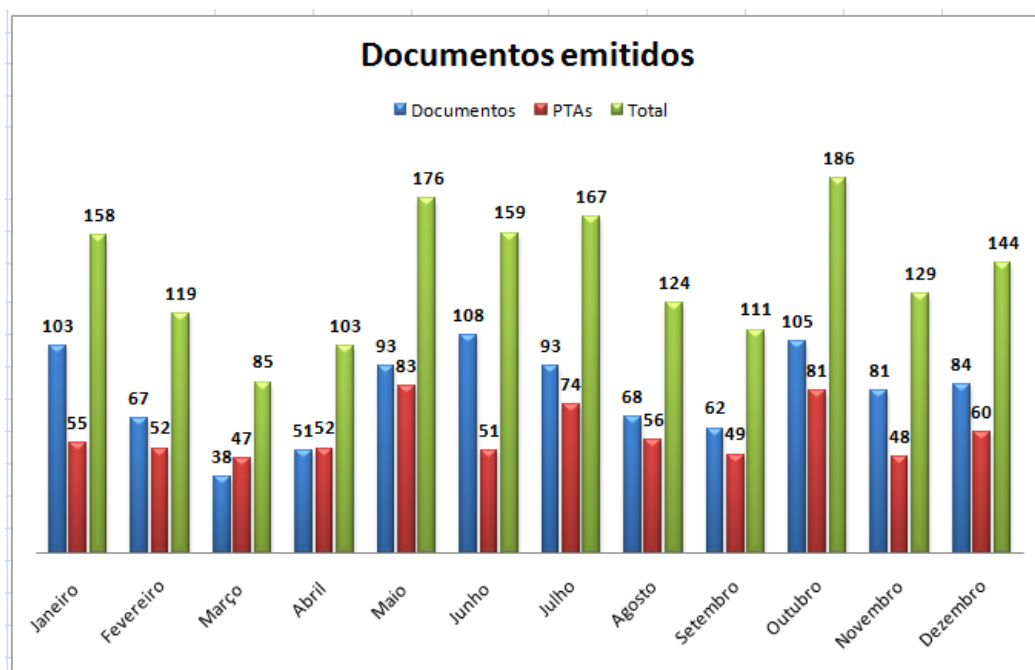
Durante todo o ano 2015, foram realizados 590 novos pedidos de licenciamento ambiental junto a esta SVDS, sendo que, 515 destas solicitações foram feitas através do Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO), conforme demonstrado na figura abaixo.



Número de processos protocolados na SVDS em 2015.

Nesse mesmo período, foram emitidos 1661 novos documentos, sendo 708 Pareceres Técnicos Ambientais, que embasam os licenciamentos ou o indeferimento dos mesmos, e 953 Licenças propriamente ditas, que se referem às Licenças Ambientais Prévia, de Instalação e Operação, bem a renovação das mesmas, as Autorizações, Termos de Acordo e Compromisso, Termos de Indeferimento, Certidões de Dispensa de Licenciamento e Exames Técnicos Municipais.

Salientamos ainda que, destas 953 Licenças emitidas, 629 se deram através do Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO). A figura a seguir apresenta a produção destes documentos ao longo do ano de 2015.



Número de Documentos e PTAs emitidos em 2015 pelo DLA.

Na figura a seguir podemos observar o número de documentos emitidos pelo departamento de licenciamento ambiental no decorrer dos últimos anos.

Documentos Emitidos				
ANEXO	2012	2013	2014	2015
I	251	282	339	305
II	52	125	478	290
III	310	535	508	480
III-SG	0	43	125	126
IV	370	373	537	413
CT-ALPS	0	0	2	42
Declarações	81	22	0	0
CLA	0	0	0	5
Total Anual	1064	1380	1989	1661

Documentos emitidos pelo DLA no decorrer no lapso temporal de 2012 a 2015

Sobre os índices de produtividade, há de se destacar que, de acordo com o Decreto nº 18.705/2015, além do Anexo III não ter mais a necessidade de emissão de ETM's, em algumas outras situações, as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação podem agora ser emitidas concomitantemente, através da obtenção de um único documento

ambiental, o que influencia diretamente no comparativo numérico de documentos até então emitidos.

Além disso, para efeito de comparação, acrescentamos que 2014 foi um ano atípico no licenciamento ambiental em Campinas pelo fato de que diversas empresas de telecomunicação solicitaram o licenciamento e/ou regularização ambiental de todos os sistemas de rádio frequência implantados no Município e, com a publicação da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2014, todas estas solicitações culminaram na emissão de Certificados de Dispensa de Licenciamento – CDL.

Para embasar os diversos processos de licenciamento, a equipe do DLA efetuou ao longo do ano de 2015, 135 vistorias técnicas, conforme tabela a seguir.

Número de Vistorias	
Janeiro	14
Fevereiro	10
Março	16
Abril	13
Maio	9
Junho	6
Julho	16
Agosto	13
Setembro	9
Outubro	11
Novembro	12
Dezembro	6
Total	135

Vistorias realizadas em 2015.

2.2.2. Destaques no Licenciamento Ambiental do Ano de 2015

Dentre todos os processos de licenciamento ambiental analisados por este Departamento no ano de 2015, elencamos alguns de destaque para o Município de Campinas:

- Emissão das Licenças Prévia e de Instalação para obras do PAC Santa Lúcia, projeto que abrange a canalização e retificação do Córrego Santa Lúcia, a pavimentação de ruas, construção de galerias de águas pluviais, remoção de famílias de área de risco,

construção de conjuntos habitacionais, implantação de parque linear e muitas outras melhorias diretas e indiretas;

- Emissão das Licenças Prévia para obras de drenagem e pavimentação nos bairros: Parque Centenário, Jardim Noêmia, Jardim Marisa, Satélite Íris I e Recanto da Fortuna;
- Emissão das Licenças de Instalação para obras de drenagem e pavimentação nos bairros: Jardim do Lago (continuação), Satélite Íris III, São Judas Tadeu, Jardim Uruguai, Vila Vitória, Vila Esperança, Jardim Alto Ipaussurama e Jardim Fernanda;
- Emissão de Licenças Prévia e de Instalação para a implantação de diversos empreendimentos imobiliários enquadrados no Programa Federal Minha Casa Minha Vida – MCMV;
- Emissão das Licenças Prévia e de Instalação para a implantação de empreendimento imobiliário de interesse social da COHAB – Campinas, na Vila Costa e Silva;
- Emissão do Certificado de Regularização Ambiental (CRA) para o Núcleo Residencial Novo Oriente e para o Núcleo Residencial do Parque Shaloon;
- Emissão do Certificado de Viabilidade Ambiental (CRA) para o Núcleo Residencial Vila Brandina II;
- Emissão da Licença de Instalação para as obras do *Bus Rapid Transit* (BRT), compreendendo os corredores Ouro Verde, Campo Grande e Perimetral;³⁹
- Emissão das Licenças Prévia e de Instalação para a implantação da Subadutora de água da SANASA, trecho São Bernardo – DIC II;
- Emissão de Autorização para movimentação de terra para construção de Centro de Saúde no Parque Oziel e Jardim San Diego;
- Emissão de Autorização para movimentação de terra para construção e reforma do Centro Esportivo da “Praça dos Trabalhadores”;
- Emissão de Autorização para movimentação de terra para construção de praça de esporte no Bairro Tancredo Neves e no Jardim Novo Maracanã;
- Emissão de Autorização para movimentação de terra para as obras de ampliação no Centro Esportivo de Auto Rendimento (CEAR);

³⁹ Conferir matéria jornalística: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28929>

- Emissão do Exame Técnico Municipal (ETM) para o prolongamento do Anel Viário Magalhães Teixeira (trecho entre Rod. Bandeirantes e Rod. Santos Dumont);
- Emissão da Licença de Operação para o prolongamento da Av. Alexandre Mackenzie;
- Emissão do Exame Técnico Municipal (ETM) para a implantação de linha de transmissão de energia elétrica, e estruturas associadas, em trecho da APA – Campinas;
- Emissão do Exame Técnico Municipal (ETM) para a barragem a ser implantada no Rio Jaguari, de interesse do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE);
- Emissão da Licença Prévia para a implantação do Teatro de Ópera de Campinas;
- Emissão da Licença de Operação para a ampliação do Shopping Iguatemi;
- Emissão da Licença de Operação para a ampliação do Campinas Shopping; e
- Emissão de Licença Prévia para a ampliação do Shopping Dom Pedro.

2.3. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA

A Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental dá suporte às funções atualmente desenvolvidas pelo Departamento de Licenciamento Ambiental. Dentre as funções dessa Coordenadoria destacam-se:

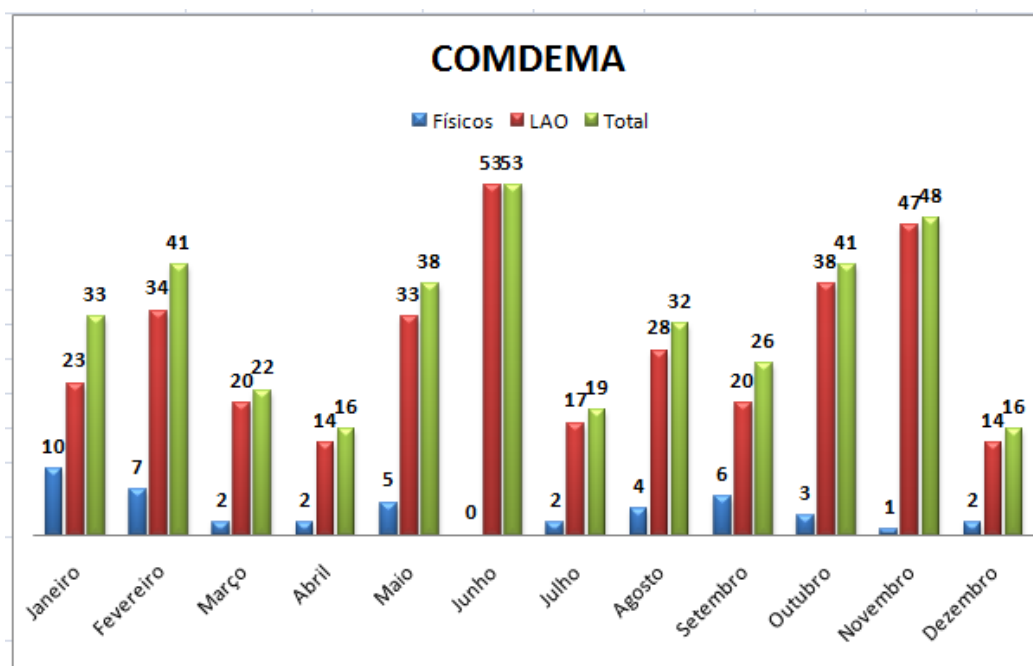
- Interface entre a SVDS e os Conselhos Municipais, como o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA) e o Conselho Gestor da APA (CONGEAPA), primando pela qualidade na participação comunitária e no acesso da sociedade às informações e na condução dos processos de licenciamento ambiental a cargo da SVDS;
- Administração e Suporte do Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine*;
- Elaboração de documentos relativos à gestão da Diretoria do DLA, tais como relatórios de produtividade do DLA (mensal, semestral e anual);
- Auxílio nos mecanismos de acesso e de publicidade dos documentos e informações relacionadas ao licenciamento ambiental, com a publicação semanal de todos os pedidos e documentos emitidos com periodicidade semanal;

- Coordenação do grupo técnico de trabalho técnico para acompanhamento das questões referentes à produção de água de reúso no Município de Campinas, através da Portaria 85281/2015; e
- Suporte ao Anexo III – Área Verde, através da análise de protocolos.

A CADLA visa garantir que todas as solicitações de licenciamento ambiental sejam apreciadas pelos Conselhos Municipais de Campinas, a fim de que se estabeleça o efetivo controle social, atendido o princípio da participação comunitária. Esta oitiva é importante para garantir que a sociedade conheça e se manifeste sobre a condução dessa importante ferramenta de gestão ambiental que é o licenciamento ambiental municipal.

2.4. COMDEMA

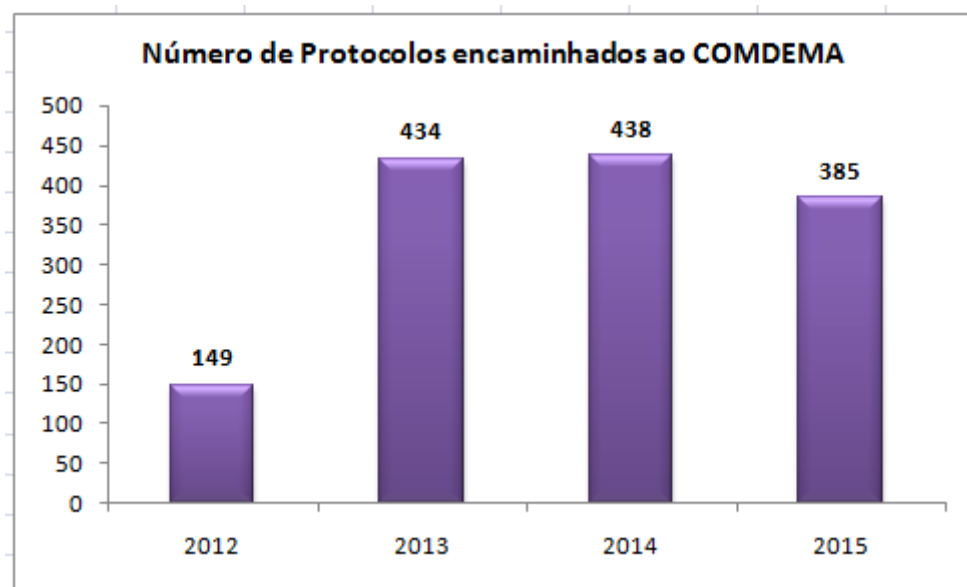
Em 2015, foram enviados ao COMDEMA 385 processos, conforme a demonstrado na figura a seguir. A remessa de protocolos ao Conselho se deu tanto de forma física quanto pelo Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO), conforme destacado na figura a seguir.



Número de Processos enviados ao COMDEMA em 2015.

Todos os processos de licenciamento ambiental são tramitados e disponibilizados para análise dos Conselhos, sendo que, a qualquer tempo, há a possibilidade de que os protocolos sejam requisitados pelos conselheiros para consulta.

A figura abaixo apresenta o número de protocolos enviados ao conselho nos últimos 3 anos.



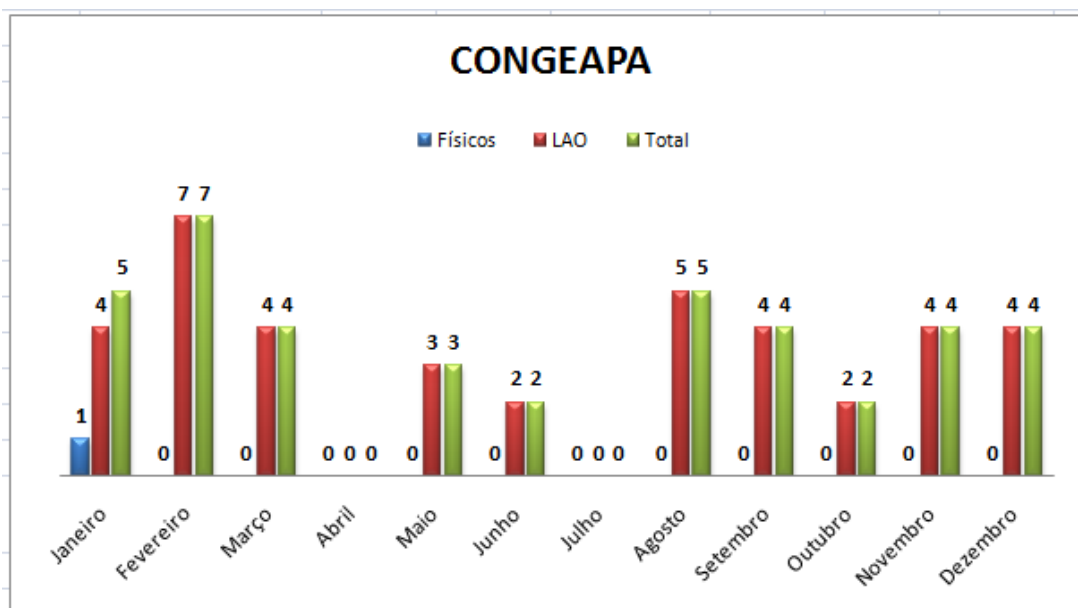
Processos enviados ao COMDEMA desde 2012.

Através da Resolução nº 07/2015, a SVDS, em conjunto com a Informática de Municípios Associados (IMA) consolidou o Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO), com acesso amplo a todos os integrantes do COMDEMA, pelos sistemas *intranet* e *internet*, de modo a ampliar e facilitar o acesso do Conselho, desde que solicitado e assinado o Termo de Responsabilidade. Uma apresentação feita pelo administrador do sistema sobre o LAO e sobre a Resolução nº 07/2015 foi realizada na Reunião Ordinária do COMDEMA no dia 28 de maio de 2015.

2.5. CONGEAPA

Os protocolos de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades, localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) Campinas passam pela análise do CONGEAPA.

Assim, no ano de 2015, a SVDS encaminhou um total de 40 processos para análise do referido Conselho, conforme a figura a seguir.



Número de protocolos encaminhados ao CONGEAPA em 2015.

Da mesma forma que ocorre com o COMDEMA, foi publicada a Resolução nº 08/2015, oportunidade em que a SVDS, em conjunto com a Informática de Municípios Associados - IMA consolidou o Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO), com acesso amplo a todos os integrantes do CONGEAPA, pelos sistemas *intranet* e *internet*, de modo a ampliar e facilitar o acesso do Conselho, desde que solicitado e assinado o Termo de Responsabilidade. Uma apresentação feita pelo administrador do sistema sobre o LAO e sobre a Resolução 08/2015 foi realizada na Reunião Ordinária do CONGEAPA no dia 26 de maio de 2015.

2.5.1. Regulamentação no Âmbito Municipal para a Utilização de Água de Reúso



A Resolução conjunta SVD S/SMS para água de reúso é uma das 12 medidas de combate à crise hídrica lançadas pelo Prefeito Jonas no primeiro semestre de 2014.

A primeira etapa da consolidação dessa frente de combate à crise hídrica foi a publicação em 31 de julho de 2014, da Resolução Conjunta SVDS/SMS nº 09/2014 que estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais que regulamentam e estimulam a prática de reúso direto não potável de água proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de sistemas públicos para fins de usos múltiplos no município de Campinas.

De acordo com o artigo 3º da Resolução nº 09/2014, o reúso direto não potável de água, para efeito desta Resolução, abrange as seguintes modalidades:

- Reúso para fins urbanos destinados a irrigação paisagística, de caráter esporádico, ou sazonal, de parques, jardins, campos de esporte e de lazer urbanos, ou áreas verdes de qualquer espécie;
- Reúso para fins urbanos destinados a lavagem de logradouros e outros espaços, públicos e privados;
- Reúso para fins urbanos destinados a construção civil, incorporada ao concreto não estrutural, cura de concreto em obras, umectação para compactação em terraplenagens, lamas de perfuração em métodos não destrutivos para escavação de túneis e instalação de dutos, resfriamento de rolos compressores em pavimentação e controle de poeira em obras e aterros;
- Reúso para fins urbanos destinados ao Corpo de Bombeiros, utilizada no combate a incêndio;
- Reúso para fins urbanos destinados a desobstrução de galerias de água pluvial e de rede de esgotos;
- Reúso para fins urbanos destinados a lavagem automatizada externa de veículos, caminhões de resíduos sólidos domésticos, de coleta seletiva, de construção civil, trens e aviões; e
- Reúso para fins industriais destinados a usos em processos, atividades e operações industriais.

O artigo 9º da referida resolução, prevê que o produtor da água de reúso deverá elaborar e encaminhar a SVDS, relatórios mensais dos parâmetros realizados no período. Já o artigo 10º que prevê que a SVDS deverá receber esses relatórios, comparar com os valores definidos na referida Resolução, observar a conformidade com as exigências, durante o período relatado e, em comum acordo com a SMS, dar publicidade do recebimento e conformidade do relatório.

Desde setembro de 2014, a SANASA encaminha a SVDS, os relatórios referentes às análises mensais dos parâmetros da água produzida pela EPAR Capivari II. Desde fevereiro de 2015, um grupo de trabalho composto por membros da SVDS e SMS se reuniu e analisou os relatórios encaminhados ao DLA. Os parâmetros das análises foram comparados com os descritos na Resolução 09/2014. A conformidade das análises foi publicada no D.O.M.

A segunda etapa foi a criação de um grupo de trabalho envolvendo técnicos da SVDS e SMS, conforme previsto na Resolução 09/2014. Sendo assim, publicou-se a Resolução nº 06/2015 em 22 de junho de 2015, criando este grupo, que foi nomeado através da Portaria 85281, publicada em 20 de outubro de 2015.

São atribuições do Grupo de Trabalho Técnico:

- I - avaliar as informações ou resultados de análises de controle de qualidade da água de reúso encaminhados pelo produtor;
- II- realizar vistorias na Estação Produtora de Água de Reuso (EPAR), quando necessário ou para subsidiar tomada de decisões;
- III - publicar em Diário Oficial do Município a análise técnica e o parecer emitido pelo grupo de trabalho, dando publicidade sobre os resultados de controle de qualidade da água de reúso;
- IV - acompanhar e orientar as decisões das Secretarias e/ou Órgãos competentes em todas as questões envolvendo o uso de água de reúso, subsidiando a tomada de decisão e o estabelecimento de políticas públicas;
- V - Acompanhar coletas de amostras para análises de contraprova quando necessário.

A primeira atividade após a nomeação do grupo foi uma visita técnica à Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR CAPIVARI II), com o intuito de atender ao art. 3º da Resolução Conjunta SVDS/SMS nº 06/2015, o qual prevê como atividade do Grupo realizar vistorias na Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR), conforme figura abaixo.



Visita do Grupo Técnico à EPAR

Maiores informações sobre a água de reúso podem ser obtidas na página da SVDS, no link: http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/agua_reuso.php.

3. DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DVDS



Os trabalhos do Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável (DVDS) abrangem do Planejamento a Gestão Territorial, sempre primando pela melhoria da qualidade ambiental de todo o município de Campinas.

Dessa forma, entre tantas atividades desenvolvidas pela equipe técnica, destacam-se a Coordenação e Execução de Planos, Programas e Projetos, o Controle e Monitoramento dos Indicadores e Informações Ambientais, bem como as Ações de Manejo, Restauração e Gerenciamento das Áreas Verdes e Unidades de Conservação. Além disso, as atividades da DVDS perpassam pelas ações de Educação Ambiental. A DVDS é também responsável por articular Políticas Públicas de incentivo ao Desenvolvimento Sustentável.

A leitura a seguir proporciona uma melhor compreensão dos trabalhos efetivamente realizados, cujo resultado aponta um salto qualitativo e quantitativo decorrente dos esforços e da competência técnica dos servidores que integram a equipe do DVDS.

3.1. Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental - CPGA

Cabe a Coordenadoria dar suporte a toda a SVDS e a PMC nos temas relacionados às diretrizes ambientais e elaboração de Planos e Normatizações, Indicadores e Análises de Desempenho, dentre outros. Conforme as suas competências descritas na Lei Complementar nº 59/14, 79% das atividades têm interface com outras Pastas e 21% referem-se às atividades que permeiam outras diretorias e coordenadorias da SVDS.

A Coordenadoria dispõe de uma equipe multidisciplinar apta a atuar nas áreas de Planejamento, Gestão, Controle e Monitoramento territorial. Para isso, a CPGA atua em três frentes de trabalho:

- ✓ Planos e Políticas Públicas: Responsáveis pelo Planejamento e Gestão Ambiental de todo o território de Campinas a fim de garantir Qualidade Ambiental a toda a cidade;
- ✓ Indicadores de Desempenho Ambiental: Responsável pelo Controle e Monitoramento de todo o território de Campinas a fim de garantir o Desenvolvimento Sustentável; e
- ✓ Diretrizes Ambientais: Responsável por fazer cumprir a Legislação Ambiental no cadastramento ou na análise de glebas, lotes e empreendimentos da Cidade. Frentes de Trabalho da Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental

3.1.1. Setor de Planos e Políticas Públicas / SPP

O Setor de Planos e Políticas Públicas, além do acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico (2013), empenhou esforços na elaboração dos Planos Ambientais de Recursos Hídricos, Verde e Educação Ambiental, por meio dos quais pudemos atuar no apoio à elaboração da Lei de Uso e Ocupação e Plano Diretor, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN).

Ademais, o ano de 2015 foi marcado pelo início dos projetos de saneamento rural, avaliação de impacto ambiental do Rio Capivari e dos Programas de Recuperação de Nascente e Pagamento por Serviços Ambientais.

3.1.1.1. Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)



O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), conforme preconiza a Lei Federal nº 11.455/07, teve seus trabalhos iniciados em fevereiro de 2013, após a posse da nova gestão municipal com a formação de um grupo instituído pela Portaria nº 80.084/13, envolvendo várias Secretarias Municipais e a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA).

A proposta de trabalho previu a elaboração de quatro produtos: Diagnóstico; Prognóstico, Objetivos e Metas; Ações Programadas e Metas; e Relatório Final com Minuta do Decreto de instituição do Plano (Decreto Municipal nº 18.199/13).

Em 2014, foram concluídas a elaboração do Decreto que cria o Grupo de Acompanhamento e a publicação do mesmo (Decreto nº 18.357/2014), a articulação das Pastas envolvidas nas atividades prioritárias do PMSB, a verificação das ações do Plano e a situação dos recursos orçamentários planejados em 2013, bem como o Relatório de Conjuntura, com os Informes de Linha de Base e a situação das atividades previstas no PMSB apresentados para o Sr. Prefeito.

No primeiro semestre de 2015, no dia 11/03, foi realizada a primeira reunião do Grupo de Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico, convocada pelo gabinete do Prefeito. Nesta reunião foram apresentados os objetivos, ações e investimentos previstos ao longo dos anos.

Já no segundo semestre de 2015, o Grupo de Acompanhamento atuou na revisão das metas frente ao reflexo da Crise Econômica e da Água, além de dar suporte ao Ministério Público Federal que fiscaliza as políticas municipais para a gestão dos resíduos sólidos.

3.1.1.2. Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRH)



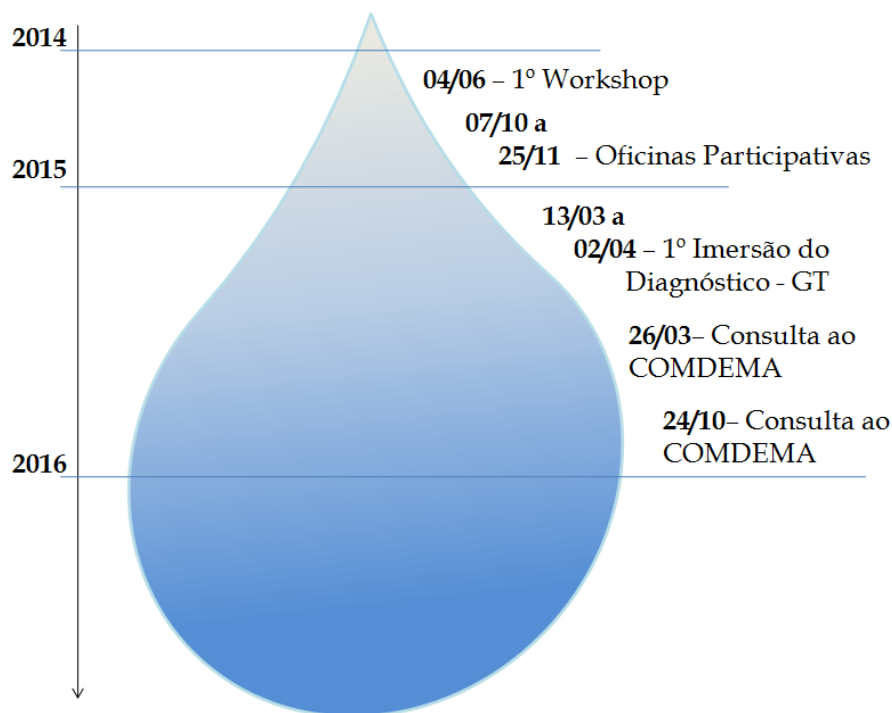
A Lei Municipal nº 12.787, de 20 de dezembro de 2006 instituiu a Política Municipal de Recursos Hídricos (PMRH) e estabeleceu normas e diretrizes para a conservação e preservação dos recursos hídricos. Dada a sua importância na gestão municipal, o Plano de Metas do Governo Municipal de Campinas prevê a elaboração deste Plano (protocolo 2014/10/48560).

A Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), iniciou a articulação da elaboração do PMRH, através da Portaria nº 82275/14, que criou o Grupo de Trabalho (GT-PMRH), sendo que a sua elaboração conta com 27 técnicos de diferentes Secretarias nomeados em portaria e 26 colaboradores.

O PMRH teve início em 2014, período em que foram levantados os dados de subsídios para o diagnóstico, campo para conhecimento da realidade dos rios de Campinas e sete oficinas participativas com a sociedade, especialistas e setores rurais e indústria.

Durante o primeiro semestre de 2015 foram trabalhados com o GT – PMRH a definição do Roteiro Metodológico (publicado em 27/02/15) e a elaboração do

Diagnóstico. Sendo o diagnóstico concluído no segundo semestre do mesmo ano. Referido documento passou por duas consultas ao COMDEMA.



O Plano tem por objetivo: "Assegurar a quantidade e a qualidade das águas, valorizando as potencialidades e reduzindo a vulnerabilidade hídrica no Município de Campinas."

Ao final de 2015 o diagnóstico do PMRH foi publicado. Para mais informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano-hidricos.php>

3.1.1.3. Subsídios ao Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo

A SVDS tem participado ativamente das oficinas e reuniões promovidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN), partindo-se da premissa de que a revisão do Plano Diretor tem sido considerada sob a perspectiva integradora dos outros Planos, dentre os quais os ambientais ganham destaque.

O fechamento do diagnóstico dos Planos de Recursos Hídricos e do Verde, bem como o prognóstico do Plano de Saneamento Básico subsidia o Plano Diretor com dados especializados do panorama ambiental, acompanhados de mapas de vulnerabilidade ambiental; potencialidades ambientais e referências bibliográficas para se alcançar a Campinas que queremos.

A área priorizada para o projeto, considerando os setores censitários nº 1.248 a 1.252 do IBGE (2010) como um todo, temos 686 domicílios (2.555 moradores), dos quais 547 domicílios não possuem esgotamento sanitário adequado.

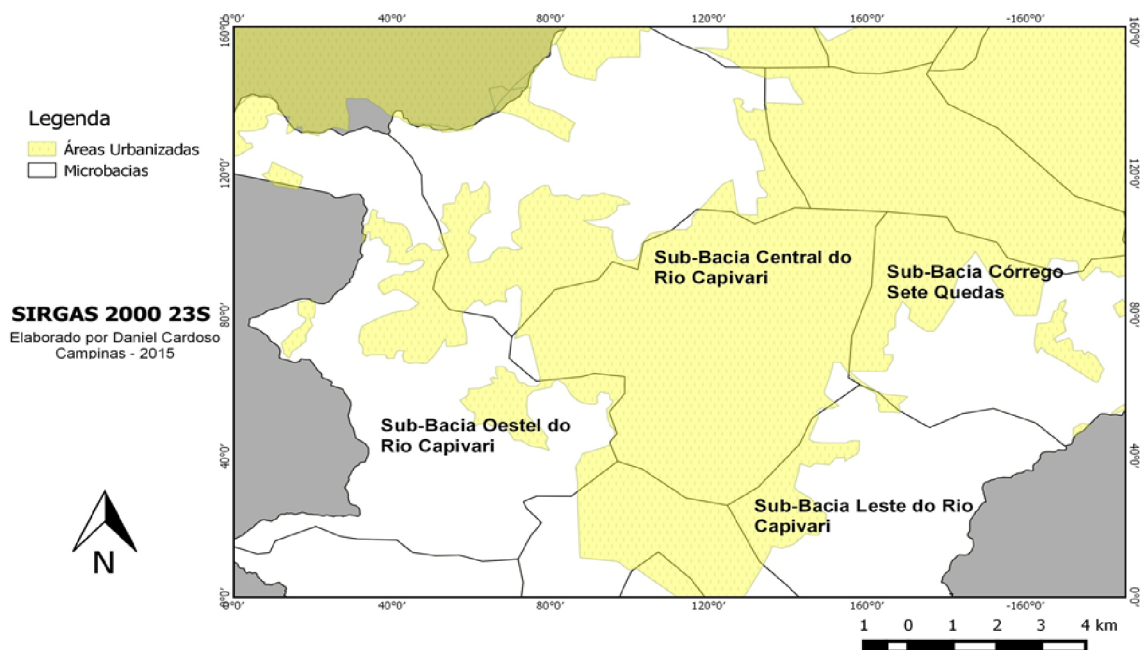
Como observado, quase 80% da população dos referidos setores, possuem “fossas negras”, ou lançam seus esgotos direto no ambiente sem nenhum tipo de controle. Se considerarmos o baixo custo para confecção, a eficiência demonstrada na biodigestão dos excrementos humanos e consequente eliminação de agentes patogênicos, a Fossa Séptica Biodigestora, é indicada para substituir as tradicionais “fossas negras”, utilizada na área rural, e que é a principal responsável pela contaminação das águas subterrâneas, que abastecem os “poços caipiras”.

3.1.1.5. Projeto de Avaliação de Impacto Ambiental do Rio Capivari

Em 2015 foi iniciado o Projeto Temático “Avaliação dos impactos ambientais na Bacia do Rio Capivari em Campinas/SP”. O referido projeto compõe a parceria com a PUC-Campinas (Termo de cooperação PUC Campinas & SVDS).

O projeto visa levantar dados primários sobre a condição ambiental desta importante Bacia e, com eles, alimentar programas e projetos em elaboração pela SVDS. Para isto, a equipe CPGA utiliza-se da produção intelectual da Universidade que em contrapartida pode vivenciar a aplicação prática dos cursos de Engenharia Ambiental e Biologia.

Em 2015, dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) foram desenvolvidos no Trecho Central do Rio Capivari.



Nos TCC foi possível levantar os principais impactos que afetam os recursos hídricos da Bacia do Rio Capivari hoje, como também em uma escala temporal, ou seja, à luz dos princípios dos efeitos cumulativos.



3.1.1.6. Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)



Como parte integrante do Pacote Municipal da Crise Hídrica, em 2014 foi assinado o “Autorizo” pelo Sr. Prefeito Municipal para a elaboração, sob a coordenação da SVDS, de Projeto de Lei que instituirá o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais.

No primeiro semestre de 2015, o Projeto de Lei foi votado em 1ª e 2ª discussão na Câmara de Vereadores, sendo aprovada em ambos os debates. O final do semestre foi marcado pela elaboração de autógrafo pelos parlamentares para promulgação do Poder Executivo. E o segundo semestre procedeu-se as tratativas para criação do Conselho Diretor do PSA, atualmente em andamento.



Prefeito Jonas Donizette assina a Lei.

Crédito: Carlos Bassan

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27532>

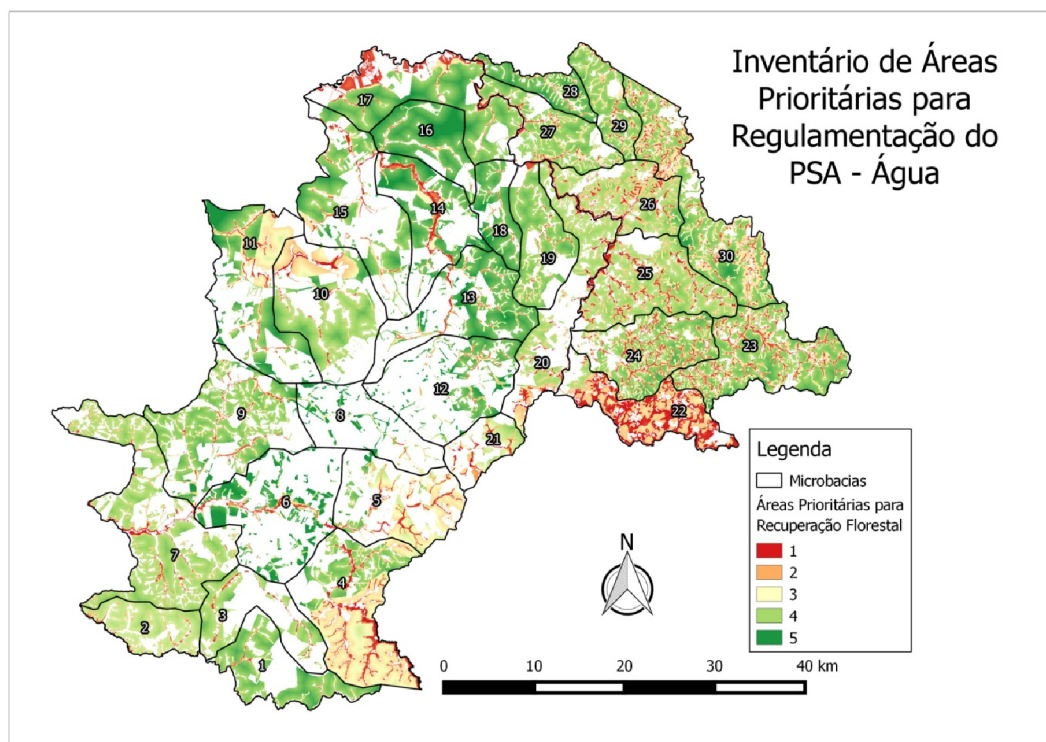
O PSA consiste em um instrumento de incentivo (monetário e não monetário) às iniciativas individuais ou coletivas que favoreçam a manutenção, a recuperação ou o melhoramento de ecossistemas, em especial pela produção de água (Serviço Ambiental).

O Programa será executado por meio de Subprogramas e Projetos a serem regulamentados em momento oportuno, sob a supervisão de um Conselho Diretor, coordenado pela SVDS e com a necessária participação comunitária, por meio do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), o Conselho Gestor da Área de

Proteção Ambiental de Campinas (CONGEAPA) e Conselho de Desenvolvimento Rural (CMDRA).

O Programa será financiado pelos fundos ambientais, a exemplo do Fundo Municipal de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB), bem como por outras fontes de recurso, visando o pagamento monetário associado a projetos de plantio orientados pelo Banco de Áreas Verdes (BAV).

A elaboração do Projeto de Lei se baseou, entre outros, nos casos e/ou nas discussões dos Estados de Santa Catarina, Acre, Goiás e dos Municípios de Extrema (MG) e Jaraguá do Sul (SC). Além disso, foram observados os programas da Agência Nacional da Água e Comitê de Bacia do PCJ, bem como, os princípios de Pagamentos por Serviços Ambientais praticados na cidade de Nova York (USA).



Para mais informações, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/pagto-serv-ambientais.php>

3.1.1.7. Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (PRNAC)

Promover a recuperação das nascentes e matas ciliares é uma prerrogativa da gestão integrada dos recursos territoriais. Na malha hídrica Campineira, a aplicação eficiente

de recursos em projetos de restauração florestal é uma iniciativa capaz de compor uma complexa rede de corredores e fragmentos florestais que contribuirão com a manutenção dos Recursos Hídricos e conseqüentemente dos Serviços Ambientais.

Campinas possui aproximadamente 2.500 nascentes, sendo que 2.075 (90%) apresentam suas faixas de preservação com algum grau de degradação (correspondente a cerca de 7.580 ha de um total de 10.950 ha). Assim, faz-se necessário a implementação de ações de recuperação desses elementos naturais, que têm um papel importante na qualidade e na quantidade dos recursos hídricos e da cobertura vegetal.

A fim de promover essa recuperação, a Prefeitura de Campinas, por intermédio da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, propõe um Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (PRNAC), que prevê recuperar Áreas de Preservação Permanente (APP) de cursos hídricos e nascentes, mesmo que intermitentes, localizadas em área rural ou urbana, de propriedades privadas ou públicas. O PRNAC visa contribuir para a eliminação dos fatores de degradação; aumentar a biodiversidade do município, fomentando a criação dos corredores ecológicos e aliar a recuperação de APP com técnicas agroecológicas.

Este Programa tem interface com os Planos Municipais de Recursos Hídricos, do Verde e da Mata Atlântica e também poderá associar-se com outra relevante ferramenta de gestão ambiental, como o Banco de Áreas Verdes e o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais. A proposta do Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares é iniciar com uma fase piloto, para diagnosticar a qualidade ambiental dos limites legais das APP e a partir dele priorizar e promover a recuperação, proteção e manejo das nascentes e áreas ciliares, além da definição dos critérios de acompanhamento.

O PRNAC conta com recursos do Fundo PROAMB, o qual já reservou R\$ 800 mil para a fase piloto e implementação nas demais áreas degradadas.

No segundo semestre de 2015 foram iniciadas as tratativas entre a SVDS e representantes do poder público (Secretaria de Educação e Serviços Públicos), da universidade (UNICAMP) e da Sociedade (COMDEMA e a própria comunidade) para

juntos estruturarem ações participativas de adoção e recuperação de nascentes e áreas ciliares no Jardim Nova Mercedes.

3.1.2. Diretrizes Ambientais



A SVDS, por meio da CPGA, participa da análise para definição de diretrizes urbanísticas e ambientais, aprovação de projetos de parcelamento do solo, edificação em glebas, nos termos do Decreto nº 17.742/12, e dos estudos promovidos pelo Grupo de Análise de Projetos Especiais (GAPE), conforme Decreto nº 18.891/15.

Tal participação é a forma mais básica de planejamento territorial de Campinas e sustenta-se no cumprimento da legislação ambiental. As Diretrizes Ambientais são parte das Urbanísticas e consistem na obtenção, pelo proprietário da gleba, das restrições e condicionantes ambientais que incidem sobre a propriedade e que nortearão o desenvolvimento de futuro projeto de ocupação urbana.

Nesta perspectiva a equipe de Diretrizes atua na análise de protocolados de assuntos diversos, com os seguintes destaques:

- análises de levantamentos planialtimétricos para emissão de diretrizes ambientais, visando o cadastramento de glebas, ou revalidação das mesmas;
- análises prévias de loteamentos urbanos;
- análises do Grupo de Análise de Projetos Especiais (GAPE); e
- outros: certidões gráficas, incidência de Área de Preservação Permanente (APP), solicitação de imagens ou outros dados ambientais, doação de áreas para a Prefeitura, utilização de áreas públicas etc.

Além disso, em 2015, a equipe de Diretrizes trabalhou na revisão do Decreto nº 17.589/12, que culminou no Decreto nº 18.891/15.

3.1.2.1 Gestão das Informações das Diretrizes Ambientais

A Gestão das Informações das Diretrizes Ambientais abrange questões de Governabilidade e Gestão de Tecnologia da Informação, Infraestrutura Documental, Infraestrutura de Dados Geoespaciais e Capacitação, além de se estender a outras Secretarias, tais como a Secretaria Municipal de Urbanismo (SEUMRB), a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN) e Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA).

A Governabilidade e Gestão de TI, assim como a Infraestrutura Documental das Diretrizes Ambientais, consiste em definir a cadeia de informações e a estrutura de armazenamento dos dados tanto na *intranet* como nos procedimentos. Atualmente, esta ação encontra-se em andamento, através da proposta de reestruturação do diretório local, para melhor acessibilidade e consulta dos pareceres por toda a SVDS.

A Infraestrutura de Dados Geoespaciais não foi iniciada, mas será elaborada em parceria com a Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais (C-TelA), integrado à Infraestrutura de Dados Espaciais da PMC e escorado na fotointerpretação do levantamento 1:1.000 da PMC em desenvolvimento pelo DIDC/SEPLAN.

Está em elaboração o Manual para Lançamento de Diretrizes Ambientais, orientado para os técnicos da SVDS e posteriormente o material será divulgado para o público em geral sobre como definir as diretrizes ambientais.

3.1.3. Indicadores de Desempenho Ambiental (IDA)

Dando continuidade à orientação de gestão por indicadores e metas de sustentabilidade, no ano de 2015 a SVDS permanece participando do Programa Município VerdeAzul, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Programa Cidades Sustentáveis, sob coordenação do Gabinete do Vice-Prefeito, bem como

apresentou relatório para o CDP Cities, de âmbito internacional. Destacamos ainda o início dos trabalhos do Inventário de Gases de Efeito Estufa da RMC.

3.1.3.1. Programa Município VerdeAzul - PMVA

Após o significativo avanço em 2013 no *ranking* do Programa Município VerdeAzul - PMVA, quando saltamos da 220ª para de início 14º e depois para a 16ª posição, com a pontuação de 89,5, em 2014 adotou-se uma abordagem pragmática, priorizando o atendimento aos critérios não pontuados em 2013.

Além da certificação, Campinas foi contemplada com um triturador de galhos, no valor de R\$ 200 mil⁴⁰.

Com a reedição do Grupo de Trabalho, por meio do Decreto nº 18.210, de 19 de dezembro de 2013, foram criados dois grupos: um Grupo Gestor, composto pelas Secretarias e órgãos com maior interface com as diretrizes do programa, e um Grupo Técnico, contando com todas as demais Secretarias que, de alguma forma, podem contribuir para o atendimento dos critérios. Nesse sentido, procurou-se uma redistribuição das responsabilidades, de modo que as áreas com maior afinidade às diretrizes se encarreguem da elaboração dos respectivos Relatórios de Gestão Ambiental, para posterior compilação pela SVDS.

O ano de 2014 se encerrou com a continuidade de avanço de Campinas no ranking do Programa Município VerdeAzul – PMVA. A nota do município atingiu 89,91 pontos, evoluindo a partir do já significativo avanço de 2013, quando obtivemos 88,5 pontos. Além disso, Campinas foi a única cidade com mais de um milhão de habitantes certificada.

⁴⁰ Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22666>



Campinas comemora o segundo ano de bom posicionamento no Programa Município VerdeAzul em 2014

(Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25538>)

O Ciclo de 2015 do PMVA iniciou-se com uma profunda reavaliação dos critérios do programa, de modo a identificar os pontos passíveis de melhora e para os quais seja possível propor ações efetivas. Nesse sentido, após os expressivos resultados obtidos nos dois últimos anos, o foco da SVDS em 2015 foi, em conjunto com outros órgãos da administração, manter o patamar de 90 pontos no ranking do programa, propondo ações e documentos normativos que atendam aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Os trabalhos foram iniciados com uma reunião do Grupo de Trabalho, para abrir o ciclo de 2015 e identificar os principais pontos de enfrentamento para manter o patamar alcançado pelo município ao longo dos dois últimos anos.

As secretarias que possuem interface com o programa foram acionadas para fornecer dados até o final de agosto. O mês de setembro foi utilizado exclusivamente para formatação e alimentação dos dados na plataforma do PMVA, bem como esclarecimento de dúvidas acerca dos materiais fornecidos. A SVDS efetuou a entrega na íntegra do seu Relatório de Gestão ao Programa, apresentando um material bastante substancial, e aguarda anúncio dos resultados em evento ainda a ser agendado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

3.1.3.2. Programa Cidades Sustentáveis – PCS

A participação do Município de Campinas no Programa Cidades Sustentáveis (PCS) tem sido bastante significativa, desde sua adesão ao programa, em dezembro de 2012. No ano de 2013 foram inseridos 75 indicadores na plataforma (sendo 68 deles com metas para 2016), e foi desenvolvido pela Informática de Municípios Associados - IMA um sistema de acompanhamento desses indicadores, o Sistema IMG⁴¹.

Campinas, SP

Cidade: Campinas
Estado: São Paulo
País: Brasil

População total: 1.500.970 habitantes (2012)
População rural: 18.556 habitantes (2010)
População urbana: 1.000.584 habitantes (2010)
População mulheres: 569.931 habitantes (2012)
População homens: 531.039 habitantes (2012)
Número de pessoas por quilômetro quadrado: 1.385,86 hab/km² (2012)
Área total do município em quilômetros quadrados (km²): 794,43 km² (2012)

Links:
[Programa de Metas](#)

PREFEITURA DE CAMPINAS
Um novo tempo para nossa cidade

Campinas fica a 96 km a noroeste da capital. Faz divisa com 12 cidades. É a 3ª maior população do estado e 14ª do país. O clima é tropical de altitude e a temperatura média é 22,2°C. A taxa de urbanização de 2010 foi 96,28% e o IDH-2000 de 0,852. 10ª cidade mais rica do Brasil seu PIB per capita é acima de R\$ 33 mil. 3.ª polo de pesquisa e desenvolvimento, responde por 15% da produção científica nacional. Integra o complexo metropolitano expandido com mais de 29 milhões de habitantes. A RMC e a RMSão Paulo formam a 1ª macrometrópole do hemisfério sul. O governo Jonas Donizette trabalha para estruturar em bases sólidas o desenvolvimento sustentável de Campinas, de modo que seja real, pensse e inovável, a partir de ações voltadas às pessoas e às gerações futuras, priorizando-se o desenvolvimento humano, com crescimento econômico, preservação e recuperação

Em 2014, dada a vultosa transversalidade do programa, a coordenação do PCS foi assumida pelo Gabinete do Vice-Prefeito. Como primeira grande realização após a reestruturação do Grupo de Trabalho, destacamos a elaboração do Observatório Campinas Sustentável, no qual a população tem acesso aos indicadores e metas do programa. Em dezembro de 2014, o Observatório alcançou a 3ª posição no Prêmio Cidades Sustentáveis na categoria metrópoles, e segue em contínuo desenvolvimento no ano de 2015 pela IMA, sob a coordenação do Gabinete do Vice-Prefeito, para aprimoramento de suas funcionalidades.

No segundo semestre de 2015, a SVDS encabeçou o processo de requisição de dados atualizados às secretarias para os indicadores do programa. Até o momento, 63 indicadores contêm informações atualizadas para o ano de 2014. Os dados de 2015 serão solicitados no primeiro trimestre de 2016.

⁴¹ Fonte: <http://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/SP/campinas>.

3.1.3.3. CDP Cities

O CDP Cities⁴² é uma plataforma global de relatório voluntário de mudanças climáticas para os governos municipais. O programa oferece a oportunidade de divulgação das emissões de gases de efeito estufa, os riscos das mudanças climáticas e estratégias de adaptação adotadas em âmbito municipal.



Pelo terceiro ano consecutivo, Campinas foi convidada a apresentar o seu relatório. Em 2015, mais uma vez Campinas optou por apresentá-lo na modalidade pública, compondo assim o relatório final do programa.

O processo de levantamento e formatação das informações ocorreu nos meses de fevereiro a abril. O ano de 2015 sinalizou uma maior solidez nas informações prestadas, devido ao amadurecimento da temática, dentre os projetos desenvolvidos pela secretaria, e à dinâmica de trabalho adotada pelo grupo técnico responsável, pautada no amplo debate do questionário proposto pelo CDP.

Coroando a participação de Campinas, as ações da cidade foram objeto de destaque no vídeo produzido pelo CDP, anunciando os resultados do ciclo 2015. Em evento realizado em novembro, na cidade de Campinas, o Sr. Prefeito Jonas Donizette

⁴² Para maiores informações, acesse: <http://www.cdpla.net/pt-br/noticias/cidades-brasileiras-buscam-acoes-de-sustentabilidade>.

ressaltou a preocupação da gestão com a questão ambiental, por meio da promoção de ações de baixo carbono e incentivos ao consumo consciente.



Crédito: Carlos Bassan

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28632>

3.1.3.4. *Inventário de Gases de Efeito Estufa da RMC*

O aumento acelerado na concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera devido às atividades antrópicas vem contribuindo para a ocorrência de mudanças climáticas. O Brasil, como signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e país não integrante do Anexo I, bem como o Estado de São Paulo, por meio da Política Estadual de Mudanças Climáticas, têm obrigação de reportar periodicamente suas emissões e já definiram metas de emissões de GEE até 2020.

De forma a identificar e monitorar a participação da Região Metropolitana de Campinas neste e em futuros cenários das emissões de GEE, faz-se imprescindível a construção de seu primeiro inventário de emissões dos gases de efeito estufa, tendo como objetivo realizar o levantamento das fontes e sumidouros e reportar as emissões e remoções dos GEE resultantes das atividades humanas.

A partir dos resultados do inventário será possível criar uma linha de base e acompanhar a evolução das emissões de GEE ao longo dos anos, monitorando suas

principais fontes e identificando as possíveis reduções nas emissões, auxiliando na formulação de políticas públicas, em particular a Política Municipal de Mudanças Climáticas.

Para tanto, formalizamos um Protocolo de Intenções junto aos demais municípios da RMC, para garantir que o inventário contemple o panorama regional de emissões. O projeto será integralmente financiado pelo PROAMB (Fundo de Meio Ambiente de Campinas). Os demais municípios comprometem-se apenas a disponibilizar um técnico de referência, que tenha acesso às informações necessárias.

O Projeto Básico para a contratação do inventário já foi realizado, e já obtivemos as cotações prévias. No momento, o processo está sob análise jurídica da Secretaria Municipal de Administração.

3.2. Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - C-TelA

A Coordenadoria tem a sua atuação focada, principalmente, no suporte às diferentes áreas e demandas dos Departamentos, prioritariamente em relação à utilização do geoprocessamento, organização de Banco de Dados e integração de processos e procedimentos através de interfaces informatizadas amigáveis. Além disso, atua no levantamento, organização e disponibilização dos dados já existentes na Pasta. Nessa direção, um grande esforço ainda está sendo realizado no sentido de organizar e estruturar a equipe de forma a melhorar o atendimento ao público interno e externo.

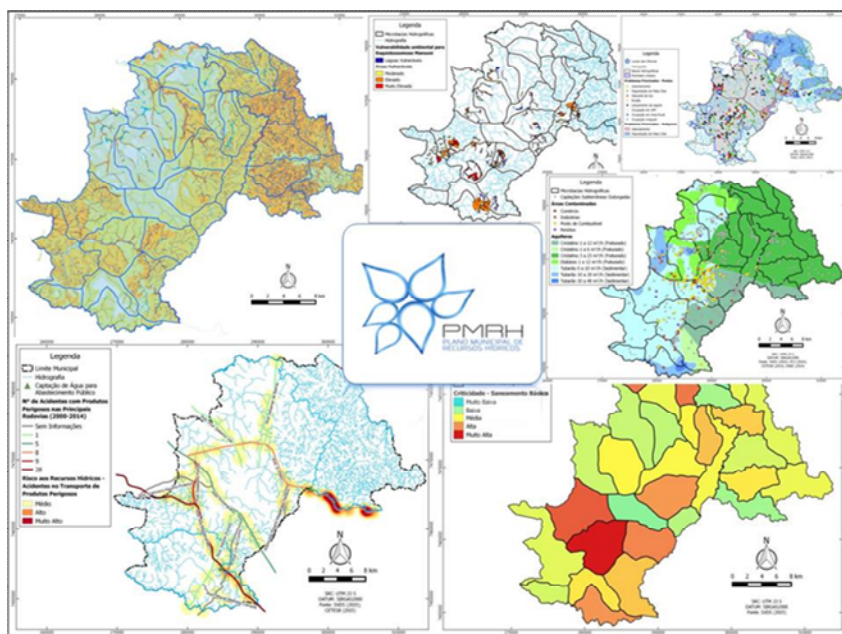
3.2.1. Apoio a Áreas e Produtos da SVDS

Como a nossa atuação é transversal aos Departamentos e Coordenadorias, grande parte do nosso trabalho é dentro de ações de responsabilidade de outras coordenadorias, como por exemplo:

- ***Apoio ao Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRH):***

Os técnicos da C-TelA acompanham o andamento do PMRH participando das reuniões do Grupo de Trabalho e auxiliando na estruturação do Plano.

Em continuidade às ações do ano de 2014, em 2015 a coordenadoria colaborou na elaboração do diagnóstico, preparando mapas e figuras do texto. Durante o ano de 2015 foram elaborados 276 produtos entre camadas, mapas e figuras.

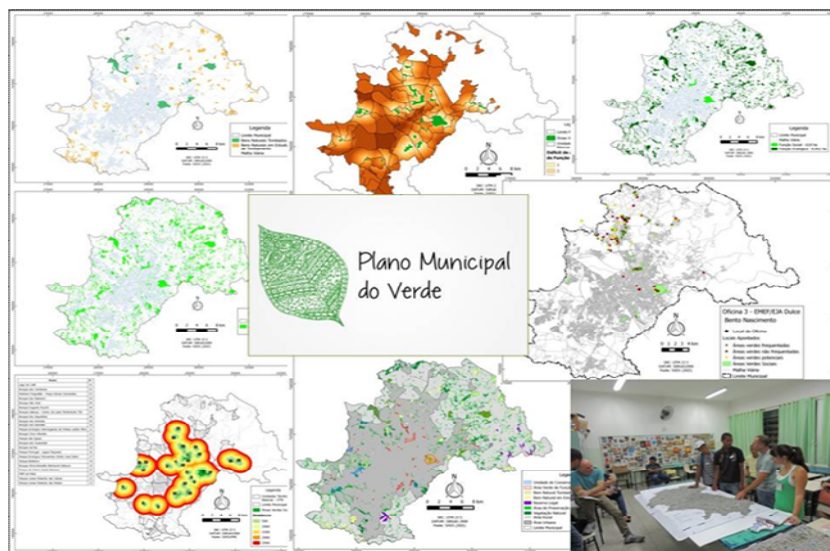


Os produtos podem ser encontrados nos trabalhos publicados pelo Plano no endereço:
<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano-hidricos.php>

▪ **Apoio ao Plano Municipal do Verde (PMV):**

Assim como fizemos para o PMRH, para o PMV temos colaborado nas discussões dos textos e na elaboração dos mapas e figuras para compor o diagnóstico do Plano. Ao longo do ano de 2015 foram elaborados 203 produtos entre camadas, mapas e figuras para o Plano.

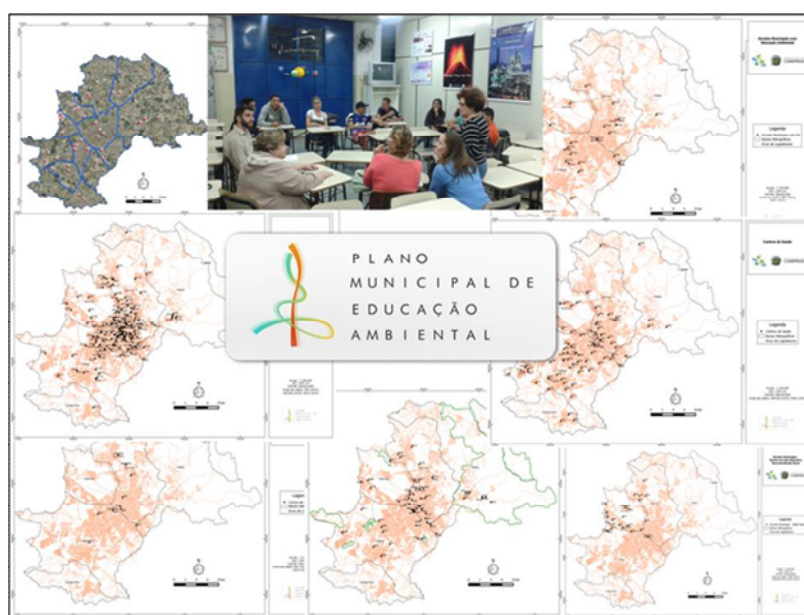
Também participamos nas oficinas do Plano, elaborando os mapas e auxiliando na relatoria das oficinas.



Os produtos podem ser encontrados nos trabalhos publicados pelo Plano no endereço: http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano_municipal_verde.php

▪ ***Apoio e participação na equipe do Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA):***

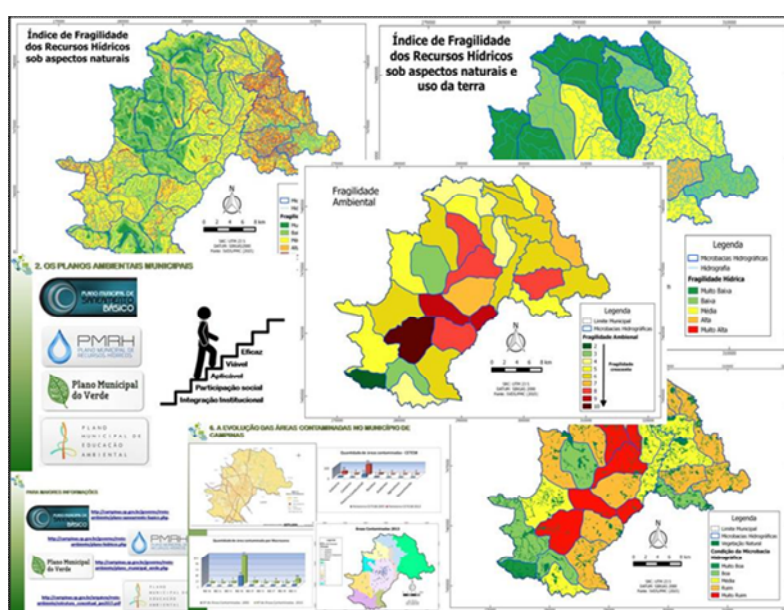
Continuamos a geocodificação de endereços utilizando o programa Quantum GIS 2.6 e criando um Banco de Dados Georreferenciado contendo as informações de escolas estaduais, espaços educadores, cursos de graduação, escolas municipais. Até o presente momento já elaboramos 15 produtos entre camadas e mapas finalizados para o Plano. Atuamos também como suporte nas oficinas do Plano e auxiliando na elaboração do portal da Educação Ambiental.



▪ **Apoio das discussões na revisão da Lei de Uso e Ocupação (LUOS) e Plano Diretor (PD):**

A elaboração dos Planos Municipais coordenados pela SVDS tem gerado um conjunto de informações de grande importância para dar suporte às discussões da Lei de Uso e Ocupação (LUOS) e do Plano Diretor (PD) coordenados pela SEPLAN.

Dessa forma, a C-Tela atuou nas discussões da LUOS e PD, auxiliando na elaboração do material entregue para as equipes de coordenação da SEPLAN. Ainda no primeiro semestre apresentamos o material dos Planos Ambientais tanto para o grupo de trabalho do PD, quanto para o Concidade.

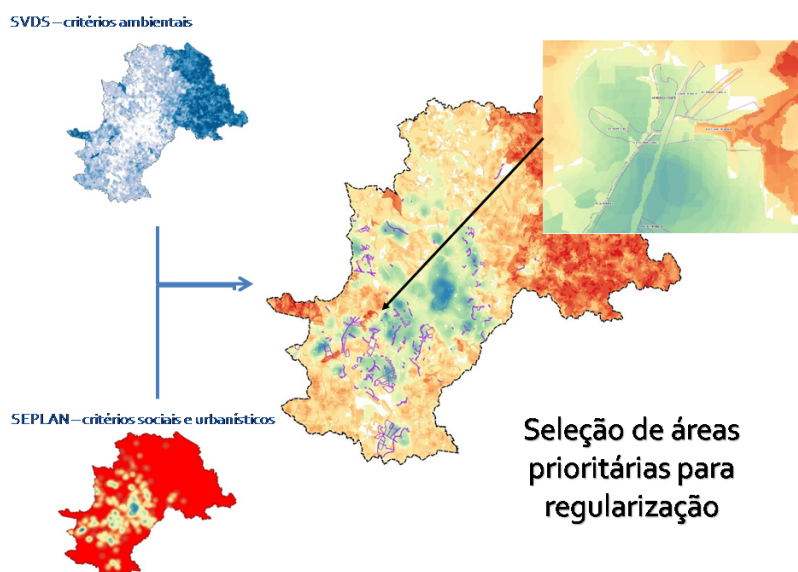


No segundo semestre de 2015, as equipes dos Planos do Verde e de Recursos Hídricos, com o suporte da C-Tela, entregaram outro conjunto de informações ambientais para o Diagnóstico do Plano Diretor. No material entregue foram apresentadas e discutidas as informações de:

- ✓ RECURSOS HÍDRICOS: Aspectos Gerais Ambientais; Condições dos Recursos Hídricos;
- ✓ ÁREAS VERDES: Condição das áreas verdes; Déficit de áreas verdes de função social; Panorama das Áreas Verdes com função ecológica;
- ✓ ARBORIZAÇÃO URBANA;

✓ ANÁLISE INTEGRADA, PROGNÓSTICOS E RECOMENDAÇÕES: Vulnerabilidade ambiental; Potencialidades ambientais; Referências bibliográficas.

Além dessa entrega, a C-Tela colaborou nas discussões internas do PD e da LUOS auxiliando a SEPLAN na definição de uma metodologia para análise multicriterial para integração dos dados das diversas Secretarias que forneceram dados especializados para o diagnóstico do PD e ajudando na simulação de cenários.



A metodologia para análise multicriterial de informações especializadas ainda está em discussão dentro das equipes da SEPLAN.

▪ ***Elaboração e manutenção do Sistema de cadastramento de Fauna Doméstica - Arquimedes off-line:***

Atuando como suporte ao Departamento de Bem-Estar Animal (DPBEA), a equipe da C-Tela auxiliou no desenvolvimento da versão *off-line* do Sistema Arquimedes, possibilitando as ações de cadastramento da fauna em locais sem conexão com a internet.

▪ ***Participação no grupo de acompanhamento da Resolução SVDS/SMS nº 09/2014 sobre a utilização de água de reúso:***

Outra ação constante no Pacote da Crise Hídrica que teve apoio da equipe da C-Tela foi a criação da Resolução SVDS/SMS nº 09/2014 que estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para o reúso direto não potável de água proveniente de

estações de tratamento de esgotos (ETEs) de sistemas públicos para fins de usos múltiplos no Município de Campinas.

A resolução pode ser acessada no endereço:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/127153>

No segundo semestre, foi criado o Grupo de Trabalho Técnico, através da Resolução Conjunta SVDS/SMS nº 06/2015 e em 14 de outubro de 2015, e através da Portaria nº 85.281/2015 foram nomeados os profissionais da SVDS e da SMS que irão acompanhar, vistoriar, avaliar e orientar sobre as tratativas de água de reúso no município.

Todas as informações sobre o Grupo de Trabalho pode ser acessado pelo endereço:

http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/agua_reuso.php

▪ ***Participação nas discussões para atualização das normativas do PROAMB:***

Com a crescente utilização do Fundo PROAMB, para o financiamento de projetos de proteção e recuperação ambiental, o Conselho do Fundo entendeu que seria necessário a atualização das normativas que regulamentam o Fundo, o Regimento Interno do Conselho e a padronização da forma de entrada e priorização dos projetos, programas e atividades voltados ao meio ambiente.

Nesse sentido, a C-Tela, junto com a equipe do Gabinete e da Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais iniciou as discussões para a elaboração das normativas e poderão ser implementadas já em 2016.

3.2.2. Produtos da C-Tela

Outras ações de sua responsabilidade:

3.2.2.1. *Levantamento das Plumas de Contaminação das Áreas Contaminadas de Campinas*

Buscando a melhoria contínua nos nossos procedimentos, em 2015 analisamos processos de áreas contaminadas do Município de Campinas junto à CETESB, de

forma a entender como se dão os encaminhamentos dos processos e as informações sobre as plumas de contaminação dessas áreas.

Com o conhecimento dos procedimentos desse órgão, solicitamos uma reunião técnica com os responsáveis pelas áreas contaminadas para definirmos a troca das informações sobre as plumas de contaminação. A reunião ocorrida em São Paulo, no segundo semestre de 2015, possibilitou o intercâmbio de dados sobre procedimentos de espacialização das informações ambientais entre a SVDS e a CETESB, e a proposta do órgão estadual de disponibilizar as áreas de restrição das áreas contaminadas no município de Campinas. Estas informações estão sendo preparadas pela CETESB e tão logo nos seja enviada, disponibilizaremos a informação para a população de Campinas.

3.2.2.2. Utilização de Drone para auxílio aos trabalhos técnicos da SVDS

Drone é uma designação genérica de um tipo de aeronave que não necessita de pilotos embarcados para ser guiada. A nova normativa em discussão pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) altera o nome das aeronaves para "RPA" ou, em português, "aeronave remotamente pilotada".

O objetivo da SVDS na utilização do Drone (ou RPA) é auxiliar o trabalho dos técnicos para vistoriar as áreas de difícil acesso. A ação é uma parceria com o COTUCA/UNICAMP e contará com a participação de alunos deste colégio.

Entre as áreas que já utilizaram esta tecnologia estão o Banco de Áreas Verdes do Município (BAV) e a Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental (CPGA). O BAV utilizou o Drone para o levantamento de árvores plantadas em uma APP no Loteamento San Conrado em Sousas, fruto de compensação ambiental, enquanto que o CPGA utilizou o mesmo dispositivo para identificação de nascentes em uma área de difícil acesso.



Ambas iniciativas foram amplamente divulgadas pela imprensa e podem ser acessadas nos endereços:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27141>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=26023>

É muito importante ressaltar que as imagens geradas pelas vistorias com o Drone (ou RPA) serão de utilização apenas pelos técnicos da SVDS e não serão divulgadas a fim de evitar violações da privacidade. Além disso, os Drones não serão utilizados em vistorias próximas aos aeroportos, áreas particulares ou em locais onde haja movimentação intensa de pessoas como ruas ou áreas urbanizadas.

3.2.2.3. Portal Árvores de Campinas

Em 05 de junho 2014, foi efetivado e aditado o Termo de Cooperação Técnica com a EMBRAPA Monitoramento por Satélite, para continuidade dos trabalhos do projeto denominado "Árvores de Campinas: banco de dados cadastral", iniciado em 2013.

O diagnóstico para essa ação foi realizado através do uso de geotecnologia e visitas a campo e teve como objetivo catalogar a arborização do sistema viário, identificando sua qualidade, lista de espécies e distribuição espacial.

O portal de mapas Árvores de Campinas é um WebGIS que permite ao usuário realizar consultas sobre a arborização viária na área urbana do município de Campinas, assim

como os plantios do Banco de Áreas Verdes (BAV) e as árvores imunes ao corte. O levantamento da arborização viária (calçada, canteiro central e rotatória) foi separado em árvores, arbustos, palmeiras e mudas, e considerou espécimes sob a responsabilidade pública municipal, portanto, excluíram-se aqueles situados em condomínios e no interior de terrenos.

A estimativa total de indivíduos, em 2012, foi de 120.730 ou 24,83 árvores/km linear, obtida a partir da validação em campo com índice de acerto de 84%.

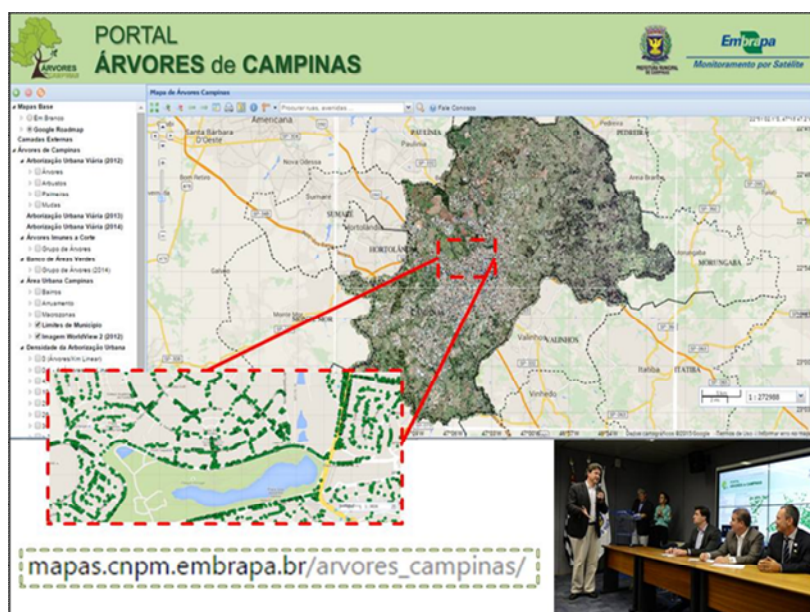
Os plantios do BAV presentes no Portal são referentes ao ano de 2014. No total foram plantadas 48.045 mudas originadas, principalmente, de Termos de Compromisso Ambiental (TCA) das obras, empreendimentos e atividades poluidoras licenciadas em Campinas.

As árvores legalmente declaradas imunes ao corte estão descritas na Lei Municipal nº 8.744/1996 e referem-se a 233 indivíduos situados em conjuntos por todo o município.

Para mais informações, acesse:

http://mapas.cnpm.embrapa.br/arvores_campinas/

O Portal foi oficialmente inaugurado pelo Prefeito em solenidade⁴³ no dia 25 de maio que abriu a Semana de Meio Ambiente de Campinas (SEMEIA 2015).



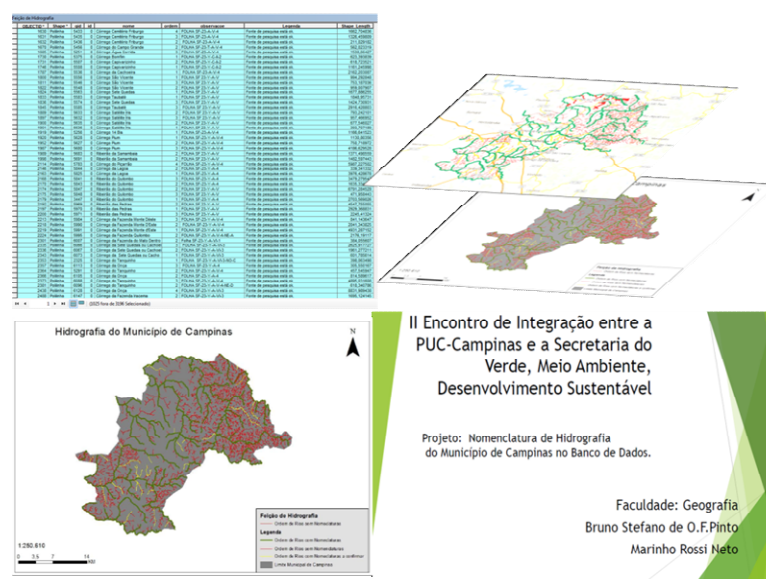
⁴³ <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27028>

3.2.2.4. Nomenclatura da Hidrografia do Município de Campinas e validação do Banco de Dados

Em cumprimento ao Termo de Cooperação que prevê ações conjuntas entre a PUC e a SVDS, a C-TeIA orientou dois alunos de graduação em Geografia na realização dos seus estágios obrigatórios para a conclusão do curso.

O projeto de estágio desenvolvido recebeu o nome de "Nomenclatura da Hidrografia do Município de Campinas e validação do Banco de Dados" e teve como objetivo editar e validar as feições dos rios para compor o banco de dados da SVDS. Para tanto, os alunos tiveram de desenvolver e aprimorar seus conhecimentos na utilização de softwares de geoprocessamento como ArcGIS® e de mapeamento *on line* como Google Maps®.

A validação das informações requereu dos alunos a pesquisa nos bancos de dados de fontes como IBGE, PUC, IGC entre outras.



3.2.2.5. Capacitação dos Técnicos da SVDS

Com a disponibilização do Levantamento Aerofotogramétrico do município de Campinas e da elaboração do Banco de Dados da Prefeitura pela SEPLAN, a equipe da C-TeIA divulgou internamente a potencialidade dos produtos ofertados e capacitar os técnicos das diferentes coordenadorias e setores da SVDS na utilização do material, através do *software* livre QuantumGIS (QGIS).

Para tanto, elaborou um tutorial com as informações mais necessárias e básicas para utilização correta das ortofotos e acesso ao Banco de Dados da PMC.

Na capacitação foram abordados os temas:

- ✓ Levantamento Aerofotogramétrico e Elaboração da Base Cartográfica;
- ✓ Introdução ao Geoprocessamento;
- ✓ Configurando o Banco de Dados gis municipal no QGIS;
- ✓ Site de Informação do DIDC/SEPLAN;
- ✓ Adicionar Camadas do Banco de Dados;
- ✓ Pesquisar na Tabela de Atributos;
- ✓ Salvar Camada em KML;
- ✓ Propriedades: Cor e Transparência;
- ✓ Produtos que podem ser gerados; e
- ✓ Compositor de Impressão.

A apresentação do material e instrução de como utilizá-lo contou com a participação de 46 técnicos da SVDS de diferentes departamentos, coordenadorias e assessores do gabinete em duas turmas.

A próxima etapa, para o ano de 2016, será levantar as necessidades de cada coordenadoria e elaborar uma capacitação personalizada de forma a atender as demandas específicas e mais urgentes de cada área, garantindo qualidade e autonomia no trabalho dos técnicos da SVDS.

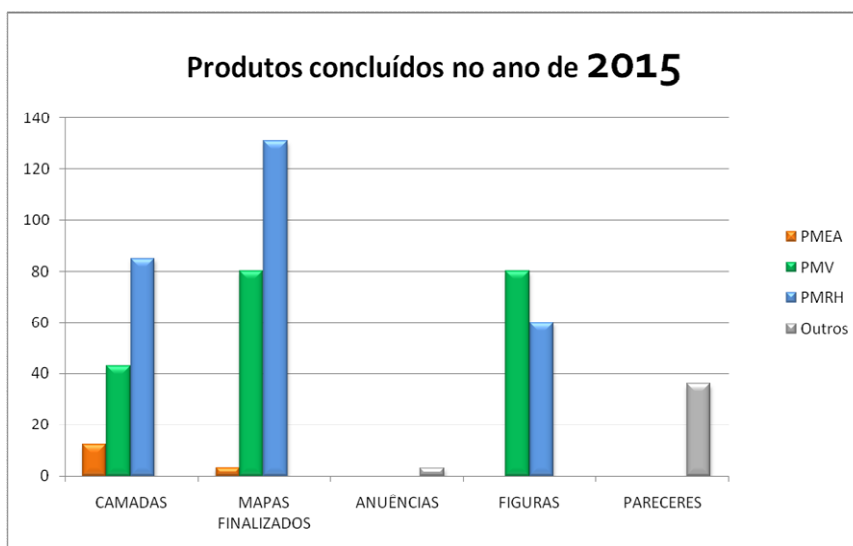
Independentemente dessa e das futuras capacitações, a equipe da C-Tela continuará a dar o suporte aos técnicos da SVDS, e continuará atuando na melhoria da qualidade técnica dos seus produtos e serviços prestados à população de Campinas.

3.2.2.6. Quantitativos C-Tela

Com a finalidade da transparência e da gestão sobre as ações e produtos do C-Tela, demos início à sistematização das informações produzidas por nossa coordenadoria.

Durante o ano de 2015 foram produzidos, ao todo, 533 produtos sendo:

- ✓ 140 camadas em formato *shapefile* para auxílio ao planos ambientais municipais;
- ✓ 214 mapas finalizados para o diagnóstico dos planos;
- ✓ 3 anuências para uso de material produzido pela SVDS foram concedidas ao público;
- ✓ 140 figuras foram produzidas para os planos, pareceres técnicos, apresentações diversas das diversas coordenadorias da SVDS;
- ✓ 36 pareceres técnicos foram elaborados utilizando geoprocessamento.



Entre os Planos, o que mais demandou produtos do C-TelA foi o Plano Municipal de Recursos Hídricos.



3.3. Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental - CPEA

Durante o segundo semestre de 2015, a Coordenadoria de Projetos e Educação Ambiental (CPEA) desenvolveu projetos que visaram levar à população orientação e conhecimento sobre como as ações individuais e coletivas podem exercer forte influência no meio ambiente.

Com o Programa de Educação Ambiental denominado “Guardiões da Natureza”, crianças e jovens desenvolveram atividades de plantio de árvores, elaboração de hortas urbanas e caminhadas ecológicas.

Com o Programa de Educação Ambiental “Do Café às Estrelas”, munícipes de várias idades puderam desfrutar do prazer de conhecer melhor a história da presença do café na região, assim como a oportunidade de se maravilhar com as nascentes de água que brotam do chão do Parque Portugal - conhecida pela população como Lagoa do Taquaral - como em Campinas, finalizando seu passeio com uma “aventura intergaláctica” na vivência das atividades desenvolvidas junto ao Planetário do Parque.

Com o programa de Educação Ambiental “Coletivo Educador Ambiental Jovem”, um grupo de jovens da região de Sousas e Joaquim Egídio puderam solidificar sua aprendizagem ambiental por meio de atividades socioeducativas, culturais, de comunicação e vivência sensorial e motora. Além disso, eles puderam dar a sua contribuição como zeladores ambientais desenvolvendo atividades de conscientização junto à população de Campinas.

Além dos projetos supracitados e das ações voltadas à população de Campinas, a Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental está se empenhando, fortemente, para a conclusão da elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA). Por isso, a revisão do Grupo Técnico e a releitura do caminho pelo qual o PMEa trilhará seus próximos passos tiveram início no segundo semestre de 2015 com conclusão prevista para o ano de 2016.

Nesta motivação de sempre fazer o melhor, para que a cidade possa contar com atividades de projetos e educação ambiental de qualidade, a seguir, apresentamos algumas das muitas ações realizadas no segundo semestre de 2015.

3.3.1. A Estação Ambiental de Joaquim Egídio

Em Joaquim Egídio, a SVDS disponibiliza um espaço próprio para atividades e ações voltadas à educação ambiental.

A Estação Ambiental está instalada na antiga Estação Férrea de Joaquim Egídio, abandonada e demolida nos anos 1980. Devido ao seu valor histórico-cultural, a Estação foi reconstruída no ano de 2000 com verbas da compensação ambiental pela passagem do gasoduto Brasil-Bolívia da Petrobras.

Atualmente, a missão da Estação é realizar educação ambiental junto à população, baseada no princípio da sustentabilidade, do pertencimento e do bioregionalismo.

Contando um pouco da história da Estação, o Distrito de Joaquim Egídio, entre 1870 e 1910, abrigou grandes engenhos de cana-de-açúcar que, aos poucos, foram cedendo espaço para a cultura de café.

Devido ao desenvolvimento econômico, em 1889, foi necessária a construção de um ramal férreo nas terras dos fazendeiros para agilizar o transporte da produção local até a Estação Ferroviária de Campinas/SP.

O Ramal Férreo Campineiro (RFC) tinha 33 quilômetros de extensão e possuía, no início, quatro locomotivas a vapor, 11 carros de passageiros e 24 vagões de cargas, apelidada de “Cabrita” - referência à Fazenda Cabras que ficava no final da linha. A ferrovia margeava, em sua grande parte, o Ribeirão das Cabras, principal afluente do rio Atibaia na região. Posteriormente, o ramal foi eletrificado e os bondes substituíram as Marias Fumaças até os anos 1960, transportando moradores dos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio ao centro de Campinas.

A seguir, a CPEA apresenta algumas das diversas atividades desenvolvidas na Estação Ambiental de Joaquim Egídio.

3.3.1.1. Parada Ambiental

Consiste em caminhada ecológica na trilha de Joaquim Egídio com estudo do meio, oportunidade em que se aborda o Conhecimento do Meio e conscientização visando a preservação de fauna e flora.

O objetivo dessa atividade é divulgar, demonstrar e orientar o público da ação sobre como é possível ter um modo de vida sustentável, buscando o entendimento da relação entre o homem e o meio ambiente, e a necessidade de preservá-lo.

Ao todo, participaram da ação aproximadamente 200 pessoas entre alunos da 2ª turma do Coletivo Educador Jovem, de escolas públicas e particulares, grupos da 3ª idade e munícipes da região de Campinas.



Crianças de escola pública municipal entram em contato com a mata nativa da região



Crianças observam maquete da cidade de Campinas



Momento de educação alimentar

A população que teve acesso às instruções ficou muito entusiasmada com a atividade educativa. Os jovens envolvidos no coletivo educador jovem perceberam e reconheceram a importância do seu papel como agente zelador da natureza por meio do contato direto com a fauna e flora na qual a atividade foi desenvolvida.

A Parada Ambiental está disponível ao público à terça-feira, das 14h às 16h30.

3.3.1.2. Roda de Conversa

A Roda de Conversa consiste em encontros com educadores e população para reflexão sobre as questões ambientais, com temáticas específicas e dinâmicas envolvendo questões socioambientais, com abordagem em Reflexões Ambientais sobre a região de Campinas/SP.

Essa atividade visa promover encontro com a população para roda de conversa visando provocar uma reflexão sobre questões ambientais do município de Campinas, sendo que em 2015, aproximadamente 100 pessoas participaram da ação, sendo a maioria do município de Campinas.



Municípios ouvem a temática da Roda de Conversa.



Municípios debatem sobre questões ambientais

As pessoas que participaram da atividade apontaram avaliação positiva da ação visto que esta pode proporcionar um pensar coletivo sobre o passado, o presente e o futuro ambiental da região.

A Parada Ambiental está disponível ao público à sexta-feira, das 14h às 16h30.

3.3.1.3. *Oficina Mão na Massa*

Trata-se de oficina de plantio, com coleta de sementes de espécies nativas que fazem parte da flora da região, em que se aborda o plantio de espécies nativas e estudo das etapas de formação das árvores.

As oficinas visam levar à população instruções de plantio e manutenção de árvores.

Em 2015, aproximadamente 100 pessoas participaram da ação, sendo a maioria do município de Campinas.



Crianças e adultos plantando árvores durante a oficina "Mão na massa"

Os participantes da oficina se entusiasmaram com a execução do plantio visto que puderam vivenciar o contato direto com a terra, as sementes e as mudas. Isso os permitiu sair da teoria e colocar a “mão na massa”.

A Oficina Mão na Massa está disponível ao público duas vezes por mês, das 14h às 16h30.

3.3.1.4. *Dedo de Prosa*

O Dedo de Prosa é um encontro da população visando resgate da memória histórica e geográfica da região de Campinas e integração entre municípios.

Aborda-se nesse encontro História e Geografia de Campinas/SP e ações em prol do meio ambiente e da sociedade, com o intuito de promover um encontro com municípios para resgate das memórias da cidade por meio de contação de histórias, registros fotográficos e muitas saudades. Dessa forma, a cidade de Campinas vai sendo traduzida nos versos e prosas daqueles que aqui estão.

Em 2015, aproximadamente 100 pessoas (entre crianças e adultos) participaram da ação, sendo a maioria do município de Campinas.

A população se emociona e vivencia a magia de ouvir e compartilhar a história de vida da cidade de Campinas e de seus moradores.



Fotos e imagens expostas durante os encontros

O Dedo de Prosa está disponível ao público uma vez por mês, das 19hs às 21hs.

3.3.2. Aniversário da Mata Santa Genebra

A SVDS participou do evento no dia 07 de novembro de 2015, das 9h às 12h, promovendo Oficina de hortas suspensas e em garrafas PET com distribuição de mudas para a população, oportunidade em que se abordou o tema Hortas Urbanas e formas alternativas de plantio.

Com essa ação, visou-se divulgar, demonstrar e instruir a população sobre a possibilidade de criação de hortas em ambientes urbanos e os cuidados necessários para o seu completo desenvolvimento.

Aproximadamente 500 pessoas (entre crianças e adultos) participaram da ação, sendo a maioria do município de Campinas.

A população que teve acesso às instruções ficou muito entusiasmada com a atividade educativa. Além disso, a distribuição de mudas contribuiu para o incentivo à criação de hortas urbanas.



SVDS ensina como realizar o plantio



Exemplos de hortas suspensas em garrafas PET

3.3.3. Educação Ambiental junto aos Guardiões da Natureza

Dá-se por meio de encontros semanais com grupo fixo de alunos das redes públicas de ensino, ONGs, institutos e associações para formação de multiplicadores ambientais.

Nesses encontros, abordam-se: Hortas e plantios, coleta seletiva e *Aedes Aegypti*.

O objetivo principal dos Guardiões da Natureza é a formação de multiplicadores ambientais, que podem atuar em suas respectivas comunidades como agentes ambientais, conferindo a estes indivíduos subsídios e ferramentas para que possam transformar a realidade destes locais, contribuindo não só para a recuperação de áreas totalmente degradadas, mas também para promover maior conscientização ambiental.

Em 2015 essa ação contou com aproximadamente 240 pessoas, entre crianças, jovens e adultos do município de Campinas.



Crianças realizam plantio de horta



Guardiões da Natureza realizam plantio de horta em garrafas pet



Experiência nutricional: vivenciando os sabores das frutas colhidas na hora

A população que teve acesso às informações ficou muito entusiasmada com a atividade educativa. Além disso, a distribuição de mudas contribuiu para o incentivo à criação de hortas urbanas.

A Educação Ambiental junto aos Guardiões da Natureza está disponível ao público de duas a três vezes por semana.

3.3.4. Do Café às Estrelas

Encontros semanais com grupo de estudantes, munícipes, ONGs, institutos e associações para realizar a atividade composta de oficinas, palestras, exposições, trilhas e vivências no Complexo Taquaral composto pelos Parques Portugal e Do Café. A experiência vivida pelos grupos de Campinas e região são contempladas no MUCA – Museu do Café e MDCC – Museu Dinâmico de Campinas que inclui o Planetário Municipal, além de diversas opções de trilhas ambientais pela área dos dois Parques que contam com equipamentos como a Caravela o viveiro de aves e a Concha Acústica.

Aborda-se a história do Município de Campinas e do Café na região, meio ambiente/biodiversidade e sustentabilidade.

O objetivo principal é realizar uma trilha ambiental, enfatizando o contato entre as pessoas e a flora/fauna do Parque Portugal, ofertando à população um conhecimento histórico a respeito do município de Campinas e promovendo uma “vivência espacial” com instruções sobre astronomia.

Em 2015, aproximadamente 2.700 pessoas (entre crianças e adultos) do Município de Campinas, cidades da RMC e adjacentes.

A população que teve acesso às instruções ficou muito entusiasmada com a atividade educativa. Além disso, o acesso à história do município fortaleceu o sentimento de pertencimento à região, além de vivenciarem a experiência de estreitar os laços de contato com o universo.



Crianças e Adultos se preparam para iniciar a atividade no Museu do Café



Crianças, jovens e adultos em atividade no Museu de Ciências



Trilha em busca das nascentes

Do Café às estrelas está disponível ao público de duas a seis vezes por semana.

3.3.5. Campinas Contra a Dengue

Consiste em ações de educação ambiental visando o combate aos mosquitos *Aedes aegypti* e *Albopictus aegypti*, para a prevenção da Dengue, Chikungunya, Zica, Febre Amarela e Febre da Floresta, em que os temas principais são dengue e saneamento básico.

O objetivo principal é realizar a conscientização da população quanto aos espaços que se tornam potenciais criadouros do mosquito a forma de procriação e transmissão das doenças.

Em 2015, envolveu aproximadamente 4.000 munícipes de Campinas, sendo que a população que teve acesso às instruções ficou orientada sobre a gravidade da situação e mais comprometida no combate ao mosquito. Por meio de rodas de conversas, as pessoas puderam trocar experiências e ideias para fortalecer a guerra contra o mosquito *Aedes aegypti*.



Crianças desenvolvem atividades lúdicas sobre a dengue



O uso de pneus para suporte às hortas: um novo destino para um provável criadouro do mosquito *Aedes aegypti*

Além disso, as atividades desenvolvidas com as crianças fizeram com que essas se tornem “fiscais” da região onde vivem monitorando auxiliando no combate ao mosquito transmissor.

Campinas contra a Dengue está disponível ao público duas vezes por mês.

3.3.6. Agricultura Urbana

Contamos com a Oficina de horta com distribuição de mudas para a população e instruções nutricionais, em que hortas urbanas e segurança alimentar foram foco da ação.

O objetivo é levar instruções à população sobre: como elaborar uma horta doméstica – do plantio à colheita; separação de resíduos, sendo os orgânicos destinados a composteira para a formação de substrato; bem como zelar pela importância da nutrição saudável.

Em 2015, contamos com a participação de aproximadamente 5.000 munícipes de Campinas.



Educadores ambientais realizam oficina de agricultura urbana



Guardiã da natureza prepara salada com vegetais colhidos de horta urbana construída por eles

A população que participou da ação ficou muito entusiasmada com a possibilidade de ter a sua própria horta. Além disso, ela pode vivenciar o experimento dos sabores que as hortas oferecem.

A ação está disponível ao público oito vezes por mês.

3.3.7. Plantio de Árvores e Requalificação Arbórea

Trata-se de plantio de mudas de árvores e requalificação arbórea de escolas, ONGs, associações e instituições, com a abordagem não somente no plantio de árvores, mas também nas alterações climáticas e ambientais.

O objetivo é de levar instruções à população sobre como realizar o plantio de árvores e como zelar por sua sobrevivência, bem como conscientizar a população sobre as alterações climáticas locais e globais, que podem ser provocadas pela escassez de vegetação.

Em 2015, realizamos o plantio de 500 mudas de árvores, envolvendo aproximadamente 200 munícipes de Campinas.



Crianças plantam árvores no Instituto Padre Haroldo



O contato direto fortalece o vínculo com a natureza

A população que participou da ação ficou muito interessada em aprender sobre o plantio e sobre as contribuições que cada indivíduo pode fornecer para que o meio ambiente seja preservado.

A ação está disponível ao público duas vezes por mês, a partir de setembro ou do início do período chuvoso.

3.3.8. Programa de Coleta de Resíduos (bitucas) de cigarro em Campinas

A Prefeitura de Campinas, por intermédio da SVDS deu início, no ano de 2015, ao programa de coleta de Resíduos de cigarro no município de Campinas, com o intuito de minimizar os impactos causados pelos resíduos de cigarro (lixo tóxico classe 1) e que por força de hábito são descartados inadequadamente em ruas e calçadas, causando danos ao nosso ambiente, contaminando: ar, água, solo.

O programa consiste em disponibilizar coletores apropriados em locais estratégicos e de grande fluxo de pessoas, sendo que periodicamente os resíduos são coletados e processados, utilizando tecnologia inovadora e 100% nacional desenvolvida pela UnB – Universidade de Brasília. O objetivo é orientar o cidadão para o assunto, mídias educativas serão disponibilizadas nas caixas coletoras; criando assim um canal de comunicação com toda a comunidade. O gerenciamento dessa operação é realizado pela empresa Poiato recicla, detentora dos direitos de uso da tecnologia de processamento em todo o território nacional.

O programa prevê a instalação de 200 licheiras, sendo 140 já foram instaladas e 60 serão finalizadas nesta segunda-feira (dia 09/11/2015), conforme requisições nos seguintes locais: Cemitérios administrados pela SETEC, Câmara Municipal de Campinas, Paço Municipal, Cidade Judiciária, Reitoria da UNICAMP, Centro de Convivência, Concha Acústica, CEASA e Estação Cultura.

3.4. Coordenadoria Setorial do Verde - CV

A Coordenadoria Setorial do Verde possui como principais atribuições a gestão das Unidades de Conservação, do Banco de Áreas Verdes, o Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID), grupo de trabalho técnico para realizar estudo visando avaliar

as áreas prioritárias para conservação ambiental no distrito de Barão Geraldo, o Mapeamento de Áreas Verdes do município de Campinas e a elaboração do Plano Municipal do Verde. Apresenta-se a seguir a descrição do andamento dos projetos.



3.4.1. Banco de Áreas Verdes (BAV)

O Banco de Áreas Verdes (BAV) promove a recuperação de áreas verdes com estabelecimento das funções socioambientais por meio de plantio de mudas arbóreas. Essas ações são possíveis pelos processos de Compensação Ambiental e Licenciamento Ambiental em âmbito municipal.

Após a finalização do processo de licenciamento ambiental com interferência em áreas verdes, como exemplo, onde há corte de árvore isolada, supressão de vegetação, intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), entre outros, são estabelecidos os Termos de Compromissos Ambientais (TCAs) firmados no Departamento de Licenciamento Ambiental (DLA) e remetidos à Coordenadoria do Verde (DVDS) para indicação de área para efetivação das compensações (emissão de anuências), controle (registro e fiscalização), acompanhamento (emissão de laudos técnicos de vistorias) e recebimento final das compensações ambientais (emissão de Termo de encerramento de compromisso ambiental).

O BAV também direciona plantios decorrentes dos Termos de Conservação e Recuperação Ambiental (TCRA) emitidos pelo licenciamento ambiental em âmbito estadual e, também, direciona e acompanha plantios decorrentes dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), decorrentes de infrações no processo de licenciamento ambiental ou decorrente de infrações identificadas pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental.

3.4.1.1. Plantios administrados pelo BAV

Desde o surgimento do Banco de Áreas Verdes de Campinas já foram anuídas para plantio 256.924 mudas de espécies arbóreas nativas. Nesse ano de 2015 foram indicadas a anuência de plantio para 154.978 mudas. Conforme indica a tabela abaixo:

Anuências				
Ano	Qtde. mudas anuídas BAV	Qtde. mudas anuídas TERCEIROS	Qtde. mudas anuídas EMPREENDIMENTO	TOTAL
2009	-	-	-	0
2010	-	-	-	0
2011	8.301	56	-	8357
2012	6.630	3.257	5.417	15304
2013	48.963	-	1.583	50546
2014	26.216	30	1.493	27739
2015	148.425	2.147	4.406	154978
TOTAL	238535	5490	12899	256924

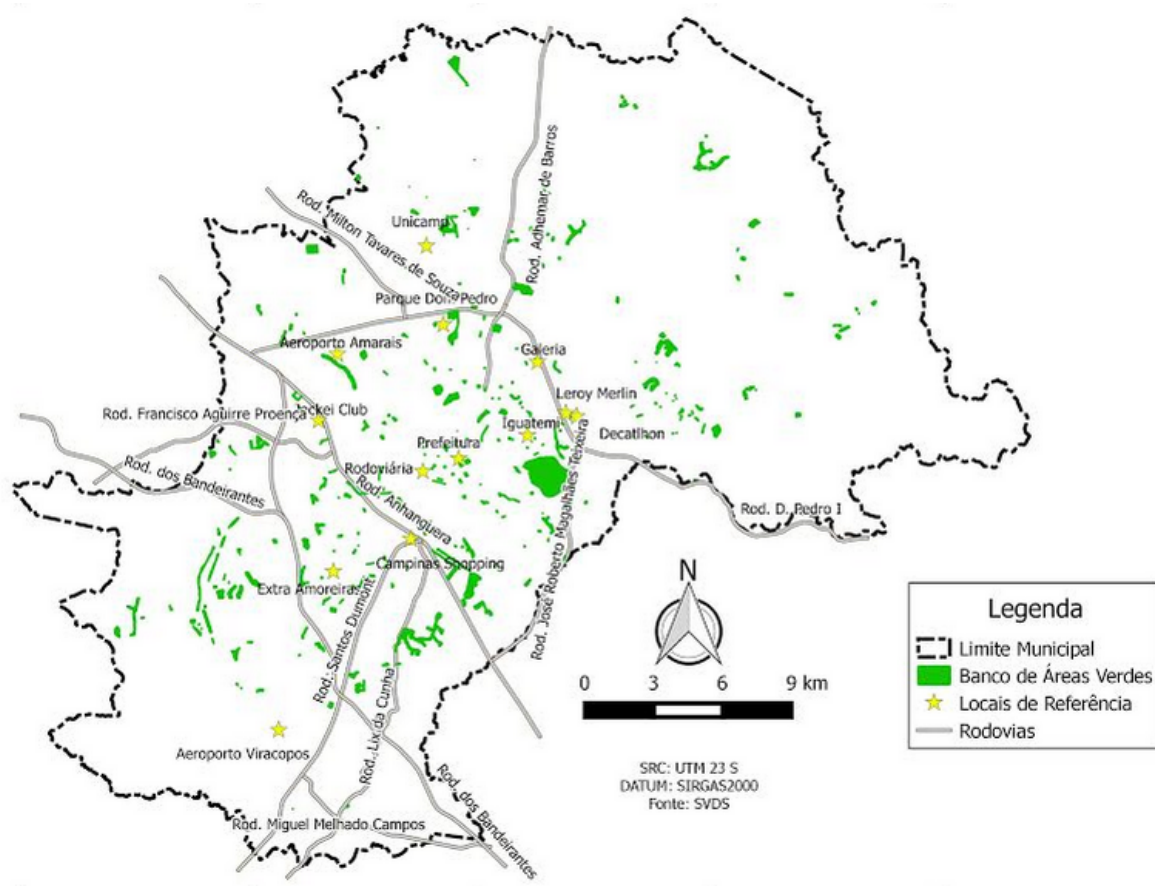
Anuências emitidas por ano, separadas por área de destinação.

Há que se esclarecer que a efetivação dos plantios indicados nas anuências dá-se com a entrega de Relatórios de Plantios pelo compromissário do TCA, TAC ou TCRA e vistoriado pela equipe do BAV. Assim, tivemos no ano de 2015 a efetivação do plantio de 54.371 mudas arbóreas nativas.

Plantios				
Ano	Qtde. mudas plantadas BAV	Qtde. mudas plantadas TERCEIROS	Qtde. mudas plantadas EMPREENDIMENTO	TOTAL
2009	2.000	0	0	2000
2010	2.308	0	350	2658
2011	8.292	12.912	3.942	25146
2012	13.722	3.094	33.254	50070
2013	29.262	4.538	4.553	38353
2014	36.082	840	16.640	53562
2015	49.108	1.073	4.190	54371
TOTAL	140774	22457	62929	226160

Plantios efetivados separados por área de destinação.

Esses plantios contemplam diversas áreas do município como se pode observar no mapa abaixo, promovendo a recuperação ambiental de áreas anteriormente degradadas, predominantemente em Áreas de Preservação Permanente (APP).



Áreas do Banco de Áreas Verdes

Para que estes plantios sejam efetuados há necessidade de triagem e reserva de áreas, análise e aprovação de projeto, vistorias e organização no banco de dados da Área Verde. Para o adequado acompanhamento dos Plantios, o BAV emite uma série de documentos (tabela abaixo) decorrentes do esforço dos técnicos da Coordenadoria em definir procedimentos. A partir desse esforço, foi possível uma sistematização das informações e a possibilidade de controle maior do cumprimento das compensações ambientais. Com isso, nota-se uma crescente produtividade na vazão dos compromissos ambiental sob a gestão do BAV.

Documentos emitidos pelo Banco de Áreas Verdes.

Documentos Emitidos pelo BAV	2013	2014	2015
Inscrição de área particular	0	9	5
Anuência	18	38	201

Parecer técnico Ambiental (PTA)	16	25	55
Laudo Técnico de Vistoria (LTV)	44	102	133
Termo de Aprovação de Projeto de Recuperação Ambiental (TAPRA)	19	38	83
Termo de Compromisso Ambiental (TCA-BAV)	*	*	20
Termo de Encerramento de Compromisso Ambiental (TECA)	13	4	11
TOTAL	110	216	511

* Em 2013 e 2014 não ocorreram a emissão de TCA-BAV porque foi adotado este novo procedimento em 2015 e refere-se aos Termos de Compromisso Ambiental oriundos de isenção de IPTU com a obrigação de recuperar a área cadastrada para tal fim.

Destaca-se que para todo ano de 2014 foram emitidas 38 Anuências, em 2015 foram emitidas 201 Anuências, aguardando a efetivação de plantios.

Apresenta-se abaixo, alguns exemplos de formas de destinação dos TCA, TCRA e TAC promovidos pelo BAV em 2015:

✓ **Plantio no Bairro Gargantilha, na Área de Proteção Ambiental de Campinas:**

Aprovados projetos de plantio de 21.461 mudas arbóreas, destes 18.022 mudas já foram plantadas.

✓ **Praça dos Ipês (Bairro Village):**

Plantio de 5175 mudas de espécies arbóreas nativas regionais.

✓ **Praça da Lagoa do Jambreiro (Parque Jambreiro / Jardim Nova Europa):**

Instalação dos postes de iluminação 100% renovável (solar); pista de caminhada e lixeiras.

✓ **Revitalização Praças 1 e 2 do Residencial Cosmos na Ruas Francisco Delfino e Maximiliano Benevenuto (Bairro Satélite Íris):**

Plantio de 233 árvores, instalação de 10 postes de iluminação por energia renovável (solar), pista caminhada, lixeiras e mesas.

Vale ressaltar que este foi o primeiro local de Campinas a receber iluminação pública por energia 100% renovável.

✓ **Reflorestamento de APP em Praça em Fundo de Vale: Residencial San Conrado –Sousas:**

Plantio de 8.466 árvores com Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID).

✓ **Reflorestamento de APP na Fazenda do Exército – Jardim Chapadão:**

Anuência para plantio de 30.058 e já realizado o plantio de 4.100 árvores com Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID).

✓ **Reflorestamento de APP na Fazenda São Vicente no Distrito de Sousas, na APA Campinas:**

Anuência para plantio de 25.294 e já realizado o plantio de 4.730 árvores com Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID).



O Vice-Prefeito, Henrique Magalhães Teixeira e Rogério Menezes plantam mudas de árvores

Crédito: Fernanda Sunega

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28710>

3.4.2. Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID)



Sistema de Identificação Digital



Neste ano de 2015 efetivamos o Sistema de Identificação Digital das Árvores (SID) plantadas no município de Campinas via Termos de Compromissos Ambiental (TCA) e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). O sistema funciona por meio de aparelhos digitais (*tablets e smart phones*) conectados à *internet*. Por meio da identificação pode-se obter todas as informações referente a árvore plantada, tais como o nome popular, nome científico, localização geográfica, informações gerais, realização de vistorias, tendo também um cunho de educação ambiental conforme relatado pela Comissão de Educação Ambiental.

O objetivo é inventariar as árvores do município de Campinas, promover informação e educação ambiental aos munícipes e dar celeridade e informações a fiscalização por parte dos técnicos da SVDS. O SID também funciona como uma forma de vistoria digital dos plantios, permitindo celeridade nas vistorias técnicas.

Em 2015, projetos de identificação digital de árvores foram realizados em algumas áreas do município. As árvores mapeadas e identificadas podem ser visualizadas no Portal inaugurado nesse ano.

Consulte: <http://ambientecampinas.wix.com/qrcode#!como-utilizar>

PROJETOS REALIZADOS

CIDADE JUDICIÁRIA

O projeto piloto se deu na Cidade Judiciária, em 21 de fevereiro de 2014, com o plantio e identificação de 249 mudas e identificação de 677 árvores adultas, totalizando 926 árvores com QR Code.

ÁRVORES IMUNES AO CORTO

O projeto de identificação com QR Code das árvores imunes ao corte se destaca dentre os demais pela importância da divulgação da proibição do corte de certas árvores.

A Lei Municipal 8.744 de 16/01/1996 declarou imunes ao corte mais de 230 árvores espalhadas por Campinas devido a sua raridade, beleza e/ou

[Lote 01 de projetos](#)

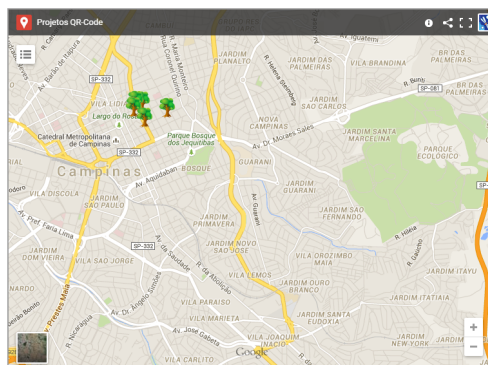
[Centro de Convenções](#)

[APP do Jd. Miranda](#)

[Praça Carlos Gomes](#)

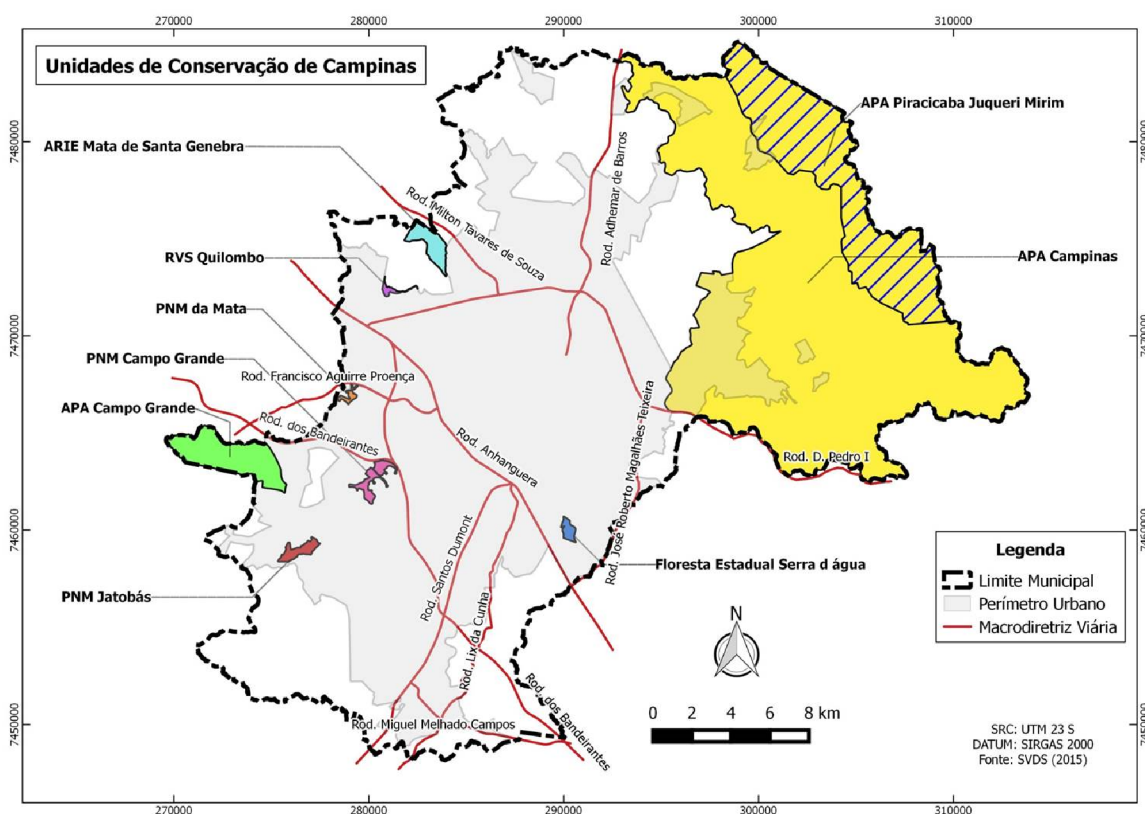
[Praça Municipal](#)

[Largo das Andorinhas](#)



3.4.3. Unidades de Conservação - UC

O município de Campinas atualmente conta com 9 Unidades de Conservação (UC) são elas: APA de Campinas, APA do Campo Grande, Parque Natural Municipal do Campo Grande, Parque Natural Municipal dos Jatobás, Parque Natural Municipal da Mata, Refúgio da Vida Selvagem do Quilombo, Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra (estadual), Floresta Estadual Serra d'Água, APA Piracicaba Juqueri-Mirim (estadual), estas estão especializadas no Mapa abaixo.



Unidades de Conservação de Campinas (SVDS, 2015).

A principal atividade durante o ano de 2015 foi a efetivação do contrato dos Planos de Manejo que serão viabilizados por recursos do PROAMB, e a seguir apresentamos alguns projetos em andamento para consolidação das Unidades de Conservação.

3.4.3.1. Área de Proteção Ambiental Municipal de Campinas – APA Campinas

A APA de Campinas foi criada por meio da Lei nº 10.850/2001, que além de criar, institui seu Plano de Gestão, cuja função é a mesma de um Plano de Manejo. No

entanto, o Plano de Manejo deve ser revisado a cada 5 anos, o que não ocorreu. Assim, foi elaborado projeto básico pelo CONGEAPA e SVDS para abertura da licitação, com o objetivo de contratar uma empresa para realizar tal serviço.

Visando maior qualidade nos serviços, optou-se por licitação de melhor técnica e preço, sendo mais complexa e demorada, dada sua complexidade. Em 2015, foram analisadas as documentações de habilitação das empresas concorrentes e a capacidade técnica e experiência da equipe, em que foram avaliados currículos, diplomas e planos de trabalho. Como próximos passos há a publicação do resultado da análise técnica e a avaliação da proposta comercial. Em seguida, procede-se a contratação, prevista para o início de 2016.

Mais informações sobre o edital da Concorrência 006/2015 podem ser obtidas pelo site: <http://licitacoes.campinas.sp.gov.br/>

3.4.3.2. Área de Proteção Ambiental Municipal do Campo Grande – APA Campo Grande

O projeto básico para contratação de equipe para elaboração do Plano de Manejo da APA Campo Grande foi elaborado pela SVDS, porém, com a experiência vivenciada no processo licitatório do Plano de Manejo da APA de Campinas, notou-se que fazendo algumas adequações, a análise poderia ser mais rápida. Assim, o projeto básico está sofrendo alterações, com previsão para publicação do edital no primeiro semestre de 2016. Além disso, foi feita a sinalização dessa região em parceria com a Emdec.



Crédito: Antônio de Oliveira

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27663>

3.4.3.3. Parque Natural Municipal dos Jatobás e Parque Natural Municipal do Campo Grande

A equipe SVDS estabeleceu uma proposta de elaboração de apenas uma licitação para a contratação de ambos os Planos de Manejo visando uma gestão em mosaico.

O projeto básico para contratação de equipe para elaboração dos Planos de Manejo foi elaborado pela SVDS, porém, com a experiência vivenciada no processo licitatório do Plano de Manejo da APA de Campinas, notou-se que fazendo algumas adequações, a análise poderia ser mais rápida. Assim, o projeto básico está sofrendo alterações, com previsão para publicação do edital no primeiro semestre de 2016.

Para os Parques Naturais Municipais, por tratarem-se de Unidades de Conservação de Proteção Integral, estão sendo realizados estudos e reuniões, viabilização de parcerias com proprietários e estabelecimento de procedimentos na Prefeitura, como memorial descritivo, estudo de valoração de terra e viabilização do processo de desapropriação dessas áreas.

3.4.3.4. Área de Relevante Interesse Ecológico Federal da Mata Santa Genebra – ARIE Mata Santa Genebra

Estão sendo elaborados trabalhos em parceria com a FJPO, para o estabelecimento de corredores ecológicos visando a conexão da Mata de Santa Genebra com outros fragmentos do município. O traçado foi pensado conjuntamente, tendo sido solicitado recurso para a Câmara de Compensação Ambiental para esse fim.

A SVDS participa do Conselho Administrativo da FJPO e do Conselho Consultivo da ARIE MSG, acompanhando as reuniões e colaborando para a construção do regimento interno, o qual foi finalizado e aguarda a aprovação do ICMBio.

3.4.3.5. Área de Proteção Ambiental Estadual do Piracicaba Juqueri/Mirim - APA Piracicaba Juqueri/Mirim

A SVDS, como conselheira dessa UC, atuou ativamente nas reuniões para discussão do Plano de Manejo da APA Piracicaba Juqueri/Mirim área II, gerida pela Fundação Florestal. A primeira etapa do Plano de Manejo foi concluída, com diagnóstico,

zoneamento e normativa para cada zona. Ainda devem ser elaborados os programas e passar pela aprovação do CONSEMA para finalização desse processo.

3.4.3.6. Grupo de Trabalho Técnico para Realizar Estudo Visando Avaliar as Áreas Prioritárias para Conservação Ambiental no Distrito de Barão Geraldo – GT-Barão

O Decreto nº 16.713 de 22 de julho de 2009, que dispõe Sobre o Grupo de Estudos para a Criação de Novas Unidades de Conservação Ambiental no Município de Campinas e dá outras Providência; e o Art. 56 do Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo, que visa recuperar e melhorar as condições ambientais da área de abrangência do PLGU/BG, assegurando a proteção de amostras significativas dos ecossistemas ainda existentes, em harmonia com as paisagens existentes (naturais e construídas), contemplando a criação de novas áreas verdes, de corredores de vegetação para interligar os fragmentos de matas ciliares, e áreas que ofereçam abrigo e alimento à fauna local, o senhor Prefeito Municipal de Campinas, nomeou servidores da SVDS e técnicos de outras instituições para compor o Grupo de Trabalho Técnico para realizar estudo visando avaliar as áreas prioritárias para conservação ambiental no distrito de Barão Geraldo, por meio de Portaria. O grupo se reuniu durante o ano e em abril de 2014 foi entregue o Plano de Trabalho para a Câmara de Compensação Ambiental. Em fase, de aguarde do posicionamento da Câmara de Compensação do Estado de São Paulo, e apresentado para o senhor Prefeito Municipal de Campinas. Essa requisição visa recursos que viabilizem a contratação de técnicos e ou empresa para estudarem as áreas que necessitem prioritariamente de conservação, indicando qual a melhor maneira para isto e tipo de categoria de Unidade de Conservação.

A CCA apontou a necessidade de readequação do Plano de Trabalho, aumentando o enfoque na conexão de fragmentos, principalmente da Mata de Santa Genebra. O GT foi comunicado por e-mail e técnicos da SVDS e da FJPO se reuniram para realizar essas alterações, que se encontram em andamento.



O Plano Municipal do Verde (PMV) configura-se como um documento norteador e unificador, com diretrizes estabelecidas e metas bem delineadas para uma gestão eficaz, eficiente e integrada das Áreas Verdes no município de Campinas.

Assim, o PMV buscará consolidar as ações de conservação e recuperação das Áreas Verdes de Campinas, determinando programas que assegurem as funções básicas destas áreas e beneficiem toda a população campineira. Portanto, o objetivo do PMV é assegurar a qualidade, quantidade e distribuição das Áreas Verdes, garantindo suas funções sociais e ecológicas, visando a melhoria dos ecossistemas e qualidade de vida da população no município de Campinas.

Em março de 2015 foi divulgado o Documento Orientador com as linhas orientadoras, metodologia e cronograma do Plano. Em seguida, foram realizadas cinco (05) Oficinas Participativas distribuídas por bacia hidrográfica, que objetivaram, além da apropriação da população sobre o tema e a coleta das necessidades e propostas sobre as Áreas Verdes, ampliar o conhecimento da equipe técnica sobre o território e capacitar a população para as consultas e audiência pública, no sentido de contribuir com propostas no debate do Plano Municipal do Verde. Também foi realizada uma Oficina específica para discutir as questões das Áreas Verdes no rural, com conselheiros municipais e representantes de instituições de ensino e pesquisa do município. As Oficinas totalizaram 416 participantes e o resultado dessas Oficinas foi divulgado na página do PMV.

http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano_municipal_verde.php

De forma a aumentar a participação da população e com o objetivo de subsidiar as ações e programas do Plano Municipal do Verde, também foi disponibilizado no

período de 15/03 a 15/06, um questionário para identificar as demandas sociais para o uso das áreas verdes.

Paralelamente à realização das Oficinas, foi elaborado o Diagnóstico Técnico e Institucional, que envolveu o Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 83.418/14. A junção dessas análises foi apresentada na Consulta Pública do dia 28/04/15, que contou com a presença de 36 cidadãos no Salão Vermelho do Paço Municipal. A partir da Consulta Pública, foi disponibilizado o Diagnóstico Preliminar na página do Plano, aberto a contribuições até o dia 15/05, cujo *feedback* da equipe do PMV também foi disponibilizado.

Também foram realizadas duas Oficinas Participativas com o COMDEMA, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica. Na primeira Oficina, ocorrida em 03 de julho, foi apresentado o diagnóstico do Plano Municipal do Verde pela equipe da SVDS, seguido da aplicação do Questionário de Caracterização por Percepção Ambiental pela equipe da Fundação SOS Mata Atlântica. A segunda Oficina, realizada em 05 de agosto, ocorreu com a presença de conselheiros do COMDEMA previamente escolhidos pelo Conselho, para discussão sobre Visão de Futuro, por meio do método F.O.F.A., que pôde quantificar as vantagens e desvantagens internas e os aspectos externos positivos e negativos, que podem vir a comprometer ou facilitar a aplicação do Plano.

A versão final do Diagnóstico foi terminada em agosto de 2015 e republicada em novembro de 2015, em função de alguns ajustes.

No segundo semestre de 2015, a equipe do PMV trabalhou no Prognóstico e na discussão dos Programas e Ações.

O protocolo que trata do Plano Municipal do Verde pode ser assunto acompanhado nº 2014/10/53.389, e todos os documentos já elaborados estão disponíveis em: http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano_municipal_verde.php.

4. DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - DPBEA

Considerando a implantação do Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (DPBEA) no antigo prédio onde funcionava o Centro de Controle de Zoonoses, o segundo semestre de 2015 foi marcado pela criação e sedimentação de novas rotinas

de trabalho focando desta feita o bem-estar dos animais. Tendo por funções o resgate de animais atropelados e/ou doentes em vias e logradouros públicos o DPBEA, criou-se também rotinas de quarentena de forma a mitigar o risco da transmissão de doenças infectocontagiosas aos animais sobre a guarda da municipalidade.

Outro ponto a ser destacado foi o da sistematização do atendimento a denúncias diversas envolvendo animais domésticos (de pequeno e grande porte), principalmente aquelas de maus tratos. Considerando que o "Estatuto dos Animais" ainda está sendo trabalhado, as ações de fiscalização em sua grande maioria foram concentradas na orientação e acompanhamento dos casos mais graves. Cadastraram-se também os chamados "acumuladores de animais", ou seja, pessoas consideradas com um distúrbio de comportamento chamado Síndrome de Noé, que acumulam animais em condições quase sempre ruins. Uma vez que esforços anteriores envolvendo a penalização e remoção dos animais se mostrou pouco promissor (os acumuladores voltam a adquirir novos animais) a estratégia do DPBEA foi a de estreitar a relação convencendo as pessoas a castrarem seus animais e doá-los, o que envolve o transporte destes para as campanhas de castração do DPBEA, apoio a doação e acompanhamento para se evitar a adoção, por parte dos acumuladores, de novos animais.

Outro serviço que foi otimizado no segundo semestre foi o do plantão 24 horas, no qual uma equipe (composta por motorista, 2 funcionários, 1 regulador e 1 médico veterinário) permanecem em sobreaviso de forma a atender ocorrências emergenciais, tais como equinos, bovinos, caninos e gatos atropelados, doentes, casos de animais agressivos e mordedores, dentre outras. Os atendimentos em epígrafe foram demandados principalmente pela polícia militar, guarda municipal, corpo de bombeiros e defesa civil, o que de certa forma resolveu um problema crônico da ausência do poder público municipal nestas ocorrências, que são relativamente frequentes.

No ano de 2015 uma ocorrência marcante foi o interesse por parte de vários municípios (Vinhedo, Paulínia, Guarulhos, Diadema, Botucatu, Salto, Tietê, Maringá, dentre outros) da região e do Brasil pelo projeto do DPBEA, visitando a sua sede ou

solicitando palestras em Câmaras de Vereadores, audiências com prefeitos ou mesmo em congressos e eventos da área (Fotos 1 e 2).



Apresentação do projeto do DPBEA em evento promovido pela Prefeitura de Diadema – SP



Apresentação do DPBEA no 4 Encontro Nacional de Ativistas e Protetores de Animais.

A título de prognóstico para 2016 a perspectiva do DPBEA é o início do atendimento aos animais selvagens vitimados por ações antrópicas no município, através do convênio que está sendo firmado entre este e a Associação Mata Ciliar de Jundiá. Entendendo que a recuperação e soltura de animais selvagens é uma importante medida de conservação, a ideia é de que Campinas tenha no futuro um equipamento destinado a tal fim, o CRAS (Centro de Recuperação e Soltura de Animais Selvagens).

4.1. Área Meio e Planejamento

A condução de políticas públicas de bem-estar animal envolvendo fundos do PROAMB teve sequência no ano de 2015, conforme seguem informações abaixo.

4.1.1. Resultados previstos no Fundo Ambiental PROAMB 2013, 2014 e 2015, para o DPBEA

4.1.1.1. Reforma das instalações do DPBEA, antigo CCZ (PROAMB 2013).

O processo licitatório para a reforma de readequação das instalações do antigo DPBEA foi concluído com ganhador e, neste momento, aguarda-se a última análise por parte da SEINFRA (Secretaria de Infraestrutura) para o início da reforma, que tem por previsão ser finalizada até março de 2016.

4.1.1.2. Sistema de cadastramento de animais do município de Campinas e Portal do DPBEA (PROAMB 2014).

O sistema de cadastramento de animais domésticos (AQUIMEDES) segue sendo alimentado e tem hoje por volta de 4.000 registros (Foto 3), sendo também utilizado pela Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ) da Secretaria Municipal de Saúde que tem cadastrado no sistema os animais de área de controle de leishmaniose, casos de cães e gatos encontrados em área de risco de raiva, animais mordedores dentre outros. Como o previsto anteriormente, a utilização compartilhada (entre as várias Secretarias da PMC) deste banco de dados fortalece o seu intuito inicial que é o de ser uma importante ferramenta não só destinada ao fortalecimento e direcionamento de políticas públicas de bem-estar animal, mas também de saúde pública.

Nome Animal	Microchip	Raça	Sexo	Ativo	Opções
(PROGNATA)	963006000111515	Cachorro - SRD	Macho	Sim	[Ícones]
5006		Cachorro - SRD	Macho	Sim	[Ícones]
5021		Cachorro - SRD	Macho	Sim	[Ícones]
5402		Cachorro - SRD	Fêmea	Não	[Ícones]
5404		Cachorro - SRD	Macho	Sim	[Ícones]
5406		Cachorro - SRD	Macho	Sim	[Ícones]
5413		Cachorro - SRD	Fêmea	Sim	[Ícones]
5415		Cachorro - SRD	Fêmea	Sim	[Ícones]
5416		Cachorro - SRD	Fêmea	Sim	[Ícones]
5417		Cachorro - SRD	Macho	Não	[Ícones]
5423		Cachorro - SRD	Macho	Sim	[Ícones]
5424	963006000111509	Cachorro - SRD	Fêmea	Sim	[Ícones]
5432		Cachorro - SRD	Fêmea	Sim	[Ícones]
5433		Cachorro - SRD	Macho	Não	[Ícones]
5437		Cachorro - SRD	Macho	Sim	[Ícones]
5438		Cachorro - SRD	Fêmea	Sim	[Ícones]
5443		Cachorro - SRD	Macho	Não	[Ícones]
5445	963006000112855	Cachorro - SRD	Fêmea	Sim	[Ícones]
5446	963006000111506	Cachorro - SRD	Macho	Sim	[Ícones]

Tela do sistema de cadastramento animal Arquimedes.

4.1.1.3. Controle populacional – Castração de Animais domésticos (cães e gatos) do município de Campinas (PROAMB, 2014).

O serviço de castração de cães e gatos começou a ser realizado em março de 2015 tendo sequência até dezembro, atendendo até o final do período 4.200 animais, nas regiões da Vila Boa Vista, do bairro São José e Campo Grande. Foram reservados alguns dias da semana para castração de animais sobre a guarda de ONGs de proteção animais assim como para os chamados protetores independentes, o que auxiliou este grupo de munícipes, sedimentando a parceria entre DPBEA e a sociedade civil organizada. O programa foi muito bem aceito pela municipalidade que aderiu, trazendo seus animais para a esterilização e gerando uma demanda em número muito maior do que a capacidade inicial do DPBEA em atender. A renovação do contrato foi solicitada e nova verba para castração foi aprovada pelo Comitê Gestor no PROAMB, o que faz com que a estimativa de castrações para 2016 seja de 10.000 animais.⁴⁴

⁴⁴ Conferir matéria jornalística: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28688>



Castramóvel, campanha de castração na região do Campo Grande.

4.1.1.4. Doação de animais através de feiras itinerantes, compra de tenda, módulos de canil (PROAMB, 2014).

O programa de doação de animais teve sequência em todo ano de 2015, fechando o período com muitas feiras e procedimentos realizados, inclusive casos de animais idosos, agressivos e mutilados (Figuras 5, 6 e 7), mostrando uma confiança, por parte da população nas ações de bem-estar animal do DPBEA. Atuou-se também no apoio a doações de animais de acumuladores, eletrônicas (realizadas através do Portal Animal) e de munícipes que se desinteressaram pelo animal, procurando diminuir desta forma problemas relacionados ao abandono destes no município. Um fator a ser considerado é que a devolução de cães e gatos adotados em todo ano foi de apenas 3 animais, firmando o sucesso da política de avaliação criteriosa do perfil do adotante pelo DPBEA, motivando em alguns casos visitas por parte deste a casa do munícipe para avaliação ou mesmo acompanhamento da capacidade deste em oferecer boas condições de vida ao animal adotado.

Com a alimentação de dados o Sistema de Cadastramento Animal – Arquimedes, já foi empregado não só no registro de animais doados, mas também no levantamento do histórico do adotante (se abandonou algum animal, se tem outros animais, etc.), uma vez que esta é uma das consultas possíveis no sistema.



Imagem no novo lar do "Bolt", animal com histórico de agressividade, ressocializado e acompanhado pelo DPBEA.



Imagem da "Bianca" em sua nova casa, animal idoso que passou por várias cirurgias, inclusive de remoção de tumores, acompanhada pelo DPBEA.



Dia da adoção do “General” animal com o membro posterior direito amputado.

4.1.1.5. Contratação de serviço de CRAS (Centro de Recuperação de Animais Selvagens), resultado (PROAMB, 2014).

A ONG Associação Mata Ciliar já foi cadastrada junto a Prefeitura Municipal de Campinas, e o termo de convênio atualizado está sobre avaliação da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos da Prefeitura para ser assinado pelas partes.

4.1.1.6. Compra de alojamento para cães em canis da região (PROAMB, 2014).

A Associação dos Amigos dos Animais de Campinas já foi cadastrada junto a Prefeitura Municipal de Campinas que aguarda a discussão dos termos do convênio, para a concretização da parceria.

4.1.1.7. Aquisição de leitores e microchips para o cadastramento de clínicas veterinárias conveniadas (PROAMB 2015).

Estes equipamentos (leitores e microchips) já foram adquiridos e entregues, e o DPBEA está iniciando o cadastramento das chamadas “Unidades de Cadastramento”, o primeiro a ser concretizado foi a da UVZ (Unidade de Vigilância em Zoonoses), citada acima.

4.1.1.8. Elaboração de um sistema de informação informatizado de levantamento da população de animais selvagens do município e dos microrganismos associados a esta (PROAMB 2015).

Esta parte do sistema Arquimedes é bem mais complexa e foi no segundo semestre de 2015 estudada em sua estrutura lógica, fluxograma e na composição de consultas e bancos de dados a serem relacionados, por técnicos da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Num segundo momento, terá seu orçamento de programação e produção realizado pela Informática de Municípios Associados (IMA). A estimativa é que esteja disponível para utilização no segundo semestre de 2016.

4.1.1.9. Elaboração de Projeto Executivo para construção do Centro de Recuperação e Soltura de Animais Selvagens (CRAS) de Campinas (PROAMB 2015).

Este resultado aguarda a definição e avaliação por parte da Secretaria Municipal de Serviços Públicos sobre o local onde será instalado.

4.1.2. Participação do DPBEA em outros resultados junto a outras áreas da SVDS.

- Participação nas oficinas de trabalho para construção do Plano Municipal do Verde.
- Participação no Comitê Gestor do PROAMB.
- Participação no Projeto de Corredor de Fauna, em conjunto com grupo técnico da SVDS e UNICAMP.
- Participação nos estudos preliminares da Construção de um CRAS municipal.
- Participação na Junta Administrativa de Recursos do Gabinete da SVDS.

4.1.3. Participação do DPBEA em projetos com setores ligados a Administração Pública.

- Projeto junto a COHAB para integrar os animais aos condomínios para onde as pessoas irão se mudar, prevenindo o abandono destes.

- Elaboração do Estatuto dos Animais em conjunto com a Comissão Permanente de Proteção e Defesa dos Animais da Prefeitura Municipal de Campinas e sociedade civil. Estatuto em fase final de construção.
- Fiscalização de pontos de vendas de animais no município de Campinas em conjunto com a Serviços Técnicos Gerais (SETEC) e Secretaria de Urbanismo (SEMURB) (Foto 8).



Loja do Mercado Municipal que teve a venda de animais suspensa pela ação de fiscalização conjunta entre o DPBEA e SETEC.

- Ações em conjunto com a Guarda Municipal para coibir maus tratos de animais e a venda não autorizada de animais em vias e logradouros públicos.

4.1.4. Participação do DPBEA em projetos conjuntos externos a Prefeitura Municipal de Campinas.

- Projeto de estudo de vírus das Famílias *Paramixoviridae* e *Coronaviridae* animais da fauna silvestre brasileira. Projeto em colaboração com o Laboratório de Virologia Animal da UNICAMP. Projeto já provido de recursos com repasse de equipamentos para o DPBEA (Freezer -80 graus, capela para extração de DNA dentre outros insumos). Os materiais que estão sendo coletados já estão sendo processados.
- Projeto de estudo da presença de parasitas do Gênero *Leishmania* nos animais selvagens em vida livre nos Distritos de Sousas e Joaquim Egídeo. Projeto em colaboração com o Laboratório de Parasitologia Animal da UNICAMP.

- Projeto de estudo dos fungos patogênicos associados a fauna selvagem do município de Campinas. Projeto em parceria com Universidade Paulista UNIP. Projeto elaborado com aporte de equipamentos e materiais para o laboratório do DPBEA, dependendo da organização do espaço do laboratório para se iniciado.
- Projeto de Estudo da Presença de Parasitas do Gênero *Ehrlichia* em cães cativos no município de Campinas. Projeto em Parceria com a UNIP Campinas. Projeto elaborado com aporte de equipamentos e materiais para o laboratório do DPBEA, já em andamento, com resultados preliminares, previsão de término em janeiro de 2016.
- Projeto de Estudo da Dinâmica Populacional de Capivaras em vida livre no Parque Portugal de Campinas após processo de vasectomia de machos e castração de fêmeas. Projeto em conjunto com a UNIP – Campinas e Secretaria de Serviços Públicos. Projeto já aprovado e iniciado.
- Finalização do Convênio de Colaboração Técnica junto ao CEMA (Centro de Monitoramento Animal) da UNICAMP, termo já publicado no Diário Oficial do município de Campinas.

4.2. Área fim – Atividades do DPBEA

Além das ações acima apresentadas, aqui dá-se destaque as atividades de atendimento direto a população e aos animais sobre a guarda da municipalidade principalmente representada através dos quantitativos destes.

Compilado das ações do DPBEA no primeiro semestre de 2015

Ações	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Maus tratos cães e gatos/prop.	21	10	25	34	28	33	151
Cão/gato abandonado	3	3	17	7	14	8	52
Cão/gato abandonado residência	0	0	0	2	2	1	5

Cão/gato atropelado	18	14	14	9	18	26	99
Cão/gato doente via pública	11	4	15	14	8	11	63
Grandes animais soltos vias públ.	8	10	6	5	3	3	35
Acompanhamento clínico	32	22	25	32	35	23	169
Cirurgias	12	15	10	8	5	5	55
movimentação pequenos animais	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Entrada de pequenos animais	22	8	22	39	50	35	176
Saída de pequenos animais	25	28	22	16	41	34	166

Compilado das ações do DPBEA no segundo semestre de 2015

Ações	JULHO	AGOSTO	SETEM	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Maus tratos cães e gatos/prop.	77	15	43	100	96	36	367
Cão/gato abandonado	10	22	18	19	25	18	112
Cão/gato abandonado residência	1	1	3	2	1	1	9
Cão/gato atropelado	14	17	16	13	21	12	93
Cão/gato doente via pública	18	10	17	18	12	18	93
Grandes animais soltos vias públ.	12	4	4	9	7	6	42
Acompanhamento clínico	32	32	22	42	34	42	204
Cirurgias	6	5	7	3	6	7	34
movimentação pequenos animais	JULHO	AGOSTO	SETEM	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Entrada de pequenos animais	30	50	38	46	44	42	250
Saída de pequenos animais	34	43	44	43	30	26	220

5. COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, criada pela Lei Complementar nº 59/2013, atribuindo as seguintes competências:

- I. organizar e coordenar a fiscalização ambiental para o controle e monitoramento das potenciais fontes de poluição existentes em todo o território do Município, em conjunto com outros serviços de fiscalização da Administração Municipal e de outros órgãos estaduais e federais;
- II. exercer o poder de polícia administrativa e gerenciar a imposição de penalidades;
- III. elaborar e manter atualizados os cadastros e regimentos relativos a controle ambiental;
- IV. propor, executar e participar de planos e projetos que visem o monitoramento e o controle da qualidade ambiental;
- V. participar, com os órgãos competentes, dos governos Estadual e Federal no controle, vigilância e fiscalização da produção, armazenamento, transporte, comercialização, uso e destino final de substâncias, bem como do uso de técnicas, métodos e instalações que comportem risco, efetivo ou potencial, para a qualidade de vida e do meio ambiente;
- VI. divulgar para a comunidade, por meio de relatórios anuais, as ações de fiscalização e resultados do controle e monitoramento realizados pela Coordenadoria, inclusive no site da Prefeitura Municipal de Campinas;
- VII. proceder a outras medidas tendentes a dar o bom andamento dos trabalhos.

5.1. Fiscalização Corretiva

A fiscalização ambiental corretiva é a atribuição principal da Coordenadoria, demandando esforços de todos os funcionários para proporcionar um atendimento rápido e eficaz às solicitações apresentadas pela sociedade, atuando prioritariamente nas seguintes áreas:

- Atendimento das demandas da população através de solicitação de protocolados e de 156;

- Atendimento das demandas dos Departamentos de Licenciamento Ambiental, Verde e Proteção e Bem-Estar Animal;
- Atendimento de demandas de outras Secretarias e Autarquias como Serviços Públicos, Urbanismo, Planejamento, Infraestrutura, Defesa Civil e SANASA;
- Atendimento de demandas externas, como Câmara de Vereadores, Promotoria de Justiça, Ouvidoria Pública, CETESB; e
- Aplicação da legislação ambiental através de autos de inspeção, advertência, multa, embargo e interdição.

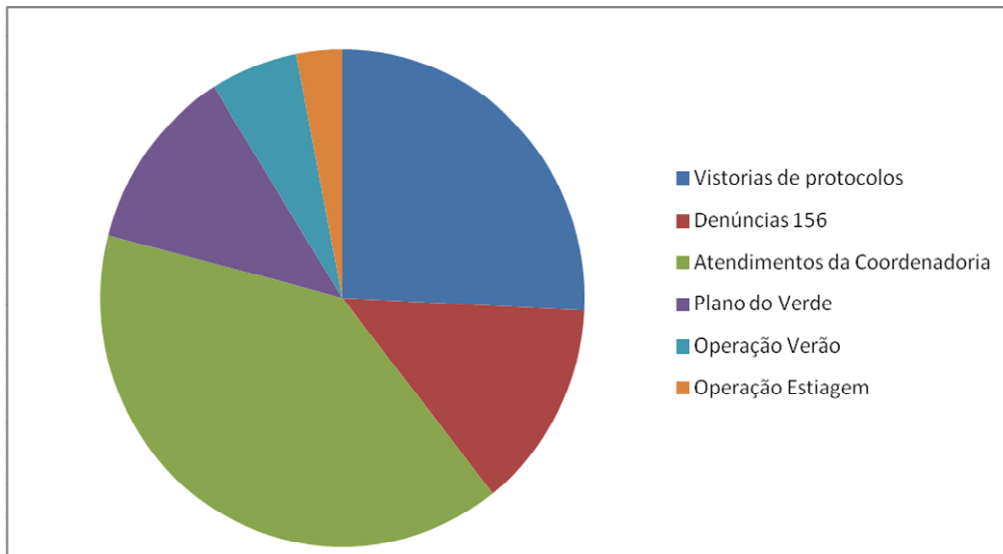
5.2. Vistorias

Na tabela abaixo apresentamos os atendimentos realizados pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental no primeiro e no segundo semestre de 2015:

Tipo de atendimento	Jan/Jun	Jul/Dez
Vistorias de protocolos	386	413
Denúncias 156	203	158
Atendimentos da Coordenadoria	595	601
Plano do Verde	180	90
Operação Verão	87	81
Operação Estiagem	46	110
TOTAL	1.497	1453

A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental realizou, no ano de 2015, 2950 atendimentos, demonstrados no gráfico a seguir.

5.2.1. Atendimentos Realizados pela CFA no Ano de 2015



Abaixo, apresentamos imagens de algumas das vistorias realizadas pelo Setor de Fiscalização Ambiental:



Empresa potencialmente poluidora.



Plantio compensatório – Área de recuperação ambiental.



Obra de terraplanagem.



Obra de infraestrutura.

5.2.2. Autos de Infração

Amparada pela Lei Complementar nº 49/2013 e pelo Decreto Municipal nº18.705/2015, a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental aplica as penalidades de advertência, multa simples, multa diária, embargo e interdição, visando coibir práticas lesivas ao meio ambiente.

No ano de 2015 foram aplicadas 141 penalidades, assim distribuídas:

Autos de Infração	Jan-Jun	Jul-Dez
Advertência	27	36
Multa Simples	33	41
Multa Diária	1	1
Embargo	0	2
Interdição	0	0
TOTAL	61	80

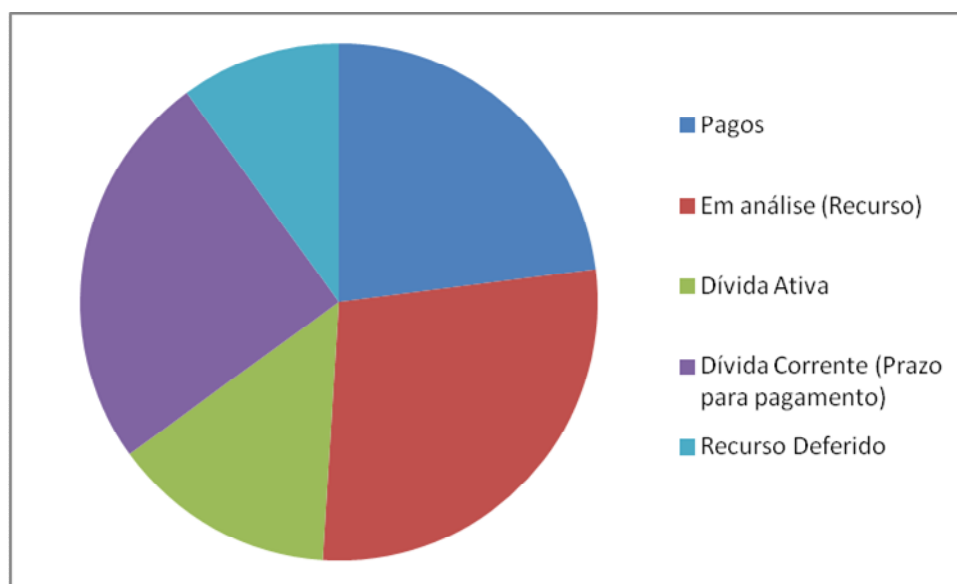
Os autos de infração aplicados referem-se a ações que violaram as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como as exigências técnicas constantes das licenças ambientais.

As principais infrações autuadas foram supressão de vegetação, operação sem as devidas licenças ambientais e movimentação irregular de terra.

Apresentamos abaixo os dados de aplicação e arrecadação dos Autos de Multa Simples e Diária do ano de 2015:

Autos de Infração – Imposição Penalidade de Multa	
Multas Emitidas	R\$ 413.675,03
Total arrecadado	R\$ 42.348,50

Balanço		
76	Autos de Multa	100,00%
16	Pagos	23,00%
22	Em análise (Recurso)	28,00%
11	Dívida Ativa	14,00%
19	Dívida Corrente (Prazo para pagamento)	25,00%
8	Recurso Deferido	10,00%



A aplicação de penalidades pela Coordenadoria segue o rito estabelecido no Decreto Municipal nº18.705/2015 que determina a criação da Junta Administrativa de Recursos – JAR para apreciação dos recursos impetrados em face das sanções administrativas impostas.

A Coordenadoria participa desta avaliação através de um membro suplente, podendo os fiscais e coordenador ser convidados a colaborar na análise.

5.2.3. Cobab.re

O Colab.re é um serviço on-line voltado ao atendimento de reivindicações da população, através do qual o cidadão pode fiscalizar, propor e avaliar melhorias para o serviço público em uma rede social criada para esse propósito. A pessoa pode se relacionar em tempo real com a Prefeitura na web pelo endereço (www.colab.re) e também por meio de aplicativos móveis (smartphones e tablets) gratuitos, nas versões Android e iOS.

A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental atendeu, nos meses de novembro e dezembro, seis demandas do aplicativo, perfazendo 100% da demanda apresentada.

5.3. Fiscalização Preventiva

Um dos objetivos desta Coordenadoria é investir em fiscalização preventiva, impedindo a ocorrência de danos ambientais e diminuindo necessidade de aplicação das medidas punitivas.

Este tipo de fiscalização visa informar a sociedade sobre a necessidade de preservar o meio ambiente assim como integrar a fiscalização ambiental com os outros setores da Secretaria e da Prefeitura.

A atuação preventiva tem ocorrido prioritariamente nas seguintes áreas:

- Operação Verão;
- Operação Estiagem;
- Operação Perigo Aviário;
- Parceria com a Guarda Municipal de Campinas;
- Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses: Sala de Situação da Dengue; e
- Atividades licenciáveis – Resolução Normativa do Consema 01/2015.

5.3.1. Operação Verão

A Operação Verão iniciou-se no mês de novembro de 2014, estendendo-se até abril de 2015, reiniciando em novembro/2015.

Esta ação é coordenada pela Defesa Civil e conta também com a participação das Secretarias de Saúde e Serviços Públicos e da Guarda Municipal de Campinas.

Neste ano a CFA vistoriou 81 pontos em córregos da cidade, encaminhando relatórios para a Secretaria de Serviços Públicos para a realização das ações de desassoreamento.



Obra de represamento.



Desassoreamento de córrego.

5.3.2. Operação Estiagem

Iniciada em abril, estendendo-se até o mês de outubro, tem como objetivo principal monitorar pontos de descarte de resíduos e queimadas, visando preservar a qualidade do ar.

A CFA participa, em conjunto com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, de ações de monitoramento de áreas com risco de incêndio.

Esta Operação também realiza trabalhos de educação ambiental, informando a população sobre os perigos da estiagem e da poluição do ar, através da entrega de folders do projeto.

A fiscalização esteve em 110 pontos de descarte de resíduos, encaminhando para a Secretaria de Serviços Públicos as informações necessárias para limpeza destas áreas.



Queima de entulhos em área verde.



Queima de entulho em área verde.

5.3.3. Parceria com a Guarda Municipal de Campinas

A Guarda Municipal (GMC) possui em seu corpo técnico uma guarnição dedicada ao meio ambiente.

Em parceria com esta equipe a CFA realiza vistoras em áreas de invasão, areeiros e pontos de captação de água clandestinos, aplicando, além das medidas de polícia administrativa, as de caráter penal.



Área de extração de areia.



Extração irregular de areia.

5.3.4. Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses: "Sala de Situação da Dengue"

O Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses tem como atribuição precípua o acompanhamento e estabelecimento de estratégias e ações voltadas para a prevenção e combate à Dengue, Chikungunya e Zika Vírus.

Sua função é promover a intersetorialidade, propiciando ações integradas e coordenadas, bem como favorecer as tomadas de decisões e agilidade nos processos administrativos necessários, operando em forma de Sala de Situação para compartilhamento de informações e análise de dados.

A SVDS é representada neste Comitê pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental. Os trabalhos são pautados pelo Plano Municipal de Contingência Municipal para o Enfrentamento da Dengue e Chikungunya 2015-2016 que prevê as seguintes ações:

5.3.5. Ações de Prevenção: Rotineira, prospectiva, intervenção sobre o risco não existente.

- Vistorias preventivas em conjunto com outras Secretarias e Órgãos visando identificar áreas verdes prioritárias para recuperação ambiental, visando evitar criadouros.
- Vistorias preventivas em conjunto com a Defesa Civil em áreas de preservação permanente – APP visando otimizar o processo de emissão do Certificado de Dispensa de Licenciamento Ambiental – CDL para a Secretaria de Serviços Públicos realizar a limpeza e desassoreamento destes locais.
- Atividades de educação ambiental com foco no controle e prevenção da dengue e chikungunya através do programa “Guardiões da Natureza”.

5.3.6. Resposta: Intervenção sobre o risco existente.

- Priorização na análise dos processos de licenciamento ambiental relacionados ao combate da dengue e chikungunya.
- Priorização de recuperação ambiental das áreas identificadas como de risco de transmissão de dengue e chikungunya.

5.3.7. Atividades Licenciáveis – Resolução Normativa do CONSEMA 01/2014

A Resolução Normativa do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) 01/2014 transferiu para o município a competência para licenciar novas atividades potencial ou efetivamente poluidoras de impacto local.

Algumas empresas possuem licenças ambientais emitidas pela CETESB e, na sua renovação, deverão procurar o órgão municipal, de acordo com a referida normativa.

Com isso, o Setor de Fiscalização Ambiental iniciou um trabalho de vistorias preventivas nestas empresas visando verificar seus processos produtivos e orientar sobre o correto procedimento para o licenciamento ambiental.

No ano de 2015 foram realizadas 97 vistorias preventivas neste tipo de empresa.

5.4. Outras participações

A fiscalização ambiental é um tema transversal na Secretaria e na Sociedade. Além das atividades descritas, participamos também dos seguintes grupos:

- Cidades Resilientes;
- Município Verde Azul;
- Plano Municipal do Verde; e
- Água de Reúso.